

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TAYANÁ CAROLINI FELIZARDO BASTOS

**AS DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE INDÍGENAS
E PROPRIETÁRIOS DE TERRA NO MUNICÍPIO DE
DOURADOS-MS: OS ACAMPAMENTOS
INDÍGENAS COMO PERSPECTIVAS DE
RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA.**

**DOURADOS - MS
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TAYANÁ CAROLINI FELIZARDO BASTOS

**AS DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE INDÍGENAS
E PROPRIETÁRIOS DE TERRA NO MUNICÍPIO DE
DOURADOS-MS: OS ACAMPAMENTOS
INDÍGENAS COMO PERSPECTIVAS DE
RESISTÊNCIA E LUTA PELA TERRA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador:
Prof. Dr. Márcia Yukari Mizusaki

Dourados - MS
2014

TAYANÁ CAROLINI FELIZARDO BASTOS

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador

Prof. Dra. Márcia Yukari Mizusaki – UFGD

2° Examinador

Prof. Dra. Salvadora Cáceres Alcântara de Lima – IMAM/SEMED

3° Examinador

Prof. Dr. Levi Marques Pereira– UFGD

Dourados, _____ de _____ de _____.

*Dedico essa
dissertação de
Mestrado, a minha
filha Carolina Sayoko,
razão incondicional
do meu viver e pensar.*

Agradecimentos

Meus singelos agradecimentos são para aqueles que ajudaram a ser o que sou e o que conquistei até chegar aqui.

Agradeço infinitamente aos Guarani e Kaiowá pela receptividade e cordialidade durante minhas visitas aos acampamentos e que pelas palavras, muito pude aprender.

Agradeço a minha mãe e guerreira, Nailza, pelo seu amor incondicional de mãe e amiga, seus conselhos, sua paciência. Meu pai, Elizeu, que sempre me motivou me apoiando nessa empreitada

A Carolina, pela sua paciência e compreensão ao longo desse trabalho. Aprendi muito com minha pequena.

A minha orientadora, Márcia Yukari, uma pessoa extraordinária. Sua orientação nesses dois anos foi de suma importância. Sua calma, sabedoria, paciência e compreensão foram vitais para a conclusão desse trabalho.

Aos amigos, que sempre me apoiaram, que torceram e me motivaram antes e durante minha inserção no PPGG. A uma pessoa muito especial, Aos demais colegas de mestrado, turma de 2012, cujas trocas de experiência, de ideias, risadas, de vida, foram ferramentas importantes para que chegássemos até aqui.

Salvadora Cáceres, que além de grande amiga, foi companheira de pesquisa. Sua experiência foi de grande auxílio.

Ao professor Levi Marques, pessoa admirável, pela simplicidade, carisma e disposição em me ouvir e me ajudar sempre que precisei.

Aos familiares de forma geral, que direta ou indiretamente estiveram ao meu lado nessa etapa da minha vida.

Enfim, agradeço a vida, por me proporcionar um momento tão importante e impar....

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo.”

(Albert Einstein)

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas.....	09
Lista de fotos, mapas e quadros.....	10
Resumo.....	12
Resumen.....	13
Introdução.....	14

CAPÍTULO 1:

A Ocupação Territorial de Mato Grosso do Sul e o Impacto Sobre os Guarani e Kaiowá.....	18
1.1 Povos Guarani: localização e organização social.....	19
1.2 O <i>Tekohá</i> e a propriedade de terra.....	19
1.3 A questão agrária no Mato Grosso do Sul	22
1.4 O Mato Grosso do Sul e as políticas de ocupação e colonização territorial: impactos sobre povos indígenas presentes no Estado.....	27

CAPITULO 02:

As Reservas Indígenas e suas implicações.....	38
2.1 O impacto da expulsão compulsória e os seus reflexos nas Reservas Indígenas.....	38
2.2 A criação das reservas indígenas e o processo de confinamento.....	48

CAPÍTULO 03:

Os Processos de Retomada Guarani e Kaiowá como Perspectiva de Luta e Resistência.....	52
3.1 Retomadas indígenas: um desafio constante à caminho do <i>Tekohá</i>	52
3.2 Aldeia Pirakua e Takuaraty- Yvykuarusu: as primeiras mobilizações de retomadas territoriais.....	59
3.3 Terra Indígena Arroio Korá.....	62
3.4 Terra Indígena Panambizinho.....	63
3.5 Terra Indígena Nhande Ru Marangatu.....	64
3.6 Terra Indígena Jatayvary.....	66
CAPITULO 04:	
Territórios em Disputa: Os Acampamentos Indígenas no Contexto dos Conflitos Fundiários no Município De Dourados-MS.....	81
4.1 Acampamento Ñu Porã.....	81
4.2 Acampamento Apyka'y.....	86
4.3 Acampamento Itahum.....	91
4.4 Acampamento Boqueirão.....	95
4.5 Acampamento Nhu Verá.....	99
4.6 Acampamento Passo Piraju.....	103
4.7 Acampamento Pakurity.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS

CAN- Colônias Agrícolas Nacionais

CAND- Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CDR- Centro de Documentação Histórica

CIMI- Conselho Indigenista Missionário

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

FUNASA- Fundação Nacional de Saúde

GT- Grupo de Trabalho

ISA- Instituto Sócio-ambiental

MPF- Ministério Público Federal

MST- Movimento de Trabalhadores Sem Terra

ONGS- Organizações Não-Governamentais

SPI- Serviço de Proteção ao Índio

TI- Terras Indígenas

LISTA DE FOTOS, MAPAS E QUADROS

Lista de fotos

Foto 01- Interior da escola localizada no acampamento.....	82
Foto 02- Condições da água utilizada por muitos indígenas no acampamento.....	83
Foto 03- Interior de um dos barracos feitos de lona e pedaços de madeira do acampamento Apyka'y.....	87
Foto 04- Local utilizado pelos indígenas para utilização da água para o consumo diário. A água que sai pelo cano é proveniente de uma mina d'água e que segundo os indígenas encontra-se contaminada por veneno proveniente das lavouras da região.....	89
Foto 05- Imagem da área utilizada pelos indígenas para a realização das tarefas diárias no local.....	92
Foto 06- Condições das moradias indígenas no local.....	92
Foto 07- Visualização de uma parte do acampamento Boqueirão.....	96
Foto 08- Morador retirando água do poço para o consumo.....	99
Foto 09- Vista parcial do acampamento Nhu Verá.....	102
Foto 10- Escola Indígena no acampamento Passo Piraju.....	103
Foto 11- Imagem da plantação de mandioca que os índios realizam no Tekohá.....	104
Foto 12- Visualização de moradias indígenas entre as plantações de milho e soja no local.....	106
Foto 13- Água utilizada pelos indígenas para o consumo diário.....	108

Foto 14- Água utilizada pelos indígenas para o consumo diário.....112

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Localização das Reservas Indígenas criadas pelo SPI entre 1915 e 1928 no Mato Grosso do Sul.....42

Mapa 02- Localização das áreas identificadas e em análise no sul de Mato Grosso do Sul.....55

Mapa 03- Terras indígenas retomadas pelos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul.....58

Mapa 04- Localização dos Acampamentos Indígenas no Município De Dourados-MS.....69

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Reservas criadas pelo SPI entre 1915 e 1928.....39

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar os processos de resistência e luta dos Guarani e Kaiowá nos acampamentos indígenas no município de Dourados-MS, tendo em vista a problemática da disputa pela posse de terra no sul de Mato Grosso do Sul e que nas últimas décadas acirram-se principalmente após a expansão do agronegócio na região onde, de um lado, estão os povos indígenas, que constroem suas territorialidades a partir da ideia de *Tekohá* como espaço de vivência e cultura e, de outro, estão os proprietários de terra, que concebem essas relações pautadas na propriedade privada da terra. Sendo assim, pretende-se compreender como ocorrem as lutas entre indígenas e proprietários de terras no contexto da retomada indígena dos seus territórios tradicionais, procurando abordar os principais desdobramentos desse conflito bem como as estratégias de resistências utilizadas pelos indígenas frente a essa nova configuração que o capitalismo impõe para usurpar os territórios tradicionais. Nesse sentido é que este trabalho procurou compreender como essas comunidades indígenas se reproduzem e se territorializam nos acampamentos indígenas no município de Dourados. Nesses locais, foram verificadas condições precárias subumanas, seja pelas condições de moradia e falta de recursos mínimos de sobrevivência como água e alimentos. Além disso, convivem diariamente com ameaças e violência dos proprietários de terra, ameaças essas que muitas vezes se concretizam. São comunidades que sofrem pela discriminação sob agravo da atuação da mídia, que na maioria das vezes disseminam o preconceito contra esses povos que lutam continuamente resistindo para re-existir.

Palavras-chave: Acampamentos- Território- *Tekohá*

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar los procesos de resistencia y lucha de los campamentos de indígenas guaraníes y kaiowá de Dourados -MS , con el fin de publicar el conflicto sobre la propiedad de la tierra en el sur de Mato Grosso do Sul y en las últimas décadas avivaron principalmente después de la expansión de la agroindustria en la región donde, por un lado, son los pueblos indígenas, que construyen su territorialidad de la idea Tekohá como espacio de vida y la cultura y, por otro, son los propietarios de la tierra, que conciben estas relaciones basadas en la propiedad privada de la tierra. Por lo tanto, tenemos la intención de comprender cómo se producen las luchas entre indígenas y terratenientes en el contexto de los indígenas vuelven a ocupar sus territorios tradicionales, tratando de abordar las principales novedades de este conflicto y las estrategias de resistencia utilizadas por los nativos con esta nueva configuración que el capitalismo requiere de usurpar territorios tradicionales. En este sentido es que este estudio trata de comprender cómo éstos raza indígena y territorializam en campamentos indígenas en la ciudad de Dourados-MS. En estos lugares, mal estado subhumano se verificará bien por las condiciones de vivienda y la falta de recursos básicos para la supervivencia como la comida y el agua. Además, viven a diario con las amenazas y la violencia de los terratenientes , que a menudo estas amenazas se materializan. Las comunidades están sufriendo de quejas de discriminación en el marco del papel de los medios de comunicación, que en su mayoría se extendió prejuicio contra estas personas que continuamente se esfuerzan por resistir re -existir

Palabras-clave : Campamento- Territorio - Tekohá

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar e compreender as disputas territoriais entre índios Guarani e Kaiowá e proprietários de terra no município de Dourados-MS assim como verificar as perspectivas no tocante às formas de luta pelo território a partir dos acampamentos indígenas localizados em Dourados e compreender as estratégias de resistência dos índios Guarani e Kaiowá.

Sendo assim, estabelecemos ao longo dessa discussão, o diálogo com outras áreas do conhecimento, aproximando-nos também da Antropologia, Sociologia e da História. A primeira possui um abrangente diálogo com o modo de ser dos povos indígenas e a última por fornecer elementos históricos necessários para a compreensão da ocupação de Mato Grosso do Sul. Sendo assim, para a explicitação da temática ora proposta, serão utilizados autores como Brand (1993 e 1997), Melia (1993), Pereira (2004), Eremites de Oliveira e Pereira (2009), o sociólogo Martins (1986 e 1991), Arruda (1986), Schaden (1974), Haesbaert (2006), Fernandes (2008), Saquet (2008), dentre outros.

Compreendemos que as disputas travadas entre indígenas e proprietários de terra que ocorrem atualmente no Mato Grosso do Sul é decorrente das diferentes formas do uso e apropriação do território. Isso quer dizer que os atores envolvidos em tais situações de conflito possuem lógicas e racionalidades distintas, ou seja, concepções antagônicas e por isso conflituam-se. Saquet (2008), explica que o território é um lugar de vida, onde grupos sociais apropriam, ocupam, transformam e organizam-no. Também pode ser um lugar de tensões onde são travados conflitos e lutas por diferentes atores, como é o caso de índios e proprietários de terra. Além disso, podemos caracterizar o território:

como sendo território organizado pela sociedade, que transforma (*humaniza*) a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente; significa relações sociais e complementaridade; processualidade histórica e relacional (SAQUET, 2008, p.51).

Nesse sentido, no território, cada grupo social organiza e cria relações particulares e coletivas, assumindo assim, múltiplas territorialidades. Modelam, criam e recriam relações de acordo com suas especificidades. Fernandes (2005), numa perspectiva geográfica sobre o território, elucida que processos geográficos relacionados ao uso do território, caracterizam-se pelas relações sociais a partir de suas intencionalidades, ações, fluxos, criação e destruição.

No tocante à questão da retomada dos territórios tradicionais, compreendemos que no caso dos povos indígenas é resultado de um intenso processo de desterritorialização¹ que ocorre quando esses sujeitos são retirados do seu território tradicional ou este é destruído. Nesse contexto, esses indivíduos, desterritorializados, se reterritorializam em outros locais carregando consigo suas territorialidades e identidades territoriais. Isso significa que, nenhum indivíduo permanece desterritorializado, haja vista que ele se reterritorializa em outro local ainda que não seja àquele ocupado tradicionalmente. Na perspectiva de retomada de terras tradicionais, pode-se dizer que esse processo pode ser caracterizado como reterritorialização do território tradicionalmente ocupado.

Nesse sentido, podemos afirmar que os Guarani e Kaiowá passaram pelo processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização-desterritorialização-reterritorialização, uma vez que os processos de retomadas de territórios tradicionais desses povos é consequência do processo de desterritorialização do *Tekohá*, isto é, a perda territorial, que tem levado ao processo de reterritorialização, isto é, a tentativa de retorno ao território ocupado por não-índios.

Convém mencionar as dissertações de mestrado de Lutti (2009) e Mota (2011), ambas defendidas na UFGD que contribuíram para compreender a problemática que envolve índios e proprietários de terra no tocante a questão fundiária expressa no Mato Grosso do Sul. As autoras analisaram alguns acampamentos indígenas e a Reserva Indígena no município de Dourados e a partir da ênfase teórica que procuraram abordar

¹O processo de desterritorialização acontece com o impedimento e destruição dessas ações em determinado território que explica-se pelas conflituosidades e contradições das relações sociais travadas no espaço. A reterritorialização acontece quando há tentativa de retorno ao território destruído (FERNANDES, 2005).

em suas pesquisas, seja histórica, geográfica ou antropológica, compreenderam os aspectos das territorialidades expressas nas relações entre o acampamento e fora dele.

Para a realização da pesquisa ora proposta foram realizados trabalho de campo em 07(sete) acampamentos. Em alguns deles, houve num primeiro momento, visitas informais com o acompanhamento da Professora Dra. Salvadora Cáceres, conhecedora da cultura Guarani e Kaiowá. Em outros momentos da pesquisa houve trabalho de campo e a realização de entrevistas com lideranças indígenas no período de janeiro e fevereiro de 2014 que foram imprescindíveis para compreender as territorialidades vivenciadas nos acampamentos bem como as estratégias de resistência e luta estabelecidas pelo grupo no contexto de recuperação dos territórios tradicionais.

Também foram realizados no Laboratório de Geoprocessamento da UFGD mapas procurando representar cartograficamente o panorama fundiário de terras indígenas do Estado. A extração de dados do Diário Oficial da União em sites eletrônicos também contribuiu para a explicitação do tema referente à questão indígena no Estado.

Foram feitas visitas ao Instituto Neppi/UCDB para enriquecer o trabalho no tocante á cultura dos Guarani. Além disso, a análise de relatórios e laudos antropológicos disponibilizados pela FUNAI contribuíram para compreender o processo de retomada de territórios tradicionais Guarani e Kaiowá.

Freqüentes visitas ao Centro de Documentação Histórica da UFGD com acesso à fontes documentais disponíveis pertinentes ao enfoque dessa pesquisa, foram de suma importância para a compreensão da temática sobre os Guarani. Entrevista com o Antropólogo Dr. Levi Marques Pereira também contribuiu para o enriquecimento da pesquisa.

Procuramos apresentar neste trabalho, o panorama de diferentes etnias presentes no Estado. Além disso, analisar a cultura dos Guarani e Kaiowá foi imprescindível para compreender o modo de vida desses povos frente aos processos de conflitos entre índios e proprietários de terra.

O primeiro capítulo pautou-se em compreender como as políticas colonizadoras impulsionadas pelo Estado brasileiro, provocaram a expulsão dos índios dos territórios

tradicionais, configurando assim, num cenário fundiário marcado por violência e conflitos entre indígenas e proprietários de terra.

No segundo capítulo procuramos discutir o impacto da perda territorial para as comunidades indígenas que culminaram no deslocamento forçado dos mesmos do *Tekohá* tradicionalmente ocupados. Compreendemos que esse processo provocou em drástica mudança na organização social dos indígenas que tiveram que adaptar-se às novas condições de vidas impostas pelas reservas e contribuíram para as retomadas dos territórios tradicionais.

O terceiro capítulo procurou discutir questões sobre as perspectivas de luta e resistência dos índios bem como analisar as áreas retomadas pelos indígenas e com isso explicitar como ocorrem tais processos. Na medida em que foi sendo analisando como ocorreram as retomadas e os meandros desse processo, foi possível verificar as estratégias utilizadas tanto pelos indígenas quanto pelos agentes contrários à demarcação de terras.

O quarto capítulo do trabalho consistiu em analisar a trajetória de vida dos Guarani e Kaiowá nos acampamentos através de trabalho de campo, isto é, relatos dos indígenas sobre o modo de vida e as condições de sobrevivência que são impostas nesses locais. Sendo assim, pudemos compreender as estratégias de luta e resistência que os indígenas criam para permanecerem na área que consideram fundamentais para a sobrevivência física, social e cultural.

Pudemos compreender que o processo de perda territorial associado às condições impostas pelas reservas contribuiu para a situação atual dos indígenas que pode ser evidenciada nas condições de precariedade que os indígenas convivem nos acampamentos, seja pela falta de elementos básicos, como água potável e alimentos, sejam pelos índices de doenças e a falta de assistência dos órgãos competentes.

Desta forma percebe-se que a morosidade dos órgãos responsáveis pela demarcação dos territórios reivindicados associados à constantes ameaças por vezes violentas de expulsão que partem de proprietários de terra para que os índios saiam do *Tekohá*, aumentam a insegurança no local que vivem, tornado suas terras tradicionais, num cenário de intenso conflito.

Capítulo 1 – A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE MATO GROSSO DO SUL E O IMPACTO SOBRE OS GUARANI E KAIOWÁ

1.1: Povos Guarani: Localização e organização social

Segundo Ribeiro (1986), existe hoje no Brasil, etnograficamente falando, três subdivisões de Guarani que são: os Ñandeva, os Kaiowá e os Mbya. Embora existam similaridades lingüísticas, esses povos possuem suas próprias especificidades. Os Ñandeva ou Xiripá se autodenominam Guarani, assim como os Mbya. Já os Kaiowá, se identificam e se autodenominam como tal. De acordo com Meliá (2011), no Paraguai, os Kaiowá são conhecidos como Pai/Tavyterã e os Ñandeva, correspondem à denominação Ava/Xiripá.

De acordo com dados do censo do IBGE de 2010, a população que se declara indígena no Estado de Mato Grosso do Sul chega a 73.295 habitantes, constituídos pelos seguintes povos indígenas: Guarani, os Terena, os Kadiwéu, os Guató e os Ofayé, sendo que os Kaiowá/Guarani e os Terena equivalem ao maior contingente populacional com, respectivamente, 25 mil e 20 mil pessoas.

Para Gilson Rodolfo Martins (1992), os Guarani sempre foram excelentes agricultores e tinham como base de sua alimentação, o milho e a mandioca e além do domínio do cultivo e uso do algodão para a confecção de vestimentas e redes. Outra característica dos Guarani, era sua habilidade com a cerâmica, já que esta era utilizada para o sepultamento de seus mortos.

Segundo Schaden (1974), os Guarani preferem se localizar em regiões florestais com matas fechadas, evitando permanecer em locais abertos para que atividades de caça e pesca possam ser desenvolvidas. Embora a caça e pesca sejam atividades indispensáveis da cultura Guarani, a prática de lavoura como atividade de subsistência é também a base do sustento. Esse autor salienta que atividades da caça foram diminuindo progressivamente devido a invasão de não-índios nos seus territórios, bem como a diminuição da área para o plantio.

No tocante à organização habitacional, Egon Schaden (1974, p.25) esclarece que:

As suas aldeias, longe de constituírem conglomerados compactos de habitações, constituem em casas isoladas, mais ou menos distantes uma das outras, espalhando-se pelas clareiras abertas na floresta. Em geral, não é possível determinar um “centro” da aldeia, a não ser que se considere como tal habitação no *ñanderú*, chefe religioso, ou o *oyguatsu*, casa de festas religiosas.

Há que se destacar que por muito tempo os Guarani e Kaiowá foram alvo das Missões Jesuíticas alcançando um dos maiores contingentes de povoados das célebres missões localizadas no Paraguai, o que transformou a área Guarani do Estado na Província Jesuítica do Itatim, que encontrava-se subordinada ao Colégio de Assunção, no Paraguai.

Após a destruição das missões jesuíticas, Darcy Ribeiro (1986) explica que os Guarani se ramificaram em duas partes. Para ele, com a destruição dessas missões, parte das tribos Guarani que povoavam as mesmas fundiu-se com a população rural existente no Paraguai. A outra parte fugiu e embrenhou-se nas matas preferindo juntar-se àqueles que resistiram ao processo de catequização imposto pelas missões.

1.2 O *Tekohá* e a propriedade de terra

os povos Guarani, a maneira como caracterizam suas relações com o território, pauta-se na ideia de *Tekohá*. Para conceituar essa concepção, utilizaremos a definição proposta por Eremites de Oliveira e Pereira (2009, 34) que exprimiram o *Tekohá* como:

Etimologicamente a palavra é composta pela fusão *Teko+há*. *Teko* é o sistema de valores éticos e morais eu orientam a conduta social, ou seja, tudo o que se refere a natureza, condição, temperamento e caráter do ser e proceder. *Ha* por sua vez, é o sufixo nominado que indica a ação que se realiza. Assim *Tekohá* pode ser entendido como o lugar (território) onde uma comunidade vive de acordo com sua organização social e seu sistema cultural, isto é, segundo seus usos, costumes e tradições.

Para Ladeira (2008), o *Tekohá*, embora tenha a base territorial como condição indispensável para a reprodução dos indígenas, é necessário que contenha e agregue condições e elementos ambientais, culturais, políticas, econômicas e religiosas.

Além disso, a definição e delimitação do *Tekohá* não ocorrem a partir de limites criados pelo homem, como as cercas, por exemplo. O *Tekohá* não tem dono e, portanto, suas relações não são pautadas pelos ditames do proprietário e sua delimitação ocorre a partir de acidentes geográficos naturalmente estabelecidos como morros, vales, rios e matas.

Segundo Meliá (1993), os *Tekohás* possuem tamanhos que podem variar. A área é bem definida e delimitada por rios, córregos e serras e também caracteriza-se por ser uma propriedade comunal e exclusiva e na quantidade e famílias possuindo um líder religioso e político desde que predisponha de atitudes de harmonia com o grupo. O *Tekohá* também é o local capaz de agregar várias festas religiosas e comemorativas assim como reuniões políticas e formais.

É nesse sentido que o *Tekohá* não pode ser compreendida como qualquer território, mas sim um território em que um conjunto de relações históricas faça-se presente estabelecendo dessa forma relação de pertencimento com o mesmo. Além disso, a terra considerada apropriada é aquela que contenha recursos naturais na qual os indígenas possam garantir sua sobrevivência.

Sendo assim, é na aldeia que os Guarani e Kaiowá conseguem estabelecer sua relação com seu modo de ser, ou seja, condição fundamental para que consigam realizar suas atividades de acordo com o sistema por eles já estabelecidos e desenvolvidos historicamente.

Já para os proprietários de terra, as relações com o território ocorrem a partir da propriedade privada da terra e o uso e apropriação desta possuem caráter econômico. Sendo assim, ao pensar a propriedade da terra a partir da ótica capitalista, outras formas de se relacionar com o território são desconsideradas, pois compreende-se a partir dessa concepção que existe apenas uma única racionalidade, a lógica do capital e sendo assim,

parafrazeando Mizusaki (2011)² “*Terra é meio de produção e de reprodução da vida. Apropriar-se dela, na sociedade capitalista, significa ter o controle sobre um meio de reprodução da vida.*”

Como pode-se observar, essas distintas concepções entre indígenas e não-indígenas, vêm acarretando nos últimos anos vários conflitos violentos envolvendo esses sujeitos. Nesse cenário, a construção de estereótipos e imagens negativas construídas sobre os povos indígenas torna-se um instrumento a mais para justificar a propriedade privada.

Ao pensar as comunidades indígenas na atual conjuntura dos conflitos entre a sociedade envolvente, é importante ressaltar de que forma o pensamento ocidental e moderno possibilitou que criassem concepções que conseqüentemente colocariam alguns povos à margem desses processos, como por exemplo, indígenas e afrodescendentes, vistos ao longo do tempo como “atrasados, selvagens, inferiores, bárbaros”, entre outros.

Percebe-se então que a distinção conceitual de *Tekohá* e propriedade privada da terra é fundamental para a compreensão dos conflitos envolvendo proprietários de terra e os Guarani e Kaiowá. São lógicas e racionalidades diferenciadas na forma de conceber e relacionar-se territorialmente. Desse modo, a não compreensão das concepções indígenas sobre as especificidades de como se relacionam como o território, contribuem para acirrar os conflitos agrários no Estado. Sendo assim, é como se os índios, ao não desconsiderarem suas concepções sobre o *Tekohá*, vivessem “*numa espécie de atraso social e histórico crônico*” (MARTINS, 1997, p.32).

É a partir dessas contradições travadas ao longo da História que é importante pensar nos tempos históricos de cada grupo. Acerca disso, José de Souza Martins (1997, p.159) nos leva a pensar que tanto os índios quanto os proprietários de terra *estão “juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela medição do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações.”*

²Artigo apresentado por Márcia Yukari Mizusaki, professora do curso de graduação e pos graduação em geografia pela UFGD como nota de repúdio contra o índice de violência cometida contra os povos indígenas no sul do MS. <http://www.campograndenews.com.br/artigos/o-agrobanditismo-e-as-disputas-territoriais-em-mato-grosso-do-sul> . Acesso em: 06/07/2012)

1.3 A questão agrária no Mato Grosso do Sul

No que diz respeito ao monopólio da posse de terras brasileiras pode-se datar a Lei das Sesmarias como fator inicial, pois cabia a ela a regulamentação pela apropriação de terras. Essa Lei baseou-se na distribuição de terras devolutas a particulares, para que pudessem cultivar a terra por um período de tempo determinado. Além disso, o governo brasileiro visava que aumentasse a produção agrícola e também garantir a ocupação territorial do Brasil.

Com o fim das Sesmarias em 1822, o Brasil ficou desprovido de qualquer Lei à respeito da questão fundiária até que se criasse a Lei de Terras em 1850. A partir desse momento, as terras que até então eram doadas pelo governo, só poderiam ser adquiridas mediante a compra. Segundo Martins (1986), nesse momento, o escravo, torna-se liberto, mas a terra torna-se cativa, pois passa a ter valor comercial implicando em relações capitalistas. Sendo assim, José de Souza Martins (1986, p.32) explica que: *“num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa.”*

Segundo Veiga (1994), antes do início da ditadura militar, um dos pilares que constituía a política desenvolvimentista brasileira baseava-se na distribuição de terras como quesito fundamental para sanar os problemas oriundos da concentração fundiária e com isso, impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Porém, quando a ditadura em 1964 se instaura no Brasil, a distribuição de terra que até então era considerado um pré-requisito para o desenvolvimento econômico do país, é ignorado pela política ditatorial vigente causando profundos impactos no campo brasileiro. O Mato Grosso do Sul vai se inserir nessa lógica quando passa a receber políticas de incentivos de fomento ao produtivismo em larga escala.

Embora a criação de gado já estivesse presente na região meridional do Mato Grosso do Sul, é entre 1950 e 1970 conforme aponta Mizusaki (2009) que essa atividade começa a ganhar destaque na região sul do Estado, o que significa que grandes extensões de terra foram disponibilizadas para a formação dos pastos.

Nesse contexto, a pecuária passou a adquirir maior importância como base da economia na porção meridional sul-mato-grossense, sendo desenvolvida principalmente

por latifundiários, que ao contrário de camponeses que utilizavam áreas com matas para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, estes utilizavam a princípio os chamados campos limpos, e posteriormente a utilização do capim colonião como manejo de pasto para o uso na pecuária. Ido Michels explica que,

A abertura de fazendas de criação no sul de Mato Grosso, no século XIX, deveu-se a correntes vindas do norte do estado e também de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O Pantanal foi povoado pelo contingente oriundo do norte do Mato Grosso, enquanto as correntes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul desbravaram o planalto, com os mineiros instalando-se nos cerrados e os gaúchos nos Campos de Vacaria, no extremo sul do estado. A pecuária se transformou na principal atividade econômica de Mato Grosso do Sul, o que pode ser explicado por valores e tradições, e pelos baixos riscos climáticos da região. A atividade foi um dos fatores que mais contribuiu para a colonização do estado, juntamente com a exploração da erva-mate e a prática do garimpo. A tendência à especialização na pecuária é evidenciada quando se observa que a expansão das áreas de lavoura não leva necessariamente ao estabelecimento de novas zonas agrícolas estáveis, constituindo apenas um processo passageiro de instalação da pecuária em novas áreas (MICHELS, 2000, p.142).

Essa fase de expansão da pecuária no Mato Grosso do Sul, segundo Michels (2000) teve duração até os primeiros anos da década de 1990, contudo, autor explica que:

com a queda da inflação, em 1994, atividade deixou de contar com o ganho ilusório da compensação inflacionária, o que tornou evidente a necessidade de concretizarem ganhos na produtividade. Também foi na década 90 que se verificou a instalação maciça de indústrias frigoríficas no estado, fator que possibilitou um melhor ganho para os pecuaristas, embora sem permitir a compensação de outras perdas (MICHELS, 2000, p.144).

Porém Almeida (2003, p.118) faz algumas ponderações salientando que no caso da pecuária sul-mato-grossense:

a pecuária foi historicamente desenvolvida em moldes extensivos, situação de tal modo extremada que, atualmente, o próprio INCRA vem denunciando o baixo índice de produtividade das fazendas do Estado, num claro diagnóstico da prática conhecida como *gado para esconder a terra*.

Vale lembrar que após a Segunda Guerra Mundial, difundiu em praticamente todo o mundo a chamada Revolução Verde. Esse modelo assentou na mudança da base técnica dos processos agropecuários, além de tornar a produção muito mais dependente de insumos e implementos agrícolas artificiais do que das condições naturais.

No Mato Grosso do Sul, esse processo vai ser acompanhado pela expansão do monocultivo majoritariamente pelo plantio de soja e trigo impulsionados pelos baixos custos de produção sendo que para isso demandaria grandes extensões de área. Para Ariovaldo U. de Oliveira (1994), compreender essa nova dinâmica significa o processo de internacionalização da economia brasileira à economia mundial.

Essa nova dinâmica deve ser compreendida:

Como uma complexa articulação de capital direta e indiretamente vinculados como processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades sócioespaciais (CAMPOS, 2011, p. 109).

Como exemplo disso, na década de 1970 a soja torna-se uma das principais atividades econômicas e segundo Mizusaki (2009), os fatores que contribuíram para essa expansão que pode ser explicado pelo esgotamento da fronteira agrícola no sul do país, atrelados às condições geográficas favoráveis, além dos subsídios (fiscais, políticas de crédito e infra-estrutura) oferecidos pelo Estado evidenciando, assim, a aliança entre capital e Estado. Além disso, há que se destacar o domínio e subordinação do campo ao capital, não apenas comercial, mas também, pela atuação do capital industrial³ e financeiro. Sendo assim, Mizusaki (2009, p.58) explica que,

³ No caso do capital industrial que se insere dentro a lógica do agronegócio, pode-se dizer que é uma ofensiva perversa contra camponeses e indígenas, pois tal prática expropria tais populações da terra e impossibilita outras formas organizacionais no campo extinguindo a agricultura familiar camponesa. No caso dos indígenas impede o processo de demarcação de terras. Há que se ressaltar essa situação possui respaldo do poder público que coloca à disposição do agronegócio uma série de subsídios fiscais econômicos além de flexibilização ambiental Mizusaki (2009).

os preços deixam de ser ditados pelas casas comerciais para dependerem, agora, no caso das *comodities*, de cotação a bolsa de mercado de futuros onde é comercializada: Bolsa de Chicago. O preço acaba sendo imposto pelo capital monopolista, que domina o setor, os grãos passam a ter o preço conforme seu custo de produção em nível mundial, as adversidades climáticas, as especulações, a intervenção pública (por meio de subsídios) podem interferir significativamente na formação do preço. Além do que, os produtos agrícolas, de um modo geral, pode ser considerados inelásticos, ou seja, sua produção não pode aumentar ou reduzir rapidamente de acordo com a demanda, como os produtos industriais e de serviços.

No caso da produção em larga escala como a soja, o milho e recentemente a cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, houve mudanças na forma de subordinação do capital no campo. Isso ocorreu, pois antes havia o domínio pelo capital comercial e agora um novo modelo de subordinação foi sendo inserido no campo: o capital industrial e financeiro. Para tanto,

O processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de nossos dias está marcado pela sua industrialização, uma industrialização que deve ser entendida internacionalmente, pois não há mais, ou nunca houve, uma rígida separação entre as indústrias nacionais e estrangeiras; a contrário, a história dos últimos tempos tem sido uma história de alianças e fusões com a participação ou com o beneplácito do Estado, durante os governos militares ou civis (OLIVEIRA, 1994, p.51).

Embora o arroz tivesse importância por apresentar custos mais baixos que a soja essa cultura foi perdendo força no plantio na medida em que a soja foi se territorializando. O mesmo equivale para o trigo, que embora fosse produzido no inverno em rodízio com a soja, este foi perdendo terreno para a leguminosa quando o governo em 1990 inicia o processo de desregulamentação econômica no país segundo, Mizusaki (2009).

Já a cana-de-açúcar passou a ser incorporada no campo sul mato-grossense em meados de 1980, através do capital agroindustrial. Isso ocorreu na medida em que o capital passou a territorializar-se no campo. Essa relação é estabelecida quando o capitalista da indústria, o capitalista da agricultura e o proprietário de terra tornam-se uma só pessoa. Sendo assim:

A industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, revela que o capitalismo também está contraditoriamente unificando o que ele separou no início do seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Essa unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário portanto. Isso se deve porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza às vezes, exclusivamente para a indústria (OLIVEIRA, 1994, p.51).

Embora a economia agrária sul-mato-grossense tenha se pautado nos últimos anos no modelo econômico baseado no agronegócio cuja produção em grandes porções de terra destina-se à exportação de *commodities* (de cana-de-açúcar, milho e soja), vale lembrar que dentro dessa nova dinâmica capitalista desenvolvida no campo, a produção camponesa se modifica passando a produzir alimentos não só para o auto-consumo, como também, para o mercado. Nesse sentido, concordamos com Oliveira (2003) quando ele explica que existem dentro da lógica capitalista, diferentes práticas possíveis de serem desenvolvidas no campo, ou seja, nas grandes e pequenas propriedades.

Destarte a essa aparente riqueza que emerge no campo sul-mato-grossense, como modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado e alavancado pelo capital avançam veemente em territórios indígenas travando um cerco desleal nessas comunidades. Desleal porque existe uma morosidade nos trâmites judiciais que prejudicam o processo de demarcação de terras indígenas, contribuindo para o agravamento da violência contra tais comunidades. Além disso, o agronegócio possui, dentro das competências políticas nos estados onde atuam, o apoio para a implementação dos seus projetos, bem como, a elaboração de leis que incentivem sua expansão.

Como agravamento no tocante à questão indígena no Estado é interessante ressaltar que existe um aparato ideológico criado por alguns agentes como tentativa de não resolver a problemática indígena. Sendo assim, o pensar a questão, como “retrocesso e atraso cultural e econômico” passa a ser um discurso que se insere a partir da perspectiva de classe, ou seja, a condição de atraso social e cultural na qual os indígenas supostamente estariam vivenciando acaba servindo aos interesses de proprietários de terra para justificar a não retomada dos indígenas de seus territórios tradicionais.

Dessa forma, trabalhar com as ideias estereotipadas do indígena como *preguiçoso, atrasado, arcaico e indolente* corresponde ao discurso pautado numa sociedade cuja lógica capitalista e moderna pauta-se a partir dessas relações negando qualquer perspectiva que não seja essa, o que corresponde a não compreensão e aceitação da racionalidade do outro, nesse caso dos Guarani e Kaiowá. Sendo assim,

A sociedade nacional impôs um completo ocultamento da sociedade indígena em sua alteridade, (ao) negar-lhe o estatuto de sociedade organizada (...) e com vínculos históricos a determinados territórios”. Construiu-se, assim, um ideário compartilhado por fazendeiros e funcionários do governo – e até hoje reproduzido – de que “lugar de índio é na reserva, todos os que não residiam em reservas estavam ilegais” (MPF/MS, 2012, p.12).

Convém destacar que além de prejudicar as comunidades indígenas, tal modernização agrícola aglutinada pela expansão da pecuária provocou uma acentuada luta pela terra pelos movimentos sociais sendo verificada principalmente nos anos de 1970 e 1990. Tal situação têm gerado grandes conflitos por parte desses camponeses desterritorializados do campo, sendo que a multiplicação da luta pela terra é “*facilmente percebida na longa fila de barracos de lona preta que se espalham na beira das estradas do Estado possuidor da segunda maior renda per capita do país*” (ALMEIDA, 2003, p.120).

Esse é o quadro agrário no que tange à questão do campo sul-mato-grossense. Este é o panorama que deve ser verificado seguido dos moldes governamentais e econômicos que foram gestados ao longo da história do Estado ocasionando essa complexa relação social, econômica e conflituosa no Mato Grosso do Sul que pode ser explicada pela tríplice aliança agronegócio-latifúndio-Estado.

1.4. Os Povos Indígenas no Contexto das Políticas de Colonização no Mato Grosso do Sul.

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 15 de outubro 1977 quando este é desmembrado do atual Mato Grosso pelo então presidente Ernesto Geisel através da Lei Complementar nº 31. Localizado na região Centro-Oeste brasileira, faz divisas com cinco estados, sendo eles: Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás além de fronteira com dois países: Paraguai e Bolívia. A população de Mato Grosso do Sul,

segundo dados do IBGE (Censo de 2010) é de 2.449.024 habitantes, ocupando uma área de 357.145.836 km². A cobertura vegetal do Estado é diversificada, composta por Cerrado, Floresta Tropical e o Pantanal.

A Guerra do Paraguai (1864-1870), que provocou efeitos à estrutura econômica e política do Estado, também afetou as comunidades indígenas. Isso porque, durante a Guerra do Paraguai, eles ficavam à mercê dos paraguaios, que saqueavam e incendiavam suas aldeias, Além do contágio por doenças, fazendo com que eles se refugassem em outras áreas. No caso dos índios Kadiwéu, localizados próximo à Serra da Bodoquena e do Pantanal, essas comunidades já encontravam-se bastante fragilizadas.

Em 1981, mais de 100 anos após o fim da Guerra do Paraguai é que o governo brasileiro finalmente demarcou e regularizou a reserva indígena em Mato Grosso do Sul para os Kadiwéu. Porém, o que se atesta é que embora demarcada e regularizada, os índios Kadiwéu não ocupam todo o espaço, pois 160 mil hectares estão ocupados por particulares, que disputam a posse das terras na Justiça desde 1984, segundo o MPF/MS (2012).

Para os índios Terena a Guerra do Paraguai trouxe conseqüências drásticas para esses povos. A saída desses índios dos seus territórios tradicionais teve início durante a Guerra da Tríplice Aliança, com a invasão das tropas paraguaias e, posteriormente, o êxodo forçado desses povos ocorreu com as políticas do governo em considerar tais áreas como devolutas e, portanto aptas para a venda a particulares. Essa prática foi considerada corriqueira no Mato Grosso do Sul, o que explica a latente situação fundiária. No tocante à questão das terras Terena, Darcy Ribeiro relata que:

Foram obrigados a afastar-se das terras mais férteis à margem do rio Miranda e a refugar-se em terrenos áridos onde tornou mais difícil a vida de lavradores. Muitas de suas aldeias, ainda numerosas estavam dominadas por negociantes de aguardente, sal e outros artigos. Viviam já como sertanejos da região, do cultivo de pequenos roçados como peões das fazendas. Assim os encontraria o Gen. Rondon, nos primeiros anos deste século, quando construía na região uma linha teleférica. Só nessa época conseguiram a demarcação dos territórios que ocupavam e certas garantias possessórias (RIBEIRO, 1986, p. 84).

Sob esse agravante é que de acordo com o MPF/MS (2012) tais práticas governamentais levaram os índios Terena a conviverem com um nova configuração territorial:

Em Mato Grosso do Sul, os terena estão distribuídos por 9 terras indígenas, territórios descontínuos e fragmentados, cercados por fazendas e espalhados por 8 municípios da região oeste do estado. Destacam-se as Terras Indígenas Cachoeirinha (Miranda), Taunay/Ipegue (Aquidauana), e Buriti (Sidrolândia/ Dois Irmãos do Buriti). Aquelas onde mais existem conflitos relacionados à ampliação dos limites são Cachoeirinha e Buriti (MPF/MS, 2012, p.09).

Porém, assim como os Kadiwéw e os Terena que tiveram que arcar com as cicatrizes que a Guerra do Paraguai ocasionou, os Guató e Payaguá sentiriam o mesmo gosto amargo dessa experiência. Ribeiro (1986, p.83) relata o desfecho desses índios da seguinte forma:

por ocasião da guerra atacaram e sofreram de ambos os lados da luta. Nos anos seguintes a varíola e outras moléstias deram cabo da maior parte deles, continuando os poucos remanescentes sua vida de pescadores nas lagoas e furos do alto Paraguai.

Foi durante o período do Brasil império com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), que o governo criou as primeiras políticas de colonização e ocupação na região, com a criação das primeiras fazendas de gado. Dessa forma, compreendemos que essa Guerra significou aumento expressivo na ocupação do atual Mato Grosso do Sul, pois o término do conflito fez com que parte dos ex-combatentes paraguaios continuassem na região, conforme Brand, et.al (2008).

Ao findar a Guerra do Paraguai, após os tratados de paz entre Brasil e Paraguai, em 1872, foi montada uma comissão formada por brasileiros e paraguaios, para estabelecer os novos limites fronteiriços entre os dois países. Nessa comissão, estava presente como membro o gaúcho Thomaz Laranjeira, que teve a oportunidade de conhecer a área que se destinara à delimitação (porção oeste de Mato Grosso do Sul), onde encontrou extensas matas contendo os ervais nativos.

De acordo com Brand (1993), Thomáz Laranjeira, ficou entusiasmado com a extensão de ervais nativos e propícios para a exploração. Além disso, ele também se deparou com mão-de-obra paraguaia em quantidade abundante, resultado do pós-guerra. Já em 1882, o governo federal arrendou terras públicas ao longo da fronteira com o Paraguai a partir do Decreto nº 8799, de 9 de setembro, concedendo essas áreas para a exploração da erva-mate.

Observa-se que foi desconsiderada a presença de povos indígenas nessa região, quer dizer, em termos, pois foi ignorada apenas a existência dos Guarani e Kaiowá nos territórios em que ocupavam, mas não a sua importância como mão-de-obra, juntamente com os paraguaios na extração dos ervais que não raras vezes sofriam com regime de trabalho análogo à escravidão.

Em termos de organização social e territorial, o impacto da Matte Laranjeira provocou o deslocamento de muitas famílias indígenas devido às longas distâncias percorridas para a colheita do mate, iniciando um processo de desintegração social, conforme aponta Brand (2004, p. 138-139).

Ainda de acordo com esse autor, a quantidade de indígenas envolvidos nos trabalhos de extração da erva mate, era superior a dos paraguaios, sendo que na região de Iguatemi, a mão-de-obra indígena equivalia a 75% do total de trabalhadores envolvidos na extração. Porém, não era interesse da Companhia reconhecer o trabalho indígena, pois isto resultaria em problemas nos contratos de arrendamentos, haja vista que para a concessão de terras, era necessário que estas fossem devolutas, segundo Brand (1993).

No caso dos povos Guarani que fazem parte do enfoque dessa pesquisa, podemos dizer que estes sempre estiveram embrenhados nas matas próximas às margens e afluentes do rio Paraná, nos territórios que atualmente correspondem ao Mato Grosso do Sul, a oeste de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, consideradas áreas cuja densidade demográfica indígena é uma das maiores do Brasil.

Tal situação não perdurou por muito tempo. Isso porque com o início da atividade ervateira nessa porção do Estado, os indígenas passaram a conviver com os aliciadores de mão-de-obra principalmente por paraguaios que, por falarem a mesma língua que os Guarani, engajavam-se no trabalho na extração dos ervais.

Embora a atividade ervateira tenha se iniciado nos campos marginais da região, não afetando a princípio as áreas onde estavam os Guarani, não demorou muito para que essa atividade se expandisse e acertasse em cheio o território dos indígenas, dificultando dessa forma, sua vida tribal. Além disso, “*a maioria daquelas tribos entrara em colapso pela impossibilidade de conciliar as exigências do trabalho assalariado individual com a economia coletivista*” (RIBEIRO, 1986, p.89).

Porém, esse enorme complexo econômico na qual a Companhia Matte Laranjeira foi responsável até meados do século XX, foi perdendo parte do seu domínio quando inicia-se a construção da Ferrovia Noroeste. Segundo Brand (1993, p.53) “*de 1905 a 1947 é construída a Ferrovia Noroeste, que integra Campo grande e Ponta Porã à São Paulo. Chega, em 1914, a Campo Grande e em 1944 inaugura-se o primeiro trecho Campo Grande-Ponta Porã, com 154 km em direção à Dourados*”.

Embora Getúlio Vargas tenha dado indícios de que a concessão de arrendamentos para a Companhia Matte Laranjeira estaria chegando ao fim com a construção da ferrovia noroeste, foi com a criação do Território Federal de Ponta Porã⁴ em 1947, que Vargas anula o direito da referida Companhia em continuar com a extração da erva e, mais tarde, autoriza o governo do Estado de Mato Grosso a arrendar em concorrência pública, a área de um milhão de hectares que estava sob domínio da Matte Laranjeira, passando a se tornar propriedade do Estado, Brand (1993).

Esse processo significou mudanças drásticas nas relações que os indígenas passariam a ter com seu território, pois conforme já apontamos anteriormente, a Cia Matte Laranjeira não alterou significativamente as territorialidades desenvolvidas entre os Guarani e Kaiowá, ao contrário das frentes de expansão⁵ que começaram a se instalar na região sul do Mato Grosso do Sul.

A chegada dessas frentes fazia parte do amplo programa de integração nacional chamado de “Marcha para Oeste” criado por Getúlio Vargas em 1930, que tinha como

⁴ Segundo Brand (1993) os municípios pertencentes ao Território Federal de Ponta Porã incluíam: Bela Vista, Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Dourados, Maracaju, Ponta Porã e Bonito.

⁵ Cabe aqui algumas reflexões decorrentes do uso e denominação de frente de expansão. De acordo com Martins (1997, p. 153), a frente de expansão pode ser compreendida como a categoria mais eficaz e que melhor responde à expansão territorial, pois “*se refere a lugar e tempo de conflito e de alteridade*” sendo dessa forma capaz de agregar muito mais elementos (sociais, culturais e econômicos). Já a frente pioneira, por exemplo, é limitada pois traz consigo a ideia de modernização, expansão do capital, desconsiderando todas as relações e conflitos que ocorrem a partir do contato entre os grupos sociais.

objetivo preencher e ocupar áreas que o presidente denominava de “espaços vazios”. De acordo com Garfield (1967, p.40), a “Marcha para Oeste” significou, dentre outras coisas:

Um projeto dirigido pelo governo federal para povoar e desenvolver a região Centro-Oeste e amazônica. Lançadas às vésperas de 1938 a referida marcha refletia outros programas do estado novo que visavam à construção da nação. Apesar do território nacional imenso, a população do Brasil estava fortemente concentrada no litoral, com mais de 90% dos brasileiros ocupando cerca de um terço do país (...). Nas palavras de Vargas, a marcha representava “o verdadeiro sentido da brasilidade”, uma solução para os desequilíbrios na distribuição demográfica e no desenvolvimento econômico da nação.

No caso do Mato Grosso, verifica-se que esse modelo desenvolvimentista criado durante o Estado Novo⁶, intensificado após o fim do arrendamento de terras para a Companhia Matte Laranjeira, culmina com a criação da Colônia Agrícola Nacional, que visava acabar com o latifúndio e alcançar a tão sonhada reforma agrária, que segundo Vargas, destruiria o poder das oligarquias regionais sendo que para isso seria necessário ceder terras devolutas para esse projeto de colonização. Para Oliveira (1999, p. 33):

A criação das Colônias Agrícolas Nacionais, pelo governo Vargas, pautava-se na fixação do homem no campo através da implantação da pequena propriedade. O decreto 3.059 delimitava o tamanho dos lotes entre 20 a 50 hectares (em cada lote deveria ser mantida uma reserva florestal equivalente a 25% da área total), estabelecia a fundação de uma sede; previa a instalação de indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas, florestais e animais; e visava à organização de cooperativas destinadas à compra e venda de produtos produzidos ou consumidos pelos agricultores.

Dessa forma, verifica-se que, a Colônia Agrícola Nacional, ao ocasionar no processo de desterritorialização⁷ de comunidades indígenas, também significou para os

⁶ O Estado Novo é o nome que se deu ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de 1937 a 1945 que visava o crescimento econômico e industrial cujo marco foi caracterizado pela centralização político e cultural com forte tendência nacionalista. Tal política conforme aponta Garfield (1967), significou importante divisor de águas entre o Estado e os povos indígenas, assim como o centro político e a periferia.

⁷ Cabe destacar que o conceito de desterritorialização que utilizaremos no presente estudo é o conceito proposto por Haesbaert (2006). Para esse autor, esse processo é considerado um mito, uma vez que pode-

indígenas circularem à procura de novos espaços. Em outras palavras, essas frentes de colonização:

Violam a linha demográfica e avançam sobre territórios que são sempre territórios tribais, isto é, territórios de algum modo incluídos no circuito de perambulação de algum grupo tribal. Além das situações de conflito que procuram resistir a esse avanço, há também as situações de fuga dos mesmos indígenas, que se deslocam mais para o interior a procura de novos espaços (MARTINS, 1997, p.178).

Esse processo de expansão de novas áreas implantadas pelo Governo Federal trazia arraigado consigo a ideia de integração regional a partir da ocupação que proporcionaria aos “espaços vazios” partilharem também do ideário de modernidade, desenvolvimento e progresso. No entanto verifica-se que:

Ao promover a marcha para o oeste, o regime de Vargas intensificou a invasão de terras indígenas, os gastos do estado com educação, saúde e demarcação de terras ficavam muito aquém do apregoado. (...) Na verdade, o espectro do autoritarismo do governo espreitava do outro lado da tutela e de outras polícias paternalistas endossadas pelo regime Vargas. A redenção dos povos indígenas, pressupondo seu infantilismo e preguiça, justificou a apropriação de seus territórios e de seu trabalho (...) Esse humilhante *status* só podia ser legalmente removido quando os índios se “adaptassem” à civilização nacional (GARFIELD, 1967, p.67).

É a partir desse contexto do modelo de integração adotado pelo Estado brasileiro, que além de negligenciar a existência de povos indígenas nos seus territórios tradicionais, preocupou-se em adotar uma ideologia estereotipada em relação aos indígenas para usurpar seus territórios o que deu sustentação para a criação e efetivação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) em 1943, trazendo impactos irremediáveis para os Guarani e Kaiowá resultando no cenário conflituoso entre indígenas e proprietários de terra no sul de Mato Grosso Do Sul que se prolongou até os dias atuais.

se caracterizar esse fenômeno muito mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, mas pensá-los a partir da complexidade desses processos de (re)territorialização, ou seja, construindo territórios muito mais múltiplos e dessa forma, muito mais complexa a multiterritorialidade.

De acordo com Oliveira (1999), os lotes eram delimitados em tamanhos entre 20 e 50 hectares conforme determinava o Decreto 3.059. Para receber os lotes, os candidatos deveriam preencher alguns pré-requisitos para a aquisição da propriedade que podem ser elencados da seguinte forma:

Os lotes eram doados a cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, reconhecidamente pobres e aptos a trabalhos agrícolas, que se comprometessem a morar nos lotes rurais. A preferência era dada para as famílias mais numerosas, ou seja, de no mínimo cinco filhos. Os colonos, além dos lotes, recebiam outros benefícios. Os lotes, rurais ou urbanos, não podiam ser vendidos, hipotecados, alugados, permutados, alienados ou transferidos, sem a expedição do título definitivo de posse. Colonos imigrantes poderiam excepcionalmente ser aquinhoados, quando os seus conhecimentos especiais agrícolas servissem como exemplo (OLIVEIRA, 1999, p.174).

Segundo Oliveira (1999), a vinda de colonos atraídos pela distribuição de terras na região foi tornando-se intensiva e que fez com que o governo federal através dos meios de comunicação divulgasse sobre tais áreas disponíveis para colonização preenchendo assim, os espaços “vazios” e conseqüentemente desenvolver economicamente essas áreas. Tais medidas adotadas pelo governo ocasionaram numa verdadeira corrida pela compra de terras destinadas à colonização.

Essa política atingiu rapidamente o território que os indígenas ocupavam tradicionalmente, de tal forma que começaram a ser pressionados por colonos que titularam suas terras na região para que desocupassem a área, ocasionando em conflitos entre colonos e indígenas pela posse de terra.

Para tentar sanar os conflitos criados entre colonos e indígenas, o governo estabelece a criação das primeiras Reservas Indígenas entre 1915 e 1928 para agregar os índios localizados agora em propriedades particulares e com isso evitar tensões pela disputa territorial. Muitos indígenas que recusaram em se deslocar para essas reservas continuaram nos fundos das fazendas que começaram a ser implantadas. Esses índios naquele momento não apresentava empecilho aos colonos por viverem escondidos entre as matas e podiam oferecer mão-de-obra em atividades agropastoris.

É interessante aqui ressaltar que, o imaginário social representado pelos mato-grossenses resultado da situação periférica em relação a outros estados brasileiros fez com que as elites mato-grossenses, criassem uma “*forte identidade regional e mitologia*

política” (GARFIELD, 1967, p. 146) que se refletiu e reforçou a partir de imagens estereotipadas sobre os indígenas.

No caso da região Centro-Oeste que não gozava de prestígios econômicos ligados a industrialização como na região Sudeste, sendo então considerada como “prima” pobre do Sudeste, conforme aponta Garfield (1967), a terra era tida como fonte de prestígio e riqueza além de aparecer como válvula de escape contra a inflação. Isso propiciou um cenário favorável para a expansão do capital no Centro-Oeste favorecendo na criação da CAND. Isso porque acreditavam que, embora estivessem esquecidos do Governo Federal, eles mantinham inabaláveis seu espírito desbravador sobre as terras selvagens repletas de seres não-civilizados. Sendo assim, fica evidente que:

Na verdade independente de localização geografia, convicção ideológica ou filiação política, as elites mato-grossenses compartilhavam a idéia de que a terra era uma das principais vias para a obtenção de riqueza e poder. Em suas políticas fundiárias, os “gestos nobres de independência e orgulho” de Mato Grosso, levariam a flagrantes violações da Constituição, que protegia as terras indígenas, proibia a venda de terras perto de fronteiras internacionais (domínio do governo federal) e exigia a ratificação do Senado Federal para a venda de lotes maiores que dez mil hectares (GARFIELD, 1967, p. 150).

Nesse contexto, as pressões por parte dos colonos que não podiam admitir que os índios atrapalhassem no desenvolvimento para suas atividades econômicas, e movidos pelo espírito de superioridade étnica contribuíram para que culminassem em medidas governamentais que retirassem os índios, tidos como entrave para o modelo econômico que se gestava naquele momento.

Concordamos com Fabrini (2008) ao afirmar que a estrutura fundiária no Mato Grosso do Sul, já teve sua origem concentrada no processo de ocupação e domínio deste território, sendo esta uma das principais características que explicam a concentração fundiária no Estado.

Ao serem distribuídas áreas para as oligarquias regionais é possível observar a inoperância do poder estatal em distribuí-las para pequenos proprietários demonstrando assim o caráter excludente que as terras passariam a desempenhar no Estado com tal medida.

Nesse sentido, a ocupação e a colonização por não-índios no então Mato Grosso, ocorreram a partir de duas frentes. A primeira caracterizou-se pela chegada de pessoas oriundas do Rio Grande do Sul que buscavam, além de campos para desenvolvimento de atividades pecuárias, vieram também vislumbrados pelo auge econômico que detinha a Cia Matte Laranjeira no fim do século XIX. Já a segunda frente equivale à chegada de paulistas e nordestinos, no começo do século XX.

Cabe aqui destacar, conforme nos aponta Fabrini (2008), que a construção da Ferrovia Noroeste no Brasil, além de ser um potencial para a expansão da atividade pecuária no Estado, essa ferrovia também interferiu no preço da terra e as cidades por onde passavam ganharam impulsos econômicos como é o caso de cidades como Aquidauana e Miranda, além da já elencada Campo Grande

Ao mesmo tempo que Campo Grande assume posição de destaque, a região do pantanal assume um papel importante no contexto da pecuária porque passa a ser produtor de gado magro destinado à produção de charque, ganhando ênfase no contexto nacional, cuja base para tal produção foi sendo assentada pela grande propriedade.

Observa-se que enquanto a região do pantanal assume sua vocação para a atividade pecuária, no sul do Estado começa a ocorrer um processo de colonização voltada para a ocupação dos ditos “espaços vazios” de determinadas regiões brasileiras com o intuito de estimular a formação de pequenas propriedades.

Le Bourlegat (2011, p.35). também traz sua contribuição explicando que,

O avanço interno da fronteira agrícola brasileira em direção ao oeste deu-se por meio de modelos previamente estabelecidos de colonização agrícola – inicialmente via agricultura familiar e mais tarde via empresas mecanizadas. Para o avanço de agricultores de natureza familiar na faixa de fronteira, o estado inicialmente organizou as primeiras terras de colonização orientada com a participação de companhias privadas, sob incentivos creditícios. Projetou, inicialmente, a vinda de migrantes nordestinos e, posteriormente, de imigrantes europeus e japoneses.

No caso das terras adquiridas por volta de 1950 a 1960, por proprietários de terras paulistas e paranaenses, há que se destacar que as áreas vendidas foram derivadas de um processo de especulação imobiliária utilizado por proprietários

predominantemente urbanos, mas também, por fazendeiros que adquiriram tais áreas do Estado consideradas devolutas.

A expansão da pecuária e da agricultura mecanizada por volta de 1960 a 1980 foi acompanhada de um intenso fluxo de migrantes oriundos principalmente do sul e do sudeste, atraídos pela dinâmica econômica voltada para o empreendedorismo agrícola. As áreas atingidas por essas dinâmicas equivalem ao planalto sedimentar, do Alto da Bacia do Rio Paraná.

As áreas de planalto foram utilizadas para sediar a instalação de usinas de açúcar e álcool em virtude de uma política de estado que tinha como objetivo abastecer o mercado externo, haja vista, a crise do petróleo que se colocava naquele momento, o que fez com que atraíssem empresários de outros estados, segundo Le Bourlegat (2011).

Além disso, o latifúndio foi uma estratégia utilizada politicamente, haja vista as rivalidades existentes entre o norte e o sul do então Mato Grosso. Sendo assim, segundo Almeida (2003), estimular o latifúndio no sul do Estado era uma forma de inibir o desenvolvimento nessa porção da região explicando a concentração de terras no Estado.

Observa-se, dessa forma, que a estruturação agrária sul-mato-grossense já nasceu concentrada e teve seus interesses sempre pautados na aliança histórica entre capital e Estado que culminou em grandes propriedades. Esse modelo pautado na concentração de terras influenciou inclusive nas decisões políticas do Estado,

Conseqüentemente, esse processo de ocupação do sul do antigo Estado de Mato Grosso, que privilegiou a grande propriedade e a atividade pecuária, gerou uma classe de grandes proprietários de terra que dominou e dirigiu Mato Grosso do Sul desde sua fundação, em 1977. O próprio processo separatista, gestado durante décadas e levado a cabo no governo militar de Geisel, foi um projeto político da classe proprietária de terras (ALMEIDA, 2003, p.113).

Como já salientado, primeiro o governo ignorou a presença indígena na região quando ofereceu terras a não-índios, e, posteriormente os colonos também ignoraram os índios, sendo considerados invisíveis e portanto fora do contexto nacional. Observa-se então que os agentes sociais que envolveram-se no processo de ocupação e formação do Mato Grosso do Sul sempre ignoraram a presença indígena frente à expansão capitalista no campo, na qual os índios representariam uma grande entrave.

CAPÍTULO 02- AS RESERVAS INDÍGENAS E SUAS IMPLICAÇÕES

2.1 O impacto da expulsão compulsória e os seus reflexos nas Reservas Indígenas

O Mato Grosso do Sul abriga a segunda maior população indígena do país, sendo a maioria da etnia Guarani e Kaiowá e Guarani/Nhandeva estando localizados na porção sul do Estado, região onde há predomínio da atividade agropecuária com ênfase ao agronegócio, que cresce vertiginosamente.

Ao mesmo tempo em que ocorre tal expansão agropecuária, vêm aumentando assustadoramente a violência e o número de assassinatos cometidos contra os indígenas. Além disso, o Estado apresenta os piores índices estatísticos quanto à violação dos direitos humanos desses povos que tem seus direitos socioculturais lingüísticos e territoriais garantidos na Constituição Brasileira de 1988.

Tal situação é reflexo dos conflitos e disputas que ocorrem entre indígenas e proprietários de terra, na medida em que os Guarani e Kaiowá reivindicam por seus territórios tradicionais e a regulamentação desses.

Com a expansão das atividades econômicas iniciadas no Estado com a chegada a Companhia Matte Laranjeira em 1882, e posteriormente, a implantação da Colônia Agrícola Nacional, os índios que até então ocupavam essa região passaram a ser alvo de perseguições e expulsões compulsórias dos territórios que tradicionalmente ocupavam, já que representavam um entrave para tais ambições desenvolvimentistas. Nesse sentido, percebe-se que os índios no Mato Grosso do Sul, sempre estiveram fora do contexto de desenvolvimento econômico do Estado.

A maneira encontrada pelos órgãos governamentais para retirar os índios dos seus territórios tradicionais e destiná-los à colonização, foi reservar áreas para agregá-los e assim o fez, destinando uma pequena parcela de terras para os índios usufruírem, equivalente a 18.124 hectares, conforme aponta Antonio Brand (2004).

Essas ações de aldeamento⁸ indígena pertenciam ao programa de “integração” intitulado pelo Estado. A intenção era que os índios ficassem nessas aldeias e com o tempo integrassem à sociedade nacional.

Durante a atuação do Serviço de Proteção ao Índio, foram criadas 8 (oito) Reservas Indígenas entre os anos de 1915 e 1928 cuja demarcação original prevista seria de 3.600 hectares mas houveram reduções em todas as reservas conforme pode ser verificado no Quadro 01 :

QUADRO 01- RESERVAS CRIADAS PELO SPI ENTRE 1915 E 1928

Município	Reserva	Ano de Criação	Extensão Reserva da	Extensão Homologada	Grupo Indígena	População
CAARAPO	CAARAPO	1924	3600	3594	Guarani/Kaiowá, Guarani/Nhandeva	4.283
AMAMBAI	AMAMBAI	1915	3.600	2.429	Guarani/Kaiowá	5.469
AMAMBAI	LIMAO VERDE	1928	900	668	Guarani/Kaiowá	1.092
CORONEL SAPUCAIA	TAQUAPERY	1928	2000	1886	Guarani/Kaiowá	2.578
SETE QUEDAS	PIRAJUI	1928	2000	2118	Guarani/Kaiowá	2.031
DOURADOS	DOURADOS	1917	3.600	3.475	Guarani/Kaiowá, Guarani/Nhandeva, Terena	11.146
TACURU	SASSORÓ	1928	2000	1923	Guarani/Kaiowá	2.764
JAPORÃ	PORTO LINDO	1928	2000	1650	Guarani/Kaiowá	3.919

Fonte: Eremites de Oliveira e Pereira *apud* Cimi (2000); IBGE: CENSO 2010. Organização: Bastos (2013)

Como resultado do processo de confinamento dos Guarani e Kaiowá acirrou-se a partir de 1970 quando como já salientado com a implantação da soja como atividade agrícola na região o que significou para os indígenas a falta de refúgio nas matas

⁸ Compreende-se por “aldeamento indígena” uma unidade administrativa criada pelo Estado ou por algum órgão missionário cujo objetivo é agregar índios dentro de uma área oficialmente delimitada e reconhecida. Porém, o fato de haver tal reconhecimento não implica que não existam agrupamentos de indígenas ocupando áreas tradicionais não delimitadas oficialmente, segundo Eremites de Oliveira e Pereira (2009).

localizadas nos fundos das fazendas. Há que se salientar que além da soja comprometer o espaço já reduzido onde os índios se escondiam para escapar do confinamento nas reservas, a expansão da leguminosa comprometeu a biodiversidade da região já que o restante da mata, foram derrubados para a expansão dessa cultura.

Nesse sentido fica claro a opção dos índios Guarani e Kaiowá pelas áreas com matas e próximos aos rios e estivessem aptas para a agricultura que historicamente já ocupavam e é com expansão das fazendas destinadas à pastagens e produção agrícola que vai comprometer a vivência dos índios nessas áreas. Sendo assim, podemos afirmar que a expulsão das áreas nas matas significou para eles a ameaça do seu modo de ser e a destruição do pouco de terra que lhe restava.

Foi nesse contexto de expulsão massiva dos fundos das fazendas que começou o processo caracterizado como *esparramo*⁹ que equivale ao momento em que os índios, passaram por uma situação de dispersão e fragmentação acentuando ainda mais as dificuldades dos indígenas de reproduzirem-se fisicamente e culturalmente. Dentro do contexto da dispersão forçada dos indígenas, muitos destes foram aldeados. Para (BRAND et.al, 2008, p.42), “no final da década de 1970 o território original de aproximadamente 20 mil quilômetros quadrados, restavam legalmente aos Guarani/Kaiowá apenas oito reservas com 18.124 hectares”

Esse processo de confinamento significou para os Guarani e Kaiowá no sul de Mato Grosso do Sul o deslocamento de mais de uma centena de aldeias conforme aponta (BRAND et.al, 2008). Além disso, comprometeu significativamente o modo de vida dos indígenas já que as reservas implicavam em novas formas de organização social, política e econômica alheias à relação anterior processo de confinamento nas reservas. Há ainda que observar que:

Esse processo de confinamento provocou a rápida passagem de alternativas variadas de subsistência—agricultura, caça, pesca e coleta, para uma única alternativa, a agricultura apoiada em poucas variedades de cultivares e, mais recentemente, a alternativa de assalariamento em usinas de álcool. No entanto, mais do que alternativas econômicas comprometeu, de forma crescente, as possibilidades de autonomia desses povos (BRAND et. al ,2008, p. 44).

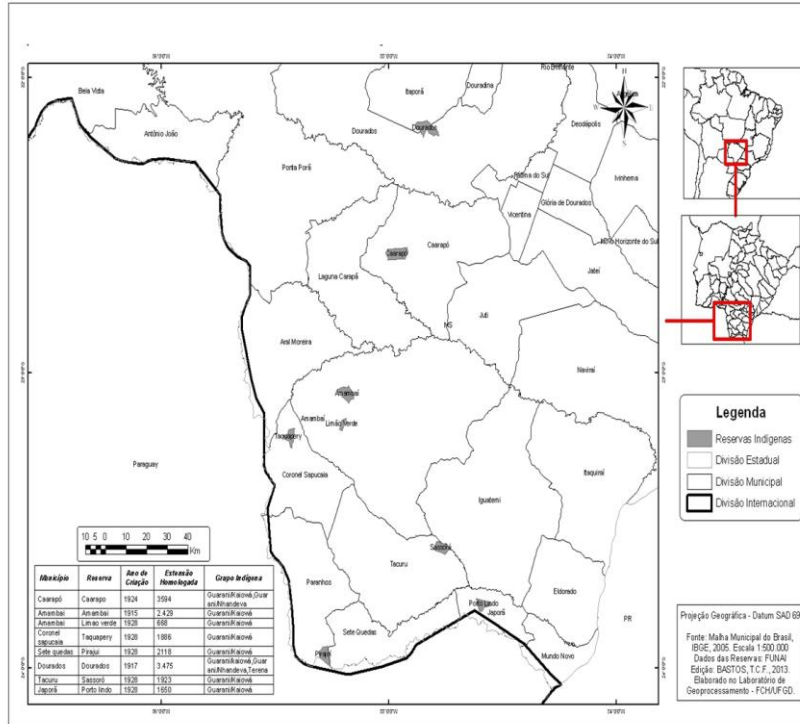
⁹ Esse termo foi utilizado pelo historiador Antonio Brand em trabalhos sobre os Guarani/Kaiowá no sul de Mato Grosso do Sul.

É interessante observar como que a expansão do agronegócio significou para os indígenas não só a perda dos seus territórios como também passaram a servir como mão-de-obra massiva nas usinas de açúcar e álcool e não raros são os casos de denúncias de super exploração Além da precariedade de trabalho dos indígenas engajados em tais atividades. Ironicamente percebe o caráter colonial que a cana-de-açúcar ainda desempenha no Brasil.

Essas ações de aldeamento¹⁰ indígena pertenciam ao programa de “integração” intitulado pelo Estado. A intenção era que os índios ficassem nessas aldeias e com o tempo integrassem à sociedade nacional.

¹⁰ Compreende-se por “aldeamento indígena” uma unidade administrativa criada pelo Estado ou por algum órgão missionário cujo objetivo é agregar índios dentro de uma área oficialmente delimitada e reconhecida, Porém, o fato de haver tal reconhecimento não implica que não existam agrupamentos de indígenas ocupando áreas tradicionais não delimitadas oficialmente, segundo Oliveira e Pereira(2009).

MAPA 01- Localização das Reservas Indígenas criadas pelo SPI entre 1915 e 1928 no Mato Grosso do Sul



Fonte: FUNAI (2013). Org: Bastos (2013)

No período de criação das reservas, o Serviço de Proteção ao Índio acreditava equivocadamente que tal medida seria suficiente para abrigar todos os índios Guarani e Kaiowá e também sanar os conflitos pela posse de terra entre índios e proprietários, o que de fato não aconteceu, como é visível nos processos de retomada indígena pelos territórios tradicionais e os lamentáveis índices de violência indígena no Estado.

Cabe aqui ressaltar que tal política não respeitou a diversidade étnica dos povos indígenas e do seu modo de vida, nem tampouco preservou-os em seus territórios tradicionais, tanto que a criação dessas reservas artificiais foram sendo estabelecidas de acordo com a disponibilidade de terras devolutas pertencentes à União.

Negando aos índios a possibilidade de escolher as áreas na qual teriam que se deslocar, o SPI ignorou os critérios utilizados pelos próprios indígenas para os locais de fixação de suas aldeias, que obedeciam a três quesitos fundamentais. Os Guarani e Kaiowá buscam áreas com córregos ou rios, matas, além de terras férteis para o desenvolvimento da agricultura, Brand (2004).

Diante da arbitrariedade utilizada contra os povos indígenas em usurpar suas terras, observa-se que tal projeto consistia como estratégia de desocupação dos indígenas dos seus territórios para serem destinados à colonização. Tal prática foi na contra-mão da legislação anterior, que previa proteção aos índios em seus territórios tradicionais, o que de fato, não ocorreu. Essas medidas governamentais constituíam,

em importante estratégia de desorganização da economia e organização social indígena e a sua conseqüente submissão aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas. Ignorou-se, na demarcação dessas reservas, os padrões indígenas de relacionamento com o território e seus recursos naturais e, principalmente, a sua organização social (BRAND, 2011, p.42).

Durante o processo de criação das Reservas, diversos foram os mecanismos utilizados para aliciar os índios nas áreas estabelecidas pelo órgão responsável pela delimitação da área. Quando os atrativos não eram suficientes e os índios recusavam-se a se deslocar para as Reservas, eram levados contrariamente à sua vontade, pelo uso da força e violência, Brand (1993).

Como se não bastasse a maneira como o SPI atuava para retirar os índios de seus territórios tradicionais, havia também as tentativas utilizadas pelos proprietários de terra para expropriarem os índios. Primeiro, ocorriam advertências para que dali se retirassem, depois vinham as ameaças e por *último* ocorria a expulsão de forma violenta, podendo ser verificados em relatos feitos pelos indígenas de toda a região e elucidados nos trabalhos de Brand (1993 e 1997).

Pacheco (2004) explica que ao criar essas áreas para os índios *dispersos* considerados *desaldeados*, era de que as únicas terras pertencentes aos índios seriam as Reservas e que, portanto, não poderiam permanecer em outro local que não fosse lá. Sendo assim no Mato Grosso do Sul,

criava-se a idéia de que as únicas terras indígenas eram essas, para onde os índios dispersos deviam se dirigir ou serem levados compulsoriamente. Esse processo gerou um pensamento generalizado no Mato Grosso do Sul de que as fazendas ocupadas atualmente pelos fazendeiros e reivindicadas pelos índios nunca pertenceram a eles, porque a idéia dominante é que terras de índios são as reservas (PACHECO, 2004, p.40).

O processo de perda territorial e o conseqüente confinamento provocaram profundas alterações no modo de vida dos Guarani e Kaiowá sendo que essas mudanças referem-se:

a distribuição interna da terra de cada reserva, impondo completa reorganização do espaço. Fora dos padrões tradicionais, que vigoravam no *Tekohá*; alterações profundas na economia, com a imposição do trabalho assalariado como forma de subsistência, alterações no sistema de chefias, conseqüência do surgimento e fortalecimento da figura do capitão, com poder de coerção e deteriorização da saúde e aumento significativo da violência interna, como conseqüência da desestruturação imposta pelo confinamento (BRAND, 1993, p.169).

No tocante à organização social indígena antes do confinamento nas Reservas, os índios possuíam características no seu modo de vida peculiares. Pereira (2010) explica que os Guarani e Kaiowá viviam em pequenos núcleos familiares de aproximadamente cem pessoas e assim eram denominados de família extensa ou

parentela. Essas parentelas estabeleciam alianças entre si que ocorriam por laços parentesco e cooperação ritual que instituía a comunidade *Tekohá*.

Essas comunidades costumavam construir suas casas às margens de córregos ou rios, desenvolvendo atividades na agricultura, caça, pesca e coleta. Além disso, as comunidades, mesmo mantendo-se distantes uma das outras, se comunicavam por caminhos traçados no *Tekohá*, que facilitava e garantia a comunicação entre uma comunidade e outra, conforme aponta Pereira (2004).

Um dos problemas entre tantos que ocorrem dentro nas Reservas Indígenas refere-se ao convívio que essas comunidades passam a estabelecer com parentelas nas quais não estavam acostumados a se relacionar já que pertenciam *Tekohás* distintos e que nem sempre mantinham-se em relações harmoniosas Pereira (2010). Dessa forma, entende-se que,

Hoje, aldeados, esses núcleos antes autônomos se encontram sobrepostos e geograficamente confinados "misturados" e sem condições de manter sua organização, assentada em unidades familiares autônomas, com seus líderes que zelavam pela harmonia interna (BRAND, 2004, p.141).

Esses impasses registrados acima permitem evidenciar os inúmeros problemas e situações adversas impostos aos Guarani e Kaiowá dentro das Reservas. Isso vai fazer com que tanto os órgãos oficiais quanto agentes externos (ONG'S, Conselhos Indigenistas, dentre outros) passem a assumir os problemas provocados pelo confinamento.

Tais intervenções vão gerar outro tipo de problema, pois a não-compreensão do modo de vida dos indígenas e categorias referentes ao modo de ser dos Guarani e Kaiowá: terra, religião, chefia, aldeia, parentesco, como base da economia que segundo Brand (1993), vão acarretar em conflitos entre os indígenas e os órgãos atuantes que na maioria das vezes passaram a atuar de forma imparcial, preconceituosa e autoritária em relação ao modo de vida dos indígenas.

Pereira (2010) explica que, muitos dos conflitos que antes eram resolvidos pela própria família, no âmbito da parentela eram liderados por um casal de velhos, que tinham a função de aconselhar, convencer e construir o consenso entre os envolvidos no conflito. Situação diferente se apresenta com a presença de agentes externos, que através do uso da força policial impostos pelos órgãos governamentais confrontava-se diretamente com o modo de vida Guarani e Kaiowá.

É importante ressaltar que a presença desses agentes externos de administração, embora tenham interferido no modo de vida dos Guarani e Kaiowá, se tornaram viáveis e necessários para o funcionamento interno e político na Reserva, haja vista o contingente populacional extremamente elevado imposto pelo confinamento, conforme aponta Pereira (2004).

Brand (2004) explica que muitos indígenas falam em desorganização social na Reserva, uma vez que os líderes já não conseguem fazer com que as pessoas que lá vivem, permaneçam unidas e motivadas a manterem-se dentro dos valores étnico-religiosos.

Outra questão a se considerar é que os Guarani e Kaiowá encontram-se espremidos em reservas que apresentam alta densidade demográfica, que é superior ao padrão histórico desses índios. Isso significa dizer que vivem em áreas limitadas sem os recursos necessários para manutenção e sobrevivência do grupo familiar. Além disso, o alto contingente populacional verificado nas reservas faz com que se torne mais difícil adequar a organização familiar, econômica e religiosa.

A perda territorial e a escassez de recursos necessários para a sua economia, fez com que muitos indígenas procurassem o assalariamento como alternativo para sua sobrevivência já que atividades como a agricultura, coleta¹¹, caça e pesca tornaram-se cada vez mais inviáveis ocasionados pelo confinamento.

Além disso, como a reserva não dispõe de espaços para roças suficientes para todas as famílias, muitos acabam procurando o assalariamento temporário em trabalhos em Usinas de Álcool e em fazendas da região. Diante de tal situação, observa-se que ocorreu uma drástica e rápida transformação da economia de subsistência para o assalariamento.

As principais atividades que empregam homens e jovens indígenas são as usinas de álcool e trabalho nas fazendas da região. Pereira (2010) explica que a ausência desses trabalhadores durante meses do convívio familiar, passa a ser um fator de desagregação das famílias nucleares que resultam em separações dos casais.

¹¹Tradicionalmente, a coleta é para os Guarani/Kaiowá uma atividade de lazer descontração não necessitando de rituais religiosos para a realização. A importância de tal prática não se estende somente pela coleta de alimentos e produtos medicinais. A perambulação pelas florestas realizadas por pequenos grupos permitem aliviar as tensões diárias, sociabilidade do grupo além do reestabelecimento psicológico do indivíduo, segundo Pereira (2004).

Para as famílias que possuem roças, tê-la significa muitas vezes conviver com parentes que vivem em situação de penúria. Além disso, surgem os parentes indesejáveis, quase sempre os assalariados temporários. Isso faz com que muitos prefiram lidar com parentes distantes à conviver com assédios devido à posse do roçado Pereira (2004).

Como se pode observar, o confinamento por imposição nas Reservas causou diversos problemas para os indígenas. Todas as comunidades que passaram pelo processo de confinamento após a chegada das frentes de colonização compartilham do mesmo problema que está relacionado à falta de espaço físico necessários para sua reprodução social, física, cultural e religiosa. Levi Marques Pereira, aponta alguns elementos que permitem compreender a estrutura vivenciada pelos indígenas nas reservas:

a) cada comunidade dispunha, até a chegada das frentes de ocupação agropastoris, de sua própria terra, isto lhe facultava a opção de definir com quais comunidades se relacionar e a forma e frequência dessa interação. Entretanto, com o confinamento nas reservas, passam a conviver com comunidades com as quais inexistiam vínculos sociais de parentesco, aliança política e solidariedade religiosa. Resultam daí sérios problemas de convivência; b) na reserva as comunidades passam a dividir um espaço exíguo e são forçadas a competir por recursos ambientais escassos, isto gera uma situação de stress ambiental; c) a constituição de uma malha viária e a facilidade de transporte e de comunicação, intensificou e ampliou o trânsito de informações entre as comunidades; d) a constituição de um amplo leque de instituições indigenistas, ligadas ao governo e a setores da sociedade civil, criou um campo de alianças de fundamental importância para as tentativas de resolução dos impasses vividos pelas comunidades Guarani (PEREIRA, 2003,p.142).

As atuais Reservas se constituem no Mato Grosso do Sul como “*configurações ecológicas artificiais, forjadas na necessidade dos órgãos governamentais de confinar essa população em pequenas áreas para liberar o restante para as frentes colonizadoras*” (PEREIRA, 2004, p.324). Os problemas sociais vivenciados pelos Guarani e Kaiowá têm atraído grande número de programas assistenciais oferecidos por igrejas, universidades, organizações não governamentais e políticas públicas para os índios e que até certo ponto elas minimamente auxiliam a convivência em um espaço físico limitado para a demanda de um contingente populacional exacerbado.

Sendo assim, a falta de espaço na reserva e de estrutura necessária para desenvolvimento da agricultura tradicional, a estrutura física comprometida já que possui seu espaço reduzido devido à super população e as dificuldades de manter as práticas religiosas, são fatores que impulsionaram os indígenas a retomarem seus territórios tradicionais que foram usurpados pelas frentes colonizadoras conforme veremos no tópico a seguir.

2.2 A criação das reservas indígenas e o processo de confinamento

A política de criação de Reservas Indígenas caracteriza-se pelo que Brand (1997) vai chamar de confinamento compulsório, que corresponde na concentração de índios em áreas delimitadas pelo governo. Essas áreas foram escolhidas aleatoriamente, de preferência próximas à concentração de não-índios, visando a integração gradativa dos índios à sociedade envolvente, não levando em consideração qualquer vínculo que os índios teriam ou não com seu território tradicional.

Implantadas as políticas oficiais de aldeamento forçadas e impostas pelo governo através do processo de confinamento, Eremites de Oliveira e Pereira (2009) afirmam que foram delimitadas áreas que chegavam à 3600 hectares havendo dessa forma uma drástica diminuição no tamanho das áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) teve uma participação fundamental e decisiva no processo de demarcação das Reservas Indígenas no sul de Mato Grosso do Sul, pois a este órgão cabia não apenas retirar os índios da área de conflito com os colonos, mas também encaminhá-los para reservas já estabelecidas pelo governo.

Entre 1915 e 1928, por exemplo, o SPI, implementou uma política oficial de aldeamento, na tentativa de reunir as reservas de população Guarani e Kaiowá espalhadas em um vasto território indígena. Foram reservadas áreas que chegavam até 3.600 hectares, havendo, Porém, uma drástica redução no tamanho as áreas das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades indígenas (EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2009, p.180).

Para que isso ocorresse, o SPI utilizava de artifícios, tais como tentativas de diálogo com os indígenas, até medidas mais punitivas que era o de negar qualquer

assistência social para aqueles que aceitassem serem transportados para as reservas. O antropólogo e historiador Antonio Brand ainda assevera que o SPI utilizava ações violentas contra os indígenas como forma de aliciar os índios para os postos indígenas.

Tais situações constrangedoras na qual os indígenas foram submetidos, cujo objetivo visava aplicar políticas de fixação indígena que incluía a prática de aldeamento, desconsiderou o fato de que nem todos os povos indígenas viviam em aglomerados. Dessa forma, Eremites de Oliveira e Pereira, contribuem ao caracterizar o significado e a conotação de aldeia, para eles:

O problema de aplicar o termo aldeia como sinônimo de local de habitação de índios é que nem todos os índios que vivem em território brasileiro moram em maloca, termo que normalmente é entendido como aglomerado de casas comunais onde vive uma família extensa. Acontece ainda de muitos grupos indígenas terem abandonado a casa comunal. Esse é o caso dos Kaiowá, que a partir do contato com as frentes de expansão agropecuária abriram o mato do uso da casa comunal chamada *pysy*, e adotaram o padrão de residência cabloca, habitada por uma família nuclear composta pelo casal, e eventualmente, por alguma criança adotada. Essa mudança no padrão de residência não representou a perda do sentimento étnico, nem mesmo da maior parte das regras de convivibilidade que se desenvolvia na casa comunal (OLIVEIRA E PEREIRA, 2009, p. 48).

Dessa forma, observa-se que ao adotar tais políticas de confinamento para os indígenas, visando a criação de áreas artificiais para os índios desconsiderando qualquer relação sócio-espacial desenvolvida pelos Guarani e Kaiowá, podemos concluir que, a expulsão progressiva desses povos indígenas do território tradicional, deve-se ao fato de que essas áreas passaram a ser objeto de cobiça e ganância que é típica característica do modelo capitalista. Em outras palavras, é dizer “... *que o espaço liberto e o tempo lunar do índio são novamente sacudidos pelo tempo do relógio são e pelo espaço-prisão do capital*” (OLIVEIRA, 1994, p.16).

Embora diversas ações ocasionassem em desdobramentos e implicações para os indígenas, conforme pudemos apurar até então, o que verifica-se é que:

Os Kaiowá/Guarani têm, historicamente, demonstrado surpreende capacidade de reagir diante dos avanços das diversas frentes de expansão sobre seu espaço, adaptando-se e reconstruindo suas aldeias em lugares diversificados. Ou seja, têm demonstrado surpreendente

capacidade de reconstruir territórios. Por esta razão, a questão básica para o futuro dos Kaiowá/Guarani parece estar centrado na possibilidade de recuperar espaços geográficos dentro do território amplo (**ñane reta**), aptos e suficientes, onde possam reconstruir, reorganizar e recriar suas aldeias, enquanto *Tekohá*. O acento maior parece não estar no caráter histórico da presença num determinado espaço, mas a possibilidade de reconstruir determinada relação específica cultural e historicamente definida com a terra dentro do território tradicional que permita reproduzir, o seu **ñande reko** (BRAND, 1997, p. 23).

Sendo assim, compreendendo que na perspectiva dos Guarani e Kaiowá as relações sócio-espaciais por eles estabelecidas possuem suas especificidades e lógicas diferenciadas, em situações de contato, por exemplo, conseqüentemente se contrapõe com outras racionalidades. Dessa forma, concordamos com Martins (1997, p.15) quando o autor aponta tais situações de contato como sendo historicidades desencontradas ou *“temporalidades que aparentemente se combinam, mas que de fato também se desencontram, na prática dos que foram lançados pelas circunstâncias da vida numa situação em que o conflito sai de seus ocultamentos.”*

É interessante observar como que a expansão do agronegócio significou para os indígenas não só a perda dos seus territórios como também passaram a servir como mão-de-obra massiva nas usinas de açúcar e álcool e não raros são os casos de denúncias de superexploração Além da precariedade de trabalho dos indígenas engajados em tais atividades. Ironicamente percebe o caráter colonial que a cana-de-açúcar ainda desempenha no Brasil.

A drástica e dramática situação em que os índios tiveram que conviver em superpovoadas reservas, além dos já escassos recursos naturais que as reservas contemplam e as formas organizacionais distintas das formas tradicionais de convivência que antecedeu o confinamento, fez com que muitos indígenas, por volta de 1970 e 1980 começassem um processo de retomada de seus territórios tradicionais na qual passaram a contar com amplo apoio da sociedade civil. Dessa forma, pode-se observar que,

recuperaram e já estão devidamente demarcadas e de posse dos índios um total e 11(onze) novas terras indígenas, que juntas somam um total de 22.450 hectares, estando, nesse momento, em processo de recuperação de diversas outras terras que integravam o seu território tradicional (BRAND at.al 2008, p.44).

As primeiras ações de retomada dos territórios tradicionais dos Guarani e Kaiowá obtiveram êxito em 1978 na aldeia Takuaraty-Yvykuarusu localizado no município de Paranhos, sul do Estado. Os índios foram por várias vezes expulsos da área e transferidos para locais próximos dali, mas que por estarem sempre articulados, voltavam para a área anterior mesmo sob ameaças de fazendeiros. A situação só foi solucionada quando conflitos entre fazendeiros e índios culminaram numa perícia antropológica para definição se a área era indígena ou não, sendo que apenas em 1984 a área foi identificada como terra indígena.

Esse caso é ilustrativo para demonstrar alguns dos exemplos do processo de retomada dos indígenas pelos territórios tradicionais, mas que não é suficiente para sanar a complicada situação desses povos resultado da ocupação e povoamento do não-índio. Nesse contexto, verifica-se que, embora exista uma expressiva mobilização indígena pela posse dos seus territórios tradicionais, as reservas indígenas demarcadas pelo SPI ainda continuam abrigando cerca de 80,2% (29.921) da população indígena Guarani e Kaiowá sendo que o maior contingente populacional desses povos encontram-se localizados em três terras indígenas demarcadas pelo SPI: Dourados, Amambaí e Caarapó, ocupando um total de 9.498 hectares, conforme aponta Brand et.al (2008).

Conforme apontaremos no próximo capítulo desse trabalho, ainda são verificados indígenas que estão à beira do caminho acampados entre a rodovia e o latifúndio. Observaremos que apesar das condições sub-humanas de sobrevivência, esses povos persistem enraizados em barracões de lona e madeira, pois ainda lutam carregando consigo a esperança de que o *Tekohá, a terra sem males*¹², será conquistado.

¹²De acordo com Chamorro (2009) para os Guarani, *terra sem males* pode ser interpretado como o local onde eles podem realizar o seu modo de ser autêntico e verdadeiro.. É também o lugar onde eles efetivamente vivem conforme o sistema Guarani: caçar, plantar, e celebrar como um Guarani, sendo que para isso é imprescindível a terra como elemento fundamental uma vez que sem ela não há cultura, ou seja, não há Tekó.

CAPÍTULO 3: OS PROCESSOS DE RETOMADA GUARANI E KAIOWÁ COMO PERSPECTIVA DE LUTA E RESISTÊNCIA

3.1. Retomadas indígenas: um desafio constante à caminho do *Tekohá*

O processo de retomada dos indígenas Guarani e Kaiowá é alvo de estudos de diversos pesquisadores que se destacaram em verificar os meandros que perpassam a trajetória dos índios pela recuperação dos seus territórios. Segundo Brand (2004), o processo de retomada dos territórios dos Guarani e Kaiowá, inicia-se por volta de 1950, mas ocorria de forma isolada e sempre sufocada por aqueles que eram contrários aos indígenas em retomar seus territórios.

Somente em 1970, tal movimento adquire visibilidade e força e é também no período em que os índios Guarani e Kaiowá que até então refugiavam-se no fundo das fazendas implantadas na região, tiveram que sair dessas áreas na medida em que começa haver a expansão das atividades agropastoris.

No entanto, esse processo começa a se acentuar, sobretudo, pela expansão do plantio da soja e à ampla mecanização dessa atividade agrícola, que passou a predominar no sul do Estado, momento em que o desmatamento tornou-se uma prática corriqueira para que tais atividades pudessem se expandir.

A mecanização provocou não apenas a expulsão dos Guarani e Kaiowá dos fundos das fazendas como também a sua mão-de-obra deixou de ser necessária já que o maquinário utilizado pelos proprietários dispensava o trabalho indígena. Outra consequência é que a monocultura da soja e da cana trouxe grandes prejuízos à biodiversidade da região, já que as matas foram derrubadas para o plantio. Além disso, nos acampamentos indígenas no Mato Grosso do Sul, são registrados altos índices de contaminação nos mananciais e córregos que acarretam em doenças aos indígenas. .

A maioria dos agrupamentos de Guarani e Kaiowá que encontravam-se nos fundos dessas fazendas, foram destruídas pelos seus proprietários. Os índios, sem terem condições de permanecer nessas áreas, já que eram constantemente ameaçados, tiveram que forçadamente se deslocar para as Reservas Indígenas.

Pacheco (2004), explica que as expulsões ocorreram logo com a chegada das frentes de colonizadoras e se acentuaram com a expansão das atividades agropecuárias como mencionado anteriormente. A autora explica que as desapropriações tornaram-se freqüentes pelos proprietários e de forma violenta, com consentimento e apoio do governo.

Recursos de toda forma foram utilizados para que os índios “desobstruíssem” as terras em que ocupavam e em toda a região o processo de expropriação foi através da violência e da força. Segundo Pacheco (2004), primeiro ocorriam as advertências para que os índios deixassem suas terras. Caso continuassem insistindo em permanecer, ocorriam as ameaças e por fim, a expulsão.

Muitas vezes, famílias inteiras eram deixados às margens das rodovias próximos das Reservas demarcadas. Para que não houvesse vestígio de ocupação tradicional, os fazendeiros procuravam eliminar qualquer evidência da presença indígena na área e para isso, queimavam as casas e passavam arado na terra.

No início da década de 1970, os primeiros passos são dados pelos Guarani e Kaiowá pela recuperação dos seus territórios tradicionais nas quais ações de mobilização dessas comunidades começam ganhar força e visibilidade. Segundo Brand (2004), tais ações começam a ser melhores articuladas e visualizadas pelos próprios índios. Além disso, órgãos ligados à causa indígena começaram apoiar os Guarani e Kaiowá.

Isso ocorreu devido às situações adversas a que foram submetidos esses indígenas quando chegaram as frentes expansionistas na região. Além disso, estavam cansados de esperar pela inoperância e inércia da burocracia estatal que não garantia os direitos desses povos previstos em Lei.

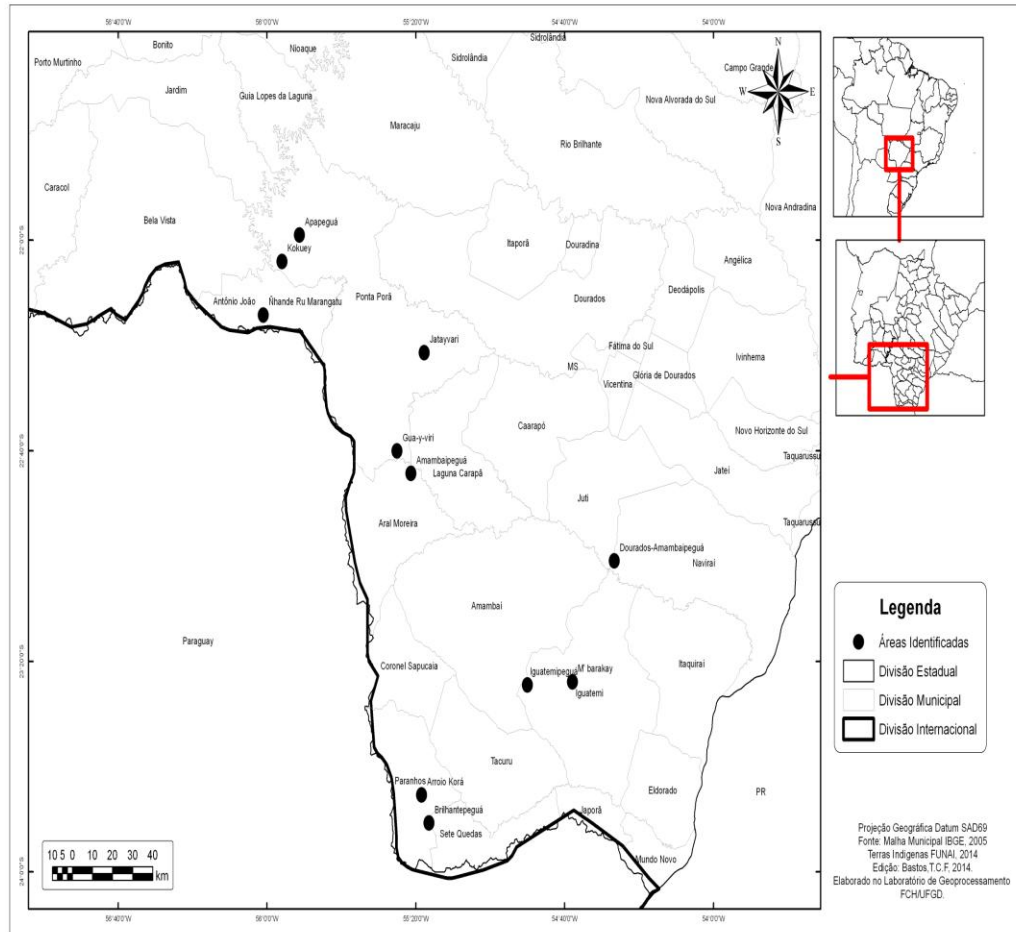
No que se refere à competência da União no tocante aos direitos dos povos indígenas, está claro na Constituição Federal, homologada em 1988, no art.231: *“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”*.

Sendo assim, no caso dos Guarani e Kaiowá, o Estado tem o dever de assegurar os direitos que referem-se à coletividade: organização social, costumes, línguas, crenças

e tradições e os direitos sobre as terras tradicionais, o que de fato não vêm ocorrendo. O descumprimento desses direitos, fez com que a mobilização política tornasse parte da trajetória desses povos pela recuperação dos seus territórios.

Conforme aponta Brand (2004), das 20 áreas reivindicadas por índios Guarani e Kaiowá desde 1980, onde algumas já foram devidamente regularizadas e outras encontram-se em processos judiciais, aguardando decisão dos órgãos responsáveis pelo processo de demarcação. No Mapa 02, encontra-se a representação cartográfica de áreas identificadas e que aguardam a demarcação de terras indígenas no sul de Mato Grosso do Sul.

MAPA 02- Localização das áreas identificadas e em análise no sul de Mato Grosso do Sul



Fonte: FUNAI(2014); IMASUL(2014). Org: Bastos (2014)

Na medida em que os indígenas começam a organizar-se para retomar seus territórios tradicionais, surgem inúmeras falácias contrárias à esse movimento, repudiando tal atitude dos Guarani e Kaiowá, afirmando que estes não possuem direito de reivindicação, cuja posse não era dos indígenas quando da homologação da Constituição Federal. Porém, o que não consta nesses discursos é que os indígenas foram expulsos dos seus territórios tradicionais num passado recente, pouco antes da promulgação da Constituição.

Segundo Moroni (2011) deve-se levar em consideração a história indígena, suas memórias e mobilidade territorial, elementos estes que fazem com que os Guarani e Kaiowá tenham vivos em sua memória as áreas que tradicionalmente ocupavam, sejam pelos relatos dos que encontram-se ou pelo testemunho de parentes já falecidos. Ainda segundo esse autor:

Por força das expulsões ocorridas no passado recente acentuadamente durante a segunda metade do século XX, muitos indígenas não se encontram na posse de muitas de suas terras. Porém a memória, a história indígena e a constante movimentação das comunidades fazem com que os povos indígenas de Mato Grosso do Sul, especialmente os Kaiowá/Guarani e Terena, promovam várias tentativas de retorno e sistemáticas cobranças pela demarcação, e estão muito longe de desistirem de suas lutas. De fato, deve-se aplicar o entendimento de que, caso comprovado pelos estudos que as comunidades indígenas não se encontravam em suas terras por terem sido expulsos em passado próximo, seja pelo próprio Estado brasileiro como por fazendeiros e posseiros da região, estas terras devem ser consideradas *tradicionalmente ocupadas pelos índios* (MORONI, 2011, p.53).

A seguir elucidaremos algumas situações em que os Guarani e Kaiowá iniciaram longa trajetória pela recuperação dos seus territórios tradicionais. Em alguns casos, os indígenas obtiveram êxito nas suas mobilizações e reconquistaram a área reivindicada. Porém na maioria das situações, os indígenas ainda travam uma extensa e conflituosa luta não apenas contra os fazendeiros que fazem o uso da força para interromper o trabalho dos órgãos responsáveis pela demarcação e coibirem o movimento indígena, mas também por uma parcela da sociedade que repudiam a atitudes dos indígenas.

Porém, observa-se que os indígenas têm recebido apoio de diversos órgãos que defendem e apóiam a causa indígena: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ONG'S, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), além de alguns pesquisadores ligados a questão indígena e membros da sociedade civil que apóiam indiretamente a causa dos Guarani e Kaiowá.

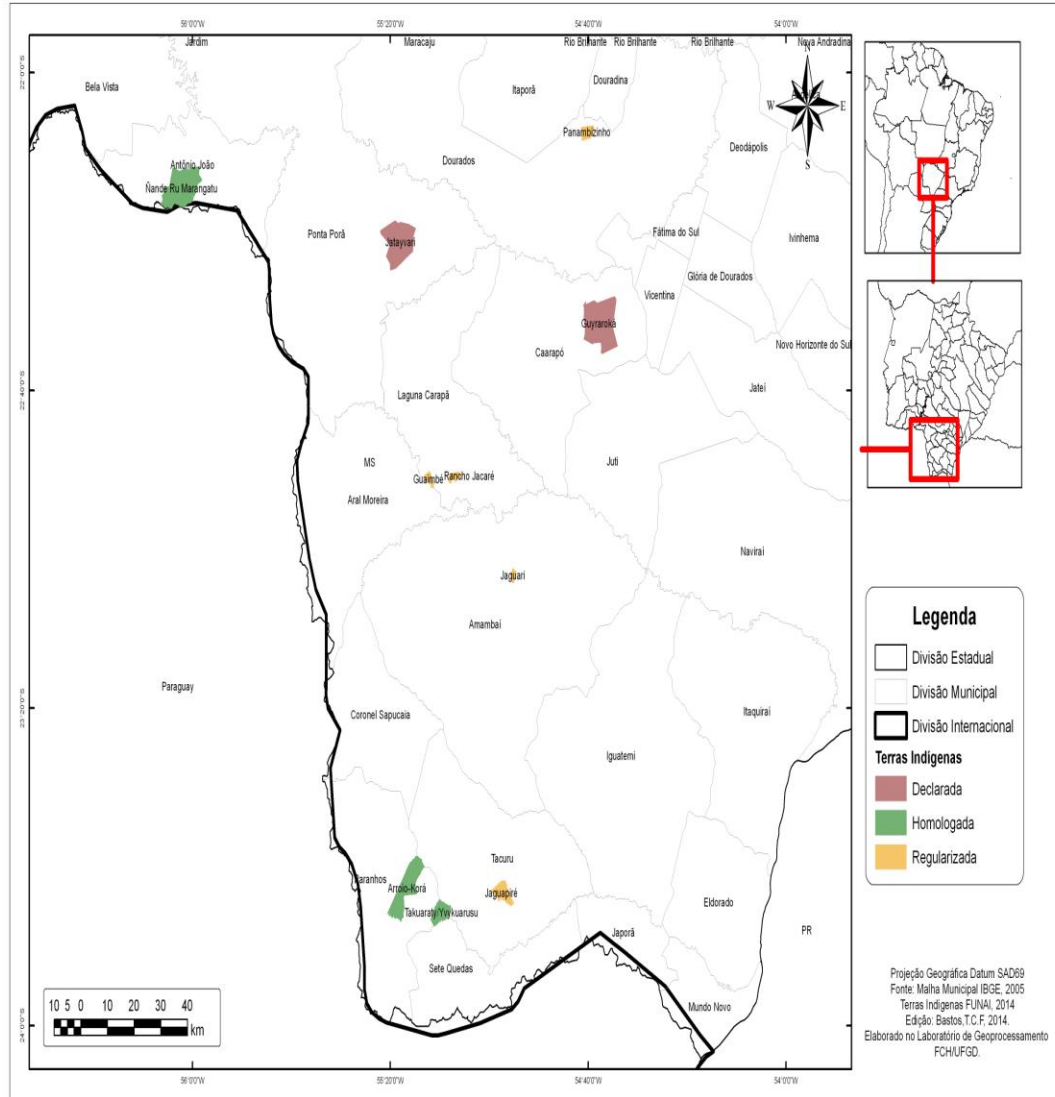
Conforme veremos, a mobilização indígena dos Guarani e Kaiowá na aldeia de Pirakua localizada no município de Bela Vista, porção oeste do Mato Grosso do Sul, iniciou o longo processo de retomada dos territórios tradicionais indígenas. Pereira (2003) explica que o sucesso de tais ações solidárias em prol da demarcação das terras

dessas comunidades serviu como paradigma para que outros grupos de Guarani e Kaiowá que passam por problemas semelhantes de conflito entre fazendeiros tivessem iniciativas de mobilização pela recuperação dos seus territórios. As mobilizações seguem sempre o esquema de articulação iniciado pelo grupo que retomou a Terra Indígena Pirakua. Essa organização ocorre dessa forma, na qual

a comunidade se mobiliza em torno da demanda objetiva da demarcação e desta mobilização emerge um líder que negocia ou "costura" as alianças com as comunidades politicamente solidárias, assumindo a condução das ações até que elas atinjam o objetivo proposto (PEREIRA, 2004, p.141).

O certo é que mesmo com os percalços administrativos e judiciais, das situações de extrema tensão conflituosa que envolve expulsões e violência entre fazendeiros, além de situações adversas em barracos improvisados sem estrutura necessária para sua sobrevivência, essas comunidades não se intimidam nem desistem de lutar pelo *Tekohá*. Tais motivações têm estimulado cada vez mais outros Guarani e Kaiowá a se mobilizarem e se unirem em ações coletivas pela retomada dos seus territórios tradicionais. No Mapa 03, é possível visualizar as Terras Indígenas retomadas no sul de Mato Grosso do Sul.

MAPA 03- Terras indígenas retomadas pelos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul



Fonte: FUNAI (2014); Organização: Bastos (2014)

3.2 Aldeia Pirakua e Takuaraty- Yvyvkuarusu: as primeiras mobilizações de retomadas territoriais

Ao dar início da trajetória de peleja enfrentada pelos Guarani e Kaiowá pelo direito permanente a aldeia Pirakua, primeiramente há que se considerar essa como a primeira área indígena do ponto de vista do processo técnico a ser reivindicada, ou seja, quando foi instaurado um Grupo de Trabalho pela FUNAI. Contudo, convém destacar que o sucesso desta retomada foi mérito dos índios uma vez que criaram estratégias e tecendo rede de articulações entre si que resultaram na mobilização maciça desses índios pela reocupação do território que consideram tradicional.

Sendo assim, inaugura-se no sul de Mato Grosso do Sul no início da década de 1980, um caminho tortuoso marcado pela luta e resistência dos índios da etnia Guarani e Kaiowá reivindicando a área identificada como aldeia Pirakua, localizada no município de Bela Vista nas proximidades do Rio Apa. Consta-se que existiam nessa área antes da expulsão, cerca de 24 famílias nucleares compostas por duas famílias extensas, somando 96 indivíduos, segundo Brand (1993). Há que se ressaltar que essa área foi a primeira área reconquistada pelos índios desde o confinamento, com a criação das Reservas Indígenas.

A intenção do fazendeiro era simplesmente transferir o *Tekohá* para outra área, não levando em consideração qualquer relação que esses índios tinham com o local até a chegada do fazendeiro nela. Caso recusassem a proposta, a ideia é que esses fossem transferidos para reservas já existentes com os problemas de superpovoamento já apresentados anteriormente nesse trabalho.

Dada a situação em que os índios encontravam-se e das diversas aliciações feitas pelo fazendeiro, a FUNAI teve que reconhecer a presença dos Guarani e Kaiowá nessa comunidade e tomar as providências cabíveis para a regularização dessa área indígena como pertencentes aos índios.

Diante da morosidade da Justiça, os Guarani e Kaiowá, cansados de esperar, se mobilizaram e resolveram pressionar os órgãos responsáveis competentes para que fosse solucionado o impasse vivenciado pelos índios e do direito ao território tradicional. Foi

então que inaugurou-se um amplo movimento de organização dos Guarani e Kaiowá liderados pelo cacique Lazaro Morel, já falecido.

No tocante à estratégia de mobilização adotada pelos Guarani e Kaiowá na demarcação dos seus territórios tradicionais, pode-se dizer que esses índios não apresentaram qualquer ação de violência em defesa de sua terra ou quaisquer meios escusos para obtenção desta.

Segundo Pereira (2003), o sucesso das ações solidárias utilizadas pelos Guarani e Kaiowá pela resolução do conflito instaurado na Aldeia Pirakua, serviram como um paradigma para que outras aldeias que enfrentavam problemas semelhantes no tocante à demarcação de suas terras somente teriam suas terras devidamente regularizadas caso houvesse mobilização envolvendo a comunidade indígena, setores do indigenismo que apóiam a causa indígena e da sociedade civil.

Ainda segundo esse autor, tal mobilização resultou em uma nova fase na relação dos Guarani e Kaiowá com os fazendeiros com quem freqüentemente disputam a posse da terra, com as ONG'S, inclusive com o órgão indigenista oficial: a Fundação Nacional do Índio.

Diante dos fatos mencionados acima, fica intrínseco atitudes de resistência, persistência, audácia e bravura dos índios Guarani e Kaiowá que enfrentaram um árduo e espinhoso caminho pela reocupação do seu território, mas que lutaram veemente pelo seu território tradicional sem esmorecer diante das armadilhas criadas pelos proprietários de terra e dos entraves judiciais que dificultavam o retorno dos índios ao *Tekohá*.

Ações de mobilização pela recuperação dos territórios tradicionais, abriu um caminho de esperança para as comunidades que lutam diariamente contra as intempéries ocasionadas pela expulsão dos seus territórios tradicionais. Esses índios chegaram à conclusão de que somente a partir de articulação e mobilização solidária por parte deles é que será possível suas terras serem demarcadas.

Segundo o modelo inaugurado pela comunidade de Pirakua, a estruturação de tais ações pauta-se em primeiramente em mobilizar os índios em torno da área reivindicada a ser demarcada. Posteriormente, o líder da comunidade forja alianças com

outras comunidades que sempre agem solidariamente em prol da comunidade que reivindica a demarcação, conforme explica Pereira (2004).

Ainda de acordo com esse autor, também fazem parte desse contexto e que possuem essencial importância, os rituais conduzidos por líderes religiosos que aglutinam diversas pessoas fornecendo segurança necessária para as situações de risco a que são submetidos os *líderes* encabeçados pela retomada do território.

Da mesma forma, na TI Takuaraty-Yvykuarusu, no município de Paranhos, extremo sul do Estado, os Guarani e Kaiowá enfrentaram situações de conflito e tensão pela recuperação do *Tekohá*. Após a expulsão do território tradicional, começou-se então uma incessante saga de luta desses índios para retornar ao seu *Tekohá*. Segundo (BRAND, 1993, p.138): “*Mulheres e crianças e homens caminham 35 quilômetros, quando acaba a comida, sendo obrigados a se empregarem nas fazendas e assim obter novas condições para continuar a volta ao Tekohá.*”

Sem recursos, os índios resolveram dar trégua e aceitaram se alojar numa aldeia próxima, no Posto Indígena de Pirajui oferecido pela FUNAI. Essa atitude demonstra a capacidade de articulação dos indígenas em aceitar ou recusar as interferências oferecidas pela FUNAI, mas sempre visando os seus objetivos que nesse caso específico é pelo retorno ao seu território tradicional.

Depois de um período, esses índios decidem retomar a luta pela volta ao seu *Tekohá*, mas são contidos por forças policiais solicitadas pela FUNAI ao secretário de segurança pública a fim de remover os índios que ocuparam a Fazenda Paraguassu. Porém, a persistência dos índios, que não os deixaram esmorecer diante dos obstáculos adversos, fez com houvesse que nova tentativa de retomada pelo seu território tradicional. Após anos de conflito e tensão enfrentados pelos índios Guarani e Kaiowá em prol da demarcação do seu *Tekohá*, finalmente, conseguiram ter suas terras demarcadas,

É importante destacar que a regularização das aldeias indígenas acima citadas só foi possível graças à determinação e o firme engajamento desses índios na luta incessante pela reconquista de seu território. Demonstra também como os índios tiveram que atuar numa caminhada solitária, pois não havia órgão naquele momento

disposto a ampará-los mas ao mesmo tempo, coletiva, pois mantiveram-se sempre articulados e unidos.

3.3 Terra Indígena Arroio Korá

A primeira tentativa de retomada da aldeia Arroio Korá ocorreu em 17 de junho 1995, quando os índios Guarani e Kaiowá organizaram-se e saíram de Sete Cerros onde marcharam rumo à reconquista do seu *Tekohá* ocupando uma fazenda que estava implantada na área. Porém não conseguiram permanecer e tiveram que deixar o local dias depois.

Cumprido destacar que essas mobilizações pela retomada do *Tekohá* em Arroio Korá não obtiveram orientação nem tampouco apoio da FUNAI. Como aconteceu na Terra Indígena Rancho Jacaré, localizada no município de Laguna Caarapã, na qual a FUNAI determinou a transferência dos índios do seu território tradicional, o mesmo ocorreu com os índios de Arroio Korá.

Sendo assim, é possível verificar que, como sucedeu-se em outras terras indígenas no sul do Estado, observa-se a total falta de atenção e compromisso da FUNAI frente às reivindicações dos índios Guarani e Kaiowá na luta pela posse e permanência na terra.

No relatório da FUNAI elaborado por Levi Marques Pereira finalizado em 2001 foi verificado que até a presente data não havia sido concluído o processo demarcatório em Arroio Korá nem tampouco os conflitos entre indígenas e fazendeiros. Naquele momento os índios haviam ocupado uma pequena porção da área e grande parte estava sob domínio dos fazendeiros que proibiam os índios de adentrar, utilizando a violência como forma de coibirem os índios de qualquer tentativa de ocupação.

Os índios estavam sobrevivendo sob condições bastante adversas numa pequena porção de terra. Passaram a conviver com o drama do alcoolismo, recursos escassos para manutenção das famílias e constantes pressões e ameaças dos fazendeiros, conforme acima mencionados.

Atualmente esses índios vivenciam uma espera dramática pela regulamentação e reconhecimento definitivo de suas terras. Enquanto isso, vivem em situação de constante tensão provocadas por ameaças e violências dos fazendeiros que vez ou outra, contratam pistoleiros para que promovam ataques à comunidade.

3.4 Terra indígena Panambizinho

A luta dos índios Guarani e Kaiowá na aldeia Panambizinho localizada no município de Dourados na região sul de Mato Grosso de Sul que assim como outras terras indígenas que passaram por processo de esbulho, foi um processo de resistência e constante luta em defesa do seu território tradicional. Os índios dessa região tiveram primeiramente que lutar pela permanência na terra e posteriormente pelo retorno já que foram expulsos com a chegada dos colonos com a implantação da Colônia Agrícola Nacional.

Sendo assim, o panorama fundiário dessa região está intimamente ligada à chegada dos não-índios incentivados pelas políticas governamentais de povoamento que deu início a uma longa luta travada pelos Guarani e Kaiowá da aldeia Panambizinho pela reconquista do seu território. Esses índios procuraram ao máximo impedir que suas terras fossem invadidas e por isso resistiam em deixá-la. Por outro lado, os colonos buscavam constantemente a expulsão dos índios Brand (1993).

Ainda segundo o autor acima mencionado, foram realizadas diversas propostas dos órgãos governamentais para que os índios desocupassem a área e então fosse viabilizado o desenvolvimento econômico que estava sendo gestado naquele momento em que os índios representavam um entrave.

Porém os índios resistiram arduamente para não serem transferidos para a Reserva Indígena. Maciel (2004) explica que diante da inviabilização da remoção desses índios, estes passam a ser tratados da mesma forma que os colonos e receberam 30 hectares de terra por família. A autora explica também que os índios após obterem as terras, passaram ser aliciados a vendê-las ou trocá-las com colonos que chegavam na região por preços muito abaixo do seu valor real.

Observa-se que, na medida em que aumentam as imposições para que os índios saíssem do seu território tradicional, também aumentava a resistência dos índios em permanecer na área. Isso pode ser verificado quando houveram pressões para que os índios se deslocassem para o Posto Indígena Francisco da Horta e também quando

resistiram em permanecer no seu território tradicional ainda que através de intimidações e ameaças.

Embora tenha ocorrido o reconhecimento legal da área apesar de longa espera, os índios Guarani e Kaiowá que num primeiro momento tiveram que lutar pela permanência e recuperação do *Tekohá*, agora lutam enfrentando problemas pela sobrevivência na terra. Segundo (MACIEL, 2004, p.07),

Atualmente, a aldeia Panambizinho passa por uma série de dificuldades, dentre as quais podemos citar, os problemas de haver um número elevado de pessoas para um pequeno espaço de terra, falta de melhores condições para a agricultura, perda de suas matas, falta de lenha, de alimentos, haja vista que o espaço de cultivo é insuficiente para a subsistência da população da aldeia. Vale ressaltar também que os Kaiowá não têm condições de combater as pragas da lavoura, nem recuperar o solo cansado com nutrientes da adubação; além disso, eles ainda não têm necessário apoio tecnológico por parte das gestões públicas. Dessa forma, os homens da comunidade se vêem obrigados a trabalhar fora da aldeia, fato este que gera muitos problemas, dentre eles o alcoolismo.

Sendo assim, observa-se que a luta dos Guarani e Kaiowá como também verificado em outras terras indígenas já mencionadas não se limita apenas a recuperação do seu território tradicional. Pelo contrário, representa apenas um dos obstáculos rumo ao *Tekohá*. O segundo momento caracteriza-se pela luta constante em permanecer e sobreviver dignamente no seu *Tekohá*. São índios que persistem e relutam bravamente em buscarem formas de manter sua organização social frente às intempéries impostos pela sociedade envolvente.

3.5 Terra Indígena Nhande Ru Marangatu

A aldeia em questão, localiza-se no município de Antônio João (ou Campestre)¹³ cuja delimitação ocorre em área de fronteira com o Paraguai, sendo que do lado paraguaio existe uma comunidade Kaiowá de *Pysyry*, localizada no Departamento de Amambay, distrito de Pedro Juan Caballero no Paraguai, que serviu de refúgio para os Kaiowá devido pressões de não índios conforme apontaremos adiante.

A ocupação por particulares na aldeia *Nhande Ru Marangatu*, ocorreu nos fins de 1940 e início da década de 1950, período em que as expulsões dos índios nessa área tornaram-se prática corriqueira por fazendeiros e pecuaristas que exigiam o desalojamento imediato dos Kaiowá para que fossem implantadas atividades agropastoris, segundo Eremites de Oliveira e Pereira (2009).

Mesmo tomando conhecimento do conflito fundiário que ocorria na região, o extinto SPI omitiu-se em resolver a questão dando suporte favorável aos índios, descumprido assim função como de tutor destes. Ao invés disso, o órgão responsável, não garantiu a permanência dos índios no seu território tradicional, muito pelo contrário, incentivou a política de aldeamento em reservas intituladas pelo governo.

Como observável em outras áreas indígenas marcadas pelo conflito fundiário, esse cenário caracterizado por expulsões e violências, além da omissão do órgão responsável pela tutela, não foram fatores suficientes para que os índios desistissem de recuperar seu território usurpado e reivindicar por ele.

Como prática comum de solidariedade entre Guarani e Kaiowá, houve mobilizações por parte de comunidades que sensibilizaram pela luta dos índios de Antonio João pelo reconhecimento legal de suas terras. Tal manifestação de apoio expressos por lideranças de outros *Tekohá* também em reuniões organizadas pelos indígenas (*Aty Guassu*), surpreendeu os fazendeiros que não esperavam dos índios capacidade de organização pela retomada dos seus territórios, ou seja, desconsideraram as estratégias e alianças forjadas pelos indígenas para alcançar seus objetivos.

Em outubro de 2004, foi demarcada a área para a comunidade com extensão de 9.300 há. Os Guarani-Kaiowá da região, que até então viviam em 26 hectares de terra (que aceitaram ocupar de boa vontade provisoriamente até a regulamentação judicial na área em litígio na fazenda Fronteira), retomaram cerca de 500 hectares de suas terras tradicionais.

Porém, embora tenham logrado a homologação das suas terras em março de 2005 pelo presidente Lula, a comunidade *Nhande Ru Marangatu*, em maio do mesmo ano, a pedido de reintegração de posse solicitado pelos fazendeiros, os índios foram expulsos por uma equipe de policiais federais e militares que juntos formaram um aparato judicial formado pelo batalhão da polícia federal que contavam com homens

armados, equipados com bombas de gás, escopetas e bala de borracha, além de viaturas e helicópteros segundo atesta o Cimi (2005) ¹⁴.

Todo esse esquema foi feito para que os índios saíssem imediatamente do território tradicional. Há também que se destacar que os fazendeiros antes mesmo da reintegração de posse, cruelmente, atearam fogo nas casas dos índios que tiveram que recolher seus pertences às pressas para que não fossem consumidas pelo fogo. As famílias despejadas foram deslocadas para beira da estrada e permanecem sem destino certo aguardando que a justiça determine a volta ao seu território ancestral.

3.6 Terra Indígena Jatayvary

Segundo consta no relatório coordenado pelo antropólogo Thomaz de Almeida em 2005, a região situa-se em ambos os lados do trecho da BR 463 em Ponta Porã no trecho que liga Dourados a este município. Essa área no passado constituía um *Tekoháguassu*, isto é, um espaço territorial que abrigava vários *Tekohás*.

O fato de caracterizar-se como uma área com densas florestas e campos naturais fez que os índios ali permanecessem refugiados por longas décadas. Porém, como ocorrido em outros *Tekohás*, logo foram descobertos pelo colonizador por volta de 1950 e suas terras passaram por um processo de desmatamento avassalador intensificado nas décadas posteriores.

Como ação corriqueira dos órgãos governamentais nesse período, esses índios foram confinados em Reservas Indígenas de Caarapó e Dourados. O antropólogo Thomaz de Almeida (2005) afirma que foram transladadas 37 famílias. Algumas conseguiram continuar no território tradicional buscando estratégias de permanência oferecendo mão-de-obra nas fazendas que estavam sendo implantadas no seu *Tekohá*.

As lideranças encabeçadas no processo de retomada em Jatayvary passaram a participar ativamente das reuniões do *Aty Guassu*. Thomaz de Almeida (2005) explica que na última assembléia da reunião foram discutidas as estratégias para retomada no momento oportuno e para tanto contaram com total respaldo e apoio do *Aty Guassu*.

Decidido o momento adequado para retomar Jatayvary, na data de 15/06/1998 os índios fretaram um ônibus com recursos próprios que os levou até a margem direita do

¹⁴ Reportagem realizada pelo Conselho Indigenista Missionário em 2005 e divulgada no site: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=667&Itemid=2. Acesso em 08/07/2013.

Rio Dourados, e ali montaram acampamento nas cercanias da ponte localizada na BR 463. No momento em que permaneceram no local, os índios vivenciaram situações precárias já que tiveram que enfrentar muita chuva e enchente que assolavam aqueles que ali estavam, conforme consta no relatório do antropólogo Thomaz de Almeida (2005) á FUNAI.

Além disso, o referido relatório afirma havia naquele momento 250 indivíduos no acampamento e que as crianças corriam risco de atropelamento por estarem na beira da rodovia. Fato esse que terminou em tragédia quando uma criança foi morta, vítima de atropelamento na área.

Como persistência é uma característica marcante entre os Guarani, embora passando por situações precárias de sobrevivência em barracos improvisados, enchentes constantes e risco de morte entre as crianças o anseio de retornar em seu território tradicional foram motivos que não permitiram esses índios esmorecer diante de tais situações.

Exemplo disso é que passando dois meses após ocupação ás margens do Rio Dourados, os índios Guarani e Kaiowá seguiram rumo ao seu *Tekohá* e no dia 23.08.1998 “*decidiram “entrar” nas terras e montar acampamento na margem direita do Córrego Tronqueira cuja toponímia Guarani é Jatayvary*” Thomaz de Almeida (2005, p.58).

Semanas opôs a ocupação, os índios foram informados que poderiam permanecer na área reivindicada, pois havia sido firmado um acordo entre o Banco do Brasil e a FUNAI garantindo a permanência dos índios no local. Em 25 de abril de 2011, foi expedido pelo Ministério da Justiça o reconhecimento da terra indígena Jatayvary conforme a Portaria n°499 como sendo de posse permanente dos indígenas numa área equivalente à 8.800 hectares.

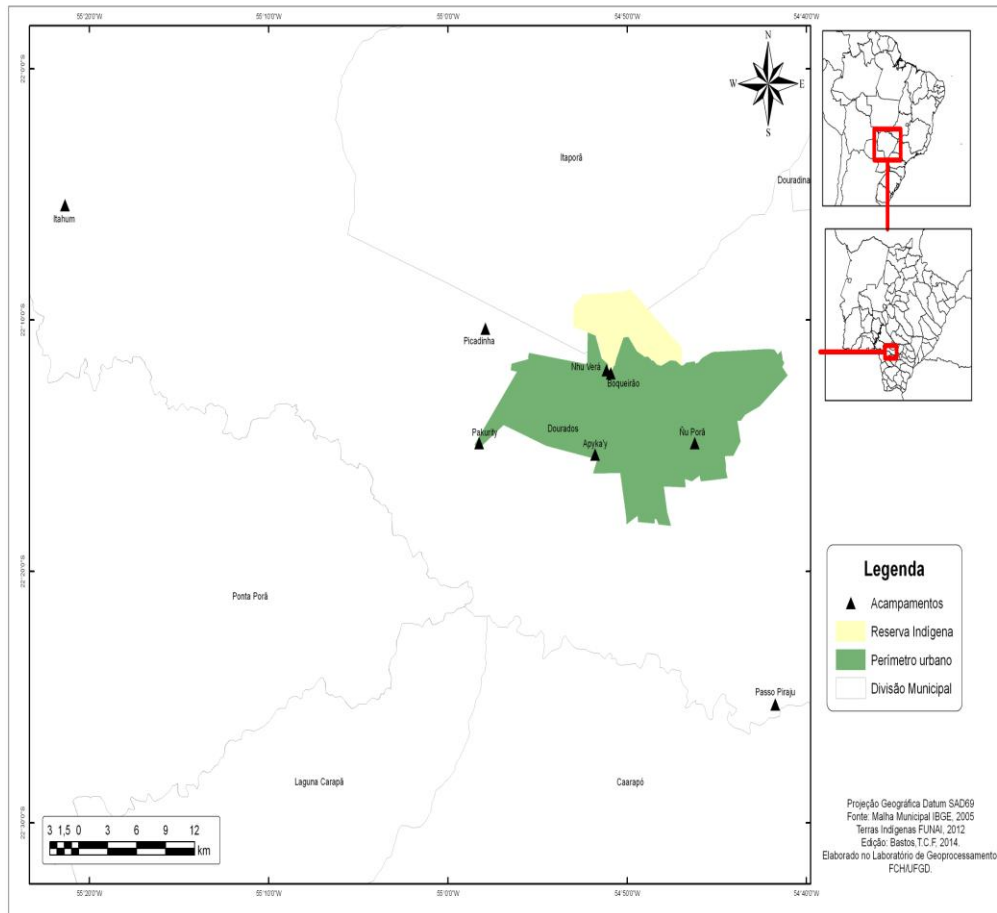
CAPÍTULO 04- TERRITÓRIOS EM DISPUTA: OS ACAMPAMENTOS INDÍGENAS NO CONTEXTO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS

Este capítulo consiste em compreender as perspectivas de resistência e luta dos Guarani e Kaiowá nos territórios que consideram como de ocupação tradicional a partir do processo de expropriação principalmente com a chegada dos empreendimentos agropecuários a partir de 1950, segundo aponta Brand(2004). A pesquisa de Lutti

(2009) possibilitou a compreensão das territorialidades expressas nos acampamentos indígenas e que vão surgir como estratégias utilizadas pelos índios de re-ocupação das áreas por eles reivindicadas.

De acordo com dados da FUNAI de 2012, existem atualmente 08 (oito) acampamentos indígenas no município de Dourados-MS, configurando-se assim como em áreas consideradas de litígio, já que aguardam regularização judicial. São eles: Apyka'i, Nu Porã , Pacuriky, Passo Piraju, Itahum, Boqueirão, Picadinha e Nhu Verá, conforme o Mapa 04.

Mapa 04-Localização dos Acampamentos Indígenas no Município de Dourados-MS



FONTE: FUNAI (2014). Organização: Bastos (2014).

Embora esses acampamentos estejam inseridos no processo histórico de espoliação territorial, cada um deles possuem especificidades fundiárias com particularidades e estratégias peculiares no contexto da luta pela terra. Dessa forma, concordamos com José de Souza Martins (1991, p. 134), quando o autor caracteriza a situação indígena da seguinte forma:

A situação das terras indígenas pode ser definida, de modo geral, como situação que envolve três características: terras *ameaçadas* de invasão pelos brancos, sobretudo grandes fazendas e empresas. Terras *griladas*, cuja posse pelo não-índio ainda depende de regularização; e terras *expropriadas*, cuja posse e domínio já estão legalmente nas mãos de brancos.

Sendo assim, verifica-se que no Mato Grosso do Sul, as terras indígenas que passaram pelo processo de expropriação e violência, são reflexos dos conflitos fundiários no Estado entre indígenas e proprietários de terra, podendo ser verificado nos crescentes índices de assassinatos contra Guarani e Kaiowá nos últimos anos em disputa de terra.

Tradicionalmente, os Guarani e Kaiowá, ocupavam amplo território na região sul de Mato Grosso do Sul, considerados por eles de *Tekoguassu* (grande território), de acordo com a disponibilidade de recursos naturais considerados indispensáveis para sua reprodução. Por isso, estabeleciam suas aldeias nas proximidades dos rios, onde houvesse a presença de mato e solos férteis para o plantio. Sendo assim, para os Guarani e Kaiowá esses elementos são considerados fundamentais para sua reprodução.

Na medida em que as políticas de colonização da “Marcha para o Oeste” que visavam a colonização no interior do Brasil ia avançando, no município de Dourados, foi criada a CAND, que passou a receber migrantes que tornaram-se colonos. Tal processo provocou a desterritorialização gradativa dos Guarani e Kaiowá dos territórios tradicionalmente ocupados por meio da expulsão.

Na medida em que as frentes de colonização começavam a avançar e se expandir, os índios que até então viviam embrenhados nas matas dessas propriedades, logo que descobertos, são expulsos por proprietários que não desejam mais a presença indígena ou pelo Estado, que retira os índios e os deslocam para as Reservas Indígenas.

Importante considerar que em ambos os casos, ações violentas eram freqüentes no processo de expulsão.

Compreendemos que a formação de grandes propriedades agrícolas na região, associadas ao incentivo do Estado, provocou a expulsão dos indígenas dos territórios tradicionais já que nelas foi-se derrubando a mata para implementar a plantação de grãos em larga escala, e em conseqüência, os índios foram “descobertos”.

Cumpramos destacar que o período que antecede a expansão dessas frentes de colonização, as Reservas, embora tenham sido criadas com o intuito de transferir os índios do território de origem para essas áreas delimitadas pelo Estado, estas eram pouco habitadas já que a maioria dos Guarani e Kaiowá negava-se veemente a sair do *Tekohá*. Somente quando ocorre a maciça chegada de não-índios na região e os indígenas passam a ser considerados “intrusos” no seu território, é que as Reservas passam a apresentar considerável contingente populacional.

Como os índios resistiam ao processo de des-territorialização, ainda que expulsos, várias tentativas de retorno ao território tradicional ocorreram e ocorrem desde então. Em alguns casos, embora tenham perdido consideráveis áreas do território tradicional, resistiram e conseguiram permanecer ainda que em situação de litígio, instalados em barracos, lutando pela sua re-territorialização. Alguns acampamentos indígenas são exemplos emblemáticos nesse processo.

Nessa perspectiva, cumpre considerar duas características importantes que distinguem os acampamentos indígenas entre si, isto é, suas particularidades. Ao mesmo tempo em que ocorre o processo de retomada, que são estratégias de reivindicação pelo retorno ao território tradicional, já que passaram pelo processo de expulsão efetiva do *Tekohá*, há situações em que as novas gerações não passaram pelo processo de expulsão de toda a área que ocupavam.

Sendo assim, podemos afirmar que no primeiro caso, são territórios tradicionais que podem ser caracterizados como áreas de retomada, pois os grupos ao serem expulsos, criam estratégias de retorno ao *Tekohá*. No segundo, como não houve a saída forçada de toda a área, são considerados grupos de resistência, pois lutam pela permanência e recuperação do território ocupado pelo não-índio.

Diante do contexto de expropriação e espoliação dos Guarani e Kaiowá dos seus territórios tradicionais e considerando que os acampamentos indígenas, são considerados área em litígio para a Justiça, já que juridicamente, não possuem legitimação do território, são resultados da ofensiva capitalista que, para se expandir aos poucos foi apropriando-se dos territórios tradicionais dos Guarani e Kaiowá, destruindo-o e impondo a essas comunidades limites e usos, afetando assim, seu modo de vida.

Tal situação é nitidamente verificada pelo cenário marcado por conflitos, disputas e estratégias travadas entre proprietários de terra e indígenas pela posse de determinado território. Em outras palavras, significa a "*luta pelos espaços e tempos distintos e pelos territórios destruídos/construídos*" (OLIVEIRA, 1997, p.11).

Nesse sentido, compreendemos que a situação conflituosa, evidenciada pela latente disputa territorial entre indígenas e proprietários de terra, onde esses grupos visam distintas formas apropriação do território é resultado de diferentes territorialidades. No caso das comunidades Guarani e Kaiowá isso implicou no processo acentuado de des-territorialização dos indígenas dos territórios tradicionais.

Aliado ao processo de perda territorial, as relações afetivas, físicas, culturais e simbólicas que os índios Guarani e Kaiowá criaram com o território carregando consigo a ideia de enraizamento e pertencimento com o mesmo, é o que justifica as estratégias de resistência e luta forjadas pelos indígenas no processo de retomadas.

É nesse contexto que vão surgir por volta de 1970, as tentativas de re-territorialização, momento em que os índios passaram a se organizar politicamente e promover o que consideram como retomadas dos territórios tradicionais, ou seja, são tentativas de re-territorialização e portanto, a saída daqueles que direta ou indiretamente provocaram a expulsão dos seus territórios tradicionais Brand (2008).

Essas mobilizações visando a re-ocupação das áreas consideradas como de ocupação tradicional são resultantes das condições impostas nas Reservas que são análogas ao modo tradicional vivenciado pelos indígenas no *Tekohá*, já que consideram-na como um local artificial e insuficiente para atender as necessidades de natureza física, social e cultural dos Guarani e Kaiowá.

Tais fatores impulsionaram a criação de políticas entre os índios para as retomadas dos territórios tradicionalmente ocupados, devido às condições impostas pelas Reservas. Nesse sentido, deve-se considerar a importância das relações físicas e simbólicas que os indígenas possuem com o *Tekohá* e que na Reserva tal relação é impossibilitada.

Isso porque, a ideia de pertencimento e enraizamento com o território deve estar associada como pré-condição para sua existência, isto é, condição de vida. José de Souza Martins (1986, p.36), contribui afirmando que:

Para os povos indígenas, a terra aparece fundamentalmente como *meio de re-produção*, de recriação de estruturas, relações, instituições, ritos, que a simples conversão do *território* em *terra* isto é, em *meio de produção* no (sentido vulgar e não no seu sentido teoricamente correto), destruiria ou comprometeria.

Nesse sentido, acreditamos que a descaracterização e destruição dos territórios bem como a importância simbólica, física e social que representa para os povos tradicionais têm sido uma das estratégias utilizadas por grupos contrários ao direito constitucional dos indígenas de acesso à terra, pois compreendem que “*desterritorializar uma etnia é a melhor maneira de vê-la desaparecer para se fundir num magma sociológico*” Bonnemaïson (2002, p.107).

Para tanto, forjam estratégias de des-territorialização dos Guarani e Kaiowá dos seus territórios tradicionais através de despejo sob amparo judicial ou de ações violentas de expulsão. Os índios dessa forma, passam da condição de originários do território, para a condição de invasor/intruso. São estratégias encontradas pelos proprietários, pois “*como têm de garantir a propriedade da terra, vêm na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio expresso na propriedade privada capitalista da terra.*” Ariovaldo U. (Oliveira, 2004, p.63). Esse autor vai além ao afirmar que:

O direito, vai sendo subvertido e a justiça ficando de um só lado, o reivindicado pelas classes dominantes. Muitos magistrados são capazes de dar reintegração de posse a um representante da elite que não possui o título de domini de uma terra que é sabidamente pública. Como tal, ela não é passível do reconhecimento de posse. Entretanto, a justiça cega não vê porque não quer (OLIVEIRA, 2004, p 63).

É importante ressaltar que os povos Guarani e Kaiowá resistem não apenas por tratar-se do território tradicional, carregados de elementos simbólicos e culturais, mas uma condição a priori que garanta a reprodução física e social, portanto de sobrevivência frente à ofensiva capitalista. Nesse sentido, concordamos com Carlos Walter Porto Gonçalves (2006 p. 20),

Os povos indígenas com sua cultura e seus territórios tentam resistir à extinção não só física, mas também cultural. Até porque a vida é mais que biológica: é um determinado modo de ser, pensar, sentir e agir. Cada vez mais, os povos indígenas afirmam a singularidade, a sua diferença, enfim, sua cultura. Há, portanto, uma existência que poderíamos chamar de objetiva, inspirando o movimento dos indígenas e essa subjetividade, sabemos, deriva exatamente da sua afirmação como sujeitos de sua própria História, da sua singularidade.

Essas estratégias de permanecerem próximo ao território tradicional, acampados improvisados em condições adversas à própria condição humana, são representações claras de resistência frente ao processo histórico recente de expropriação. Evidente que o avanço do agronegócio, impulsionado pelo plantio da cana-de-açúcar que cresce vertiginosamente na região e todo o aparato logístico criado para atender a expansão dessa atividade agrícola, são fatores emblemáticos que dificultam os índios na situação de litígio em que se encontram, de recuperarem seus territórios tradicionais.

Portanto, cumpre considerar que os indígenas, ao mesmo tempo que criam estratégias de retomada expressas em tentativas de re-territorialização próximos ao território reivindicação, podemos verificar grupos que, embora vivenciam o processo de esbulho sem que necessariamente tenham saído do território tradicional e portanto são assim considerados como áreas/territórios de resistência.

Embora existam duas possibilidades de refletir sobre os acampamentos indígenas, em ambos os casos, observa-se que as tentativas e estratégias de luta e resistência são latentes já que os Guarani e Kaiowá de forma geral passaram pelo processo de expropriação e violência resultando na condição atual desses grupos. Nesse sentido, Pereira (2003, p.141), afirma que

Todas as comunidades comungam a situação do assédio, pressão e violência que representa o contato com as frentes colonizadoras. Este fenômeno está na base do surgimento de uma consciência de participação em uma história comum, aproximando comunidades distintas em torno de um mesmo problema: a perda do espaço físico necessário à reprodução física e cultural sociedade, de acordo com sua estrutura social e princípio cosmológicos. (Grifo nosso)

Porém, é importante destacar que esses fatores embora tenham provocado a desterritorialização, não significou a perda de identidade com o território, mas significou alternativas de re-territorialização, ou seja, a reconstrução dos territórios, ainda que precariamente” Haesbaert e Porto Gonçalves (2006).

No contexto da luta pela terra dos indígenas Guarani e Kaiowá que encontram-se nos acampamentos indígenas, observamos que são diversas as estratégias forjadas por esses grupos de permanência no *Tekohá* ou em áreas próximas a ele. Tais estratégias são verificadas através da inserção como mão-de-obra próximas ao território reivindicado, principalmente no trabalho nas usinas de álcool ou como empregados nas propriedades rurais.

Esses fatores são importantes de serem considerados, pois, embora o trabalho seja necessário para a sobrevivência, constitui-se também como estratégias de manter-se próximo ao território de ocupação tradicional, na qual não deixaram de transitar, já que a mobilidade territorial é uma peculiaridade dos Guarani e Kaiowá, segundo (Pereira, 2007).

As alianças familiares nos acampamentos e entre os acampamentos como também entre as aldeias e reservas são imprescindíveis para a organização nesses locais, pois surgem como estratégia de fortalecimento do grupo no contexto da luta pela terra, conforme aponta Pereira (2007). Isso demonstra a importância das parentelas no bojo da organização social e a importância que ela desempenha estrategicamente para o grupo que reivindica o *Tekohá*.

Também é necessário acrescentar que muitos índios que vivem atualmente nos acampamentos vieram de outras reservas, já que não se adaptaram as condições nelas impostas (falta de espaço para a reprodução física e social, conflitos internos) e que

passam a fazer parte do grupo num acampamento, geralmente ordenado a partir das relações familiares.

Dentre as estratégias forjadas pelos Guarani e Kaiowá, aparecem as mobilizações indígenas que culminam na (re)ocupação dos territórios tradicionais que os indígenas foram obrigados a abandonar. Essas organizações sociais entre os Guarani e Kaiowá são importantes, pois são através delas que os grupos procuram re-territorializar-se. Sendo assim essas mobilizações procuram

Demonstrar que as ações políticas se caracterizam como um movimento étnico, já que o potencial mobilizador está inerentemente relacionado às características organizacionais e aos valores culturais do grupo, mas evidencia também que as ações assumem as feições de um movimento social, segundo as definições correntes nas análises sociológicas (PEREIRA, 2003, p.138).

Dessa forma, ao tecerem redes de articulações entre as lideranças das áreas em litígio, organizam-se em reuniões¹⁵ cuja pauta está em defender as terras indígenas e recuperação dos territórios tradicionalmente ocupados. Foram essas mobilizações que deram início a vários processos de áreas indígenas que aguardavam regularização fundiária e que atualmente são consideradas como de posse permanente dos Guarani e Kaiowá, conforme (Pereira, 2003).

Cumprir destacar que embora essas estratégias sejam desenvolvidas e pensadas no interesse coletivo do grupo, algumas partem no seio do acampamento, isto é, são desenvolvidas e articuladas de acordo com as peculiaridades do grupo. Sendo assim, cada acampamento possui estratégias próprias de articulação e organização que, ao mesmo tempo, elas se cruzam quando as lideranças desses acampamentos reúnem-se para tratar de assuntos de interesse coletivo, onde o foco principal é a demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados.

¹⁵ Aty Guassu (Grande Assembléia) é uma reunião organizada pelos Guarani e Kaiowá, onde lideranças indígenas do Estado, recebem apoio de organizações favoráveis a causa indígena e juntos discutem os problemas enfrentados pela comunidade tanto nas reservas quanto no acampamentos indígenas, buscando soluções que contemplem as reivindicações dos indígenas. Porém, a pauta principal é a demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados, que há décadas é um problema que assola os Guarani e Kaiowá.

Cumpra aqui diferir as estratégias dos Guarani e Kaiowá no contexto da luta pela terra em relação a outros grupos não-indígenas¹⁶. Isso porque, embora ambos reivindiquem acesso à terra, são as conotações e significados que esses grupos carregam sobre a área reivindicada que os diferenciam na conjuntura pela posse territorial.

Isso porque, os indígenas reivindicam um território específico partindo do pressuposto não apenas do ponto de vista da sobrevivência física, mas também da perspectiva idealista e simbólica, isto é, dos vínculos de enraizamento e pertencimento estabelecidos pelos indígenas no território.

Nesse sentido, podemos verificar que o significado do território para os Guarani e Kaiowá corresponde “*a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável dessas relações*” Haesbaert (2006, p.42).

Os Guarani e Kaiowá, na conjuntura de recuperação dos territórios tradicionais partem do pressuposto do contexto histórico cultural e simbólico do grupo com a área em questão. Isso significa que a luta pela terra, bem como, as estratégias estabelecidas pela re-ocupação norteiam-se a partir do conceito de *Tekohá* como lugar de cultura e reprodução de vida.

Isso permite compreender o surgimento dos movimentos indígenas pela recuperação dos territórios tradicionalmente ocupados e o processo de visibilidade que passaram a ter na medida em que criaram diversas estratégias de retomada desde a década de 1970, segundo Pereira (2003). No cenário político e social, essas estratégias implicaram na resistência em legitimar o direito dos povos indígenas, que

¹⁶ A título de exemplificação, citaremos aqui a luta dos trabalhadores rurais está em parte, está assentada na lógica da propriedade privada da terra que embora não tenha o caráter monopolista do campo tão pouco de latifúndio, pelo contrário, o embate ocorre contra essa lógica, a terra ao ser conquistada esta, passa a ser fragmentada em loteamento entre as famílias. Situação que difere dos Guarani e Kaiowá já que no seio de sua organização social está o uso da terra de forma coletiva.

conseqüentemente significaria a aceitação das territorialidades e temporalidades específicas travadas no espaço geográfico Massey (2005).

Nesse sentido, aos índios são negados suas territorialidades, isto é, seu sistema de organização social específico como condição fundamental de reprodução física e cultural nos territórios tradicionais. A explicação para esse cenário ideológico contra os Guarani e Kaiowá está assentado na expansão da fronteira capitalista no campo conforme aponta Martins (1997) e que, carregados de signos de modernidade, avanço e prosperidade, justificou a desterritorialização dos índios de seus territórios, colocando-os numa condição de inferioridade, segundo propõe a lógica do capital.

Sendo assim, do ponto de vista do pensamento tido como moderno na qual a amálgama entre Estado e propriedade privada atuam veemente contra o direito e reconhecimento dos indígenas subjugando-os e colocando-os na condição de povos historicamente atrasados e portanto desprovidos de uma organização social complacente ao modelo predominante que é gestado sob a égide do capitalismo. Sendo assim, o pensamento moderno pode ser caracterizado da seguinte forma:

Esta é uma construção *eurocêntrica*, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal. Mas é ainda mais que isso. Este metarrelato da modernidade é um dispositivo de conhecimento *colonial e imperial* em que se articula essa totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial do mundo. Uma forma de organização e de ser da sociedade transforma-se mediante este dispositivo colonizador do conhecimento na forma normal do ser humano e da sociedade. As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 13).

Sendo assim, compreendemos que,

a espoliação colonial é legitimada por um imaginário que estabelece *diferenças incommensuráveis* entre o colonizador e o colonizado. As noções de raça e de cultura operam aqui como um dispositivo taxonômico que gera identidades opostas. O colonizado aparece assim como o outro da razão., o que justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador. A maldade, a barbárie e a incontinência são marcas. Identitárias do colonizado, enquanto que a bondade, a civilização e a racionalidade são próprias do colonizador. Ambas as identidades se encontram em relação de exterioridade e se excluem mutuamente Castro-Gómez (2005, p.85).

Nessa perspectiva, a desigualdade sobre os indígenas, não raras vezes é justificada pela diferença. O diferente, o outro, o indígena tido como “atrasado” ocuparia, assim, um lugar que não lhe seria próprio num cenário agrário voltado para a grande produção, nesse caso, agropecuária.

Isso porque, existe a necessidade histórica do capital reproduzir-se em escala ampliada e progressiva que implicou na conversão de terras devolutas em propriedade privada para a expansão do capitalismo no campo invadindo as terras indígenas, provocando assim a desterritorialização dos Guarani e Kaiowá dos seus territórios Martins (1991).

Segundo Martins (1991, p135) “*a invasão de terras indígenas é apenas um capítulo da historia social do país”* (Grifo nosso). Isso significa que o processo de expulsão e espoliação dos indígenas dos territórios tradicionalmente ocupados, historicamente sempre foram justificados pelo pensamento tido como hegemônico, isto é, pautadas no ideário da modernidade cujos discursos de superioridade, progresso e desenvolvimento foram veemente utilizadas como argumento para invadir o território indígena.

Sendo assim, as relações entre proprietários de terra e indígenas podem ser interpretadas a partir da relação desigual entre esses sujeitos, especialmente a partir dos conflitos pela posse da terra, processo para o qual os estereótipos culturais negativos sobre os povos indígenas são sempre reforçados e reelaborados conforme o momento histórico. Isso ocorre porque são ignorados os saberes e as concepções que os indígenas possuem do uso e apropriação territorial bem como as relações sociais, econômicas, culturais e políticas que mantêm com o território.

Além disso, nesse cenário ideológico, os proprietários de terra lançam-se do discurso de que as mobilizações indígenas em torno reivindicações dos territórios tradicionais, são ações de “invasão”, que vão contra o direito da propriedade privada que se assenta como base do sistema econômico vigente no Mato Grosso do Sul. Tal discurso contribui para disseminar a “superioridade étnica”, em detrimento das comunidades indígenas que passam a ser considerados invasores e intrusos do próprio território.

Há que se destacar que, se por um lado, o processo colonizador que perdura até os dias atuais procurando manter a colonialidade, ou seja, exercer o poder e controle nas comunidades tradicionais de desintegrá-las para apropriar-se dos territórios tradicionais, conforme aponta Quijano (2005) por outro lado, os índios, através de movimentos por eles forjados, passaram a criar estratégias contra o processo de espoliação resistindo em permanecer nos territórios tradicionais assentados em acampamentos e/ou mobilizando-se para retomar os territórios tradicionais quando efetivamente ocorreram as expulsões.

Nesse sentido, acreditamos que essas estratégias de resistência são modos distintos de luta pela terra. São situações de conflitos e tensões vivenciadas pelos índios que lutam pela recuperação do território fruto da expropriação, violência e omissão dos órgãos oficiais.

Portanto, pensar a sobre a questão agrária a no contexto dos conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul entre indígenas e proprietários de terra, é afirmar que elas ocorrem a partir de situações em que onde grupos antagônicos reivindicam determinado território com distintas formas de apropriação.

Isso acontece porque existem relações de poder travadas entre proprietários de terra e indígenas Guarani e Kaiowá onde esses grupos criam mecanismos que, no contexto das disputas territoriais no Estado, visam estabelecer o uso, controle e apropriação de determinado território. São, portanto, choques de interesses divergentes que levou a uma luta incessante indígenas pela sobrevivência e recuperação dos seus territórios contra o cerco imposto pela da propriedade privada.

Sendo assim, a terra, aparece não apenas como mediadora de relações sociais como também como as relações de dominação. No contexto da luta por determinado território, essa dominação ocorre quando o capitalismo avança de forma rápida, radical e progressiva, incidindo diretamente nos territórios indígenas, Martins (1991).

Dessa forma, verificando a expansão vertiginosa do capitalismo sobre os territórios indígenas no município de Dourados, procuraremos demonstrar como as comunidades indígenas que resistem e lutam pelo *Tekohá*, submetendo-se à adversas condições, sejam pelas precárias condições de moradia nos barracos de lona são exemplos emblemáticos. Também são negados a esses índios recursos fundamentais e elementares para a sobrevivência como água e alimentos.

Como se não bastasse, ainda convivem diariamente com o clima tenso desencadeado por proprietários de terra, que utilizam artifícios violentos de intimidação como tentativas de retirar os índios da área que reivindicam. Há também casos que a violência se efetiva, sendo explicados pela expressiva estatística de lideranças indígenas assassinadas no Estado.

Nesse sentido, procuraremos ao longo desse capítulo demonstrar que a luta dos Guarani e Kaiowá é a luta pela posse do território tradicional, causado pela perda territorial que sofreram. É uma luta que tem uma roupagem histórica evidente explicada a partir da narrativa dos povos originários do território ocupado/reivindicado e que possui um caráter de resistência frente ao processo de expropriação.

4.1 Acampamento Ñu Porã

Este acampamento localiza-se na BR 163, aproximadamente 03 quilômetros do centro da cidade, onde residem índios da etnia Guarani e Kaiowá, cercados por pequenos lotes arrendados. No entorno do acampamento existe uma empresa que comercializa gramas na região, a Mudas MS, um pescueiro, uma antiga olaria ainda em funcionamento, além de pequenos loteamentos. Essas características dão ao Nu Porã uma conotação de especificidade em relação aos demais, pois, embora a propriedade esteja em posse legal de 01(hum) proprietário, os índios convivem direta ou indiretamente com diversos arrendatários.

O local reúne em torno de 45 barracos construídos com lona e pedaços de madeira cuja população média é de 80 pessoas que é variável devido ao trânsito de pessoas entre aldeias e acampamentos. Há também 14 crianças que estudam no próprio acampamento em regime multiseriado, conforme Foto 01, que é extensão da Escola Municipal Tengatui Marangatu, que se localiza na Aldeia Jaguapiru em Dourados.

Foto 01- Interior da escola localizada no acampamento.



Fonte: Bastos, 21/07/2013.

Como a área encontra-se em litígio, os Guarani e Kaiowá do acampamento Ñu Porã, não possuem autorização para fazer roçado, acabam dependendo de cesta básica oferecida pela FUNAI que é insuficiente para suprir as necessidades alimentares das famílias. Os índios procuram exercer a atividade da pesca como complemento alimentar do grupo. Alguns indígenas realizam trabalhos temporários na olaria e na empresa Mudas MS embora não há registro em carteira desses empregados. Como alternativa de sobrevivência, Lutti (2009) afirma que a alternativa encontrada pelos índios para sanar esse déficit é quando mulheres e crianças vão à cidade pedir alimento nas residências ou procurar nos cestos de lixo das mesmas.

A existência de energia elétrica no local é possível devido a uma “parceria” entre o proprietário da olaria que fornece energia elétrica mediante ao pagamento mensal já que, por estar em área de litígio, os índios não tem permissão para terem rede de energia elétrica.

Quando perguntado sobre a construção da igreja evangélica Batista Memorial no acampamento, João Vera, um dos moradores do acampamento, informou que por tratar-se de uma área que aguarda legalização, esta não poderia ser construída, mas o grupo aceitou pois seria útil para realização de reuniões, armazenamento de cestas básicas, além de servir como sala de aula para as crianças.

Nesse sentido, acreditamos que a função da igreja no local, serviu como estratégia de fortalecimento do grupo, pois de certa forma, contribuiu como elemento estrutural físico do acampamento. Além disso, a construção da igreja possibilitou para alguns índios acesso à água potável, já que foi construído um poço próximo à igreja. Como o poço é insuficiente para atender a demanda do grupo, muitos utilizam a água de um lago, cujas condições são insalubres para o consumo diário, conforme pode-se observar na foto 02.

Foto 02- Condições da água utilizada por muitos indígenas no acampamento.



Fonte: Bastos, 28/11/2013.

Como observado, várias são as estratégias forjadas pelos indígenas para permanecer no *Tekohá*. Dentre elas, podemos elencar a presença de João Vera no acampamento, que é liderança no local há quatro anos por já possuir experiência como

vice-capitão na aldeia do município de Caarapó. Dessa forma consideramos que a presença do indígena no acampamento funciona como importante estratégia de fortalecimento do grupo.

Quando perguntamos sobre ameaças oriundas dos vizinhos, Valdemir Castro, nos conta que houveram pessoas sondando o grupo afim de saber quem eram as lideranças, assim como a quantidade de moradores do local. Segundo depoimentos, o arrendatário da empresa Mudas MS, ameaçou destruir a igreja que há pouco tempo fora construída no local.

Segundo Valdemir Castro e Jardel, dois irmãos que disseram ter nascido no acampamento, afirmam que seus antepassados foram enterrados naquela região, mas que o local do enterro fora destruído na passagem de trator para o plantio de grama há pelo menos 18 anos, quando iniciou-se as atividades da empresa Mudas MS. Reforçando a ideia dos irmãos, João Verá afirma que:

Se alguém chegar aqui e dizer que essa terra não é nossa, é mentira porque a pessoa, o povo, o cacique que morava aqui, os antepassados, ficou no cemitério, até hoje não se sabe se é para lá do Douradão, ou se é aqui no brejo pra cá porque a cidade tomou conta, mas tinha cemitério, e aqui no Guaicuru.¹⁷

Além disso, João Verá reforçou a ideia que:

Nunca a justiça vai dizer que a terra é do índio, nos é que temos que decidir porque não vão saber, porque mesmo sabendo ele não vão falar que não é. Fazendeiro sabe que a terra comprou há cem anos, duzentos anos atrás. Ninguém comprava terra, o pessoal vinha grilando, o pessoal mais forte pegava, matava, batia e o índio corria. Hoje o índio voltou a pedir o que era dele.

Quando perguntado sobre a possibilidade de serem expulsos da área, foram enfáticos ao dizer que ali morrerão, pois ali consideram o Tekohá.: “Já que nossa família morreu aqui, nós vamos morrer tudo aqui. Num tem lugar que vai ir “né”. Aqui

¹⁷

Entrevista realizada em 21/07/2013.

*não estão mexendo com a gente não, por enquanto, porque aqui a gente reza muito , então até agora não acontecer de morrer ninguém aqui”*¹⁸, afirma Jardel.

Os locais possuem nomes específicos para os indígenas e são de suma importância pois a memória dos antepassados e a reprodução de suas histórias, atuam como fortalecimento do grupo. Nesse sentido, Pereira (2007, p 22) afirma que “ *as famílias atualizam a memória das relações de aliança passadas, recompondo o sentimento de coletividade que, no passado, marcava a ocupação do espaço que agora buscam reaver*”.

É importante ressaltar que, embora estejam ocupando uma área consideravelmente reduzida e cercadas por outras propriedades, enfrentando péssimas e insalubres condições de moradia, são capazes de re-criar territorialidades forjando diversas estratégias de sobrevivência física e de reprodução social ansiosos pela recuperação do *Tekohá*. Em outras palavras concordando com Bonnemaison (2002, p.97)

A territorialidade emana da etnia, no sentido de que ela é, antes de tudo, a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e a uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial – dito de outra forma, um território.

Os indígenas do acampamento Ñu Porã, estão há aproximadamente 30 anos aguardando decisão judicial de regularização do território como de ocupação tradicional. Caso a terra seja declarada como indígena, certamente haverá resistência dos arrendatários em deixar a área de aproximadamente 1.200 hectares, que equivale ao que os índios reivindicam.

Esses arrendatários, ainda que não sejam proprietários da área, certamente resistirão em retirar-se do local. Para a sociedade envolvente, tal decisão colocará índios em lados opostos já que são estereotipados como atrasados, indolentes e preguiçosos e portanto não farão uso “racional” da terra e sendo assim não necessitam da terra como condição para sua reprodução física, social e cultural.

¹⁸ Entrevista realizada em 22/07/2013.

4.2 Acampamento Apyka'y

O acampamento que também é conhecido como Curral de Arame que leva o nome do córrego próximo do local e de onde retiram água para o consumo, localiza-se às margens da rodovia BR 463, no trecho que liga o município de Dourados à Ponta Porã, a cerca de 07 quilômetros do centro da cidade de Dourados. Até setembro de 2013, eles ocupavam a margem direita da rodovia. Após sucessivos episódios de expulsão do *Tekohá* originário para onde se instalaram às margens da rodovia, atualmente adentraram ao lado esquerdo da rodovia, próximos à mata de reserva legal.

São índios da etnia Guarani e Kaiowá que vivem em precários barracos de lona em condições degradantes de sobrevivência, a mais de 15 anos, num contingente populacional impreciso haja vista que a precariedade do acampamento faz com que muitas famílias desloquem-se para outros locais à procura de trabalho ou de alianças familiares que o grupo mantém com outras aldeias da região e que se estabelecem no *Tekohá Apyka'y*. Esses fatores fazem com que seja constante o trânsito de entrada e saída de pessoas no local. Na foto 03, é possível visualizar as condições precárias de moradias no acampamento.

Foto 03- Interior de um dos barracos feitos de lona e pedaços de madeira do acampamento Apyka'y



Fonte: Bastos, 28/11/2013

Nos dados do relatório realizado pelo MPF (2009), consta que a saída total dos índios do *Tekohá* que ocupavam, ocorreu após a morte violenta da liderança local, Ilário Cario de Souza, que morreu assassinado, vítima de atropelamento intencional, segundo depoimentos de indígenas que moram no local Lutti (2009). Porém, mesmo com a expulsão, houve sucessivas tentativas de retorno em pontos diferentes próximos ao *Tekohá* reivindicado.

Nesse contexto verificamos que, embora a comunidade tivessem sido alvos de violência e expulsão do território originário, eles resistiram veementemente contra a saída do território que consideram sagrado. Manter-se acampados em diferentes pontos, mas visando a proximidade com o *Tekohá* surge como uma das estratégias utilizadas de estabelecerem relação com o território.

Quando esses índios estabeleceram contato pela primeira vez com o Ministério Público Federal, no final de 2003, já se encontravam acampados nas proximidades da BR.163, onde estão construídos seus precários barracos. Desde aquele ano, tentaram, pelo menos duas vezes reocupar o antigo *Tekohá*. A última investida, segundo dados da FUNAI

ocorreu em 17 de junho de 2008. Nesta oportunidade, simplesmente atravessaram a cerca que separava o local onde estão construídas as casas e a Fazenda Serrana, de propriedade de Cássio Guilherme Bonilha Techio. Mais uma vez, reocupam uma parcela do antigo *Tekohá*, ao redor do qual gravitavam, dando continuidade à circulação permanente, estabelecendo, assim, contato com a terra a qual consideram sagrada (MPF, 2009, p.04).

Como já observado no acampamento Ñu Porã, o dilema em relação à produção de alimentos é o mesmo. A impossibilidade de plantar alimentos inviabiliza parte da alimentação do grupo que dependem de cestas básicas, pedindo alimentos na cidade e do trabalho realizado em usinas de álcool da região.

Um dos maiores problemas enfrentados no acampamento sempre foi o acesso à água, já que a única fonte proveniente encontra-se de um córrego sujo e contaminado que os índios utilizam para higiene pessoal, cozinhar e beber. Quando chove, a situação piora, pois a água torna-se barrenta e apresenta forte cheiro.

Além disso, enfrentam problemas sanitários já que o lixo se acumula tanto na frente quanto atrás dos barracos. Com a entrada dos índios próximos à mata de reserva legal em setembro de 2013, a água tornou-se mais acessível, pois é proveniente de uma mina d'água que brota mata adentro, que compõe uma das nascentes do Córrego Curral de Arame, conforme a Foto 04:

Foto 04- Local utilizado pelos Guarani e Kaiowá para utilização da água para o consumo diário. A água que sai pelo cano é proveniente de uma mina d'água e que segundo os indígenas encontra-se contaminada por veneno proveniente das lavouras da região.



Fonte: Bastos, 28/11/2013.

Em agosto de 2013, a comunidade Guarani e Kaiowá do acampamento Apyka'y, foram surpreendidos por um incêndio que destruiu os barracos de lona, alimentos e roupas. O incêndio, que ainda não têm as causas apuradas, se alastrou rapidamente nas áreas próximas ao acampamento, atingindo os indígenas que ali estavam. A tragédia ocorreu em agosto de 2013 num inverno rigoroso e principalmente as crianças sofriam pela falta de roupas e calçados.

Além das inúmeras dificuldades enfrentadas no acampamento, os Guarani e Kaiowá convivem com o intenso tráfego na rodovia, que culminou com a morte de crianças e adultos indígenas vítimas de atropelamento. Segundo Dona Damiana, liderança indígena no acampamento, ela confirma a insegurança que o acampamento

representa por estar na rodovia, afirmando que, 07 pessoas foram vítimas de atropelamentos, sendo a que última, foi o neto, de 04 anos.

Como já salientado, diversas foram as tentativas de retorno ao território tradicional, sendo a última registrada em setembro de 2013, na Fazenda Serrana de propriedade de Cássio Guilherme Bonilha que encontra-se arrendada para a Usina São Fernando para o plantio de cana-de-açúcar. Os indígenas resolveram adentrar na fazenda, pois, cansados da morosidade judicial, resolveram ocupar o antigo *Tekohá* e permanecem desde então, em condições precárias.

Segundo consta no Relatório Antropológico realizado pelo MPF, desde 2003, os Guarani e Kaiowá do Curral de Arame, tentaram re-ocupar o território tradicional duas vezes. Em 2008, quando ocuparam uma parcela do *Tekohá*, conseguiram permanecer até abril de 2009, quando houve a reintegração de posse a favor do proprietário da Fazenda Serrana, e os índios, mais uma vez tiveram que sair do território tradicional, voltando a ocupar às margens da rodovia, em precários barracos de lona e condições degradantes de sobrevivência.

Diante das situações acima levantadas evidencia-se que mesmo em condições precárias, ferindo assim a condição humana de sobrevivência, resistem e lutam pelo *Tekohá*. O fato de permanecerem nas proximidades do *Tekohá* demonstra a necessidade de manter o vínculo sagrado que possuem com o território.

Dessa forma, observa-se que a situação dos indígenas do acampamento Curral de Arame, é agravada pela morosidade judicial onde os proprietários de terras apelam judicialmente para a não demarcação da área ou através de meios escusos de violência através da contratação de empresas de segurança que agem coagindo os índios a cada tentativa de retomada dos territórios tradicionais.

Segundo informações do CIMI¹⁹, em novembro de 2013, os indígenas do acampamento Apyka'y denunciaram a empresa de segurança que presta serviços à usina São Fernando que intimidaram os indígenas ameaçando-os de morte. Em 2009, houve um ataque ocorrido durante a madrugada onde pertences e barracos dos indígenas foram queimados, segundo entrevista da liderança atual, a Senhora Damiana. Além

¹⁹ Informações coletadas no site eletrônico; www.cimi.org.br em 22/11/2013.

disso, um índio Kaiowá foi ferido a balas já que os agressores atiraram em direção aos barracos improvisados dos indígenas.

Dessa forma, os Guarani e Kaiowá aguardam ansiosamente, resistindo cada dia contra uma nova expulsão ou coação. No caso dos índios do acampamento Apykai'y, enquanto lutam pela re-territorialização do território tradicional, como condição para a reprodução física, social e cultural do grupo, os proprietários por outro lado, forjam estratégias de expulsão dos índios da reduzida e precária área que permanecem os indígenas acampados, pois buscam numa incessante ganância, ampliar a reprodução do capital no campo.

4.3 Acampamento Itahum

O acampamento indígena Jaguari Itahum, encontra-se localizado na MS 270 no distrito de Itahum, município de Dourados. Embora a FUNAI, utilize “Acampamento Itahum” para denominar a área, os indígenas usam a conotação ‘Acampamento Jaguari Itahum’, pois os mesmos compreendem que apenas o nome atribuído à FUNAI, confundem a área com o distrito que leva o mesmo nome.

Os indígenas Guarani e Kaiowá, segundo dados da FUNAI de 2012, ocupam uma área de 04 hectares com 200 habitantes. Segundo informações coletadas em trabalho de campo, atualmente o acampamento conta com dez barracos de lona, agrupando 20 pessoas em cinco famílias. Na foto 05 e 06, é possível observar as condições do cotidiano nos afazeres domésticos dos indígenas no local, bem como as moradias.

Foto 05- Imagem da área utilizada pelos indígenas para a realização das tarefas diárias no local.



Fonte: Bastos, 01/02/2014.

Foto 06- Condições das moradias indígenas no local.



Fonte: Bastos, 01/02/2014

O acampamento existe desde 1996, conforme depoimento do indígena Valdivino da Silva de setenta e nove anos que afirma ter recebido a área do proprietário de terra para quem ele e familiares trabalhavam. Na ocasião, foi oferecido aos índios uma área que pertencia a uma Associação do distrito na qual afirmava o proprietário ser sócio. Desde então, permanecem na área. Sendo assim, Valdivino explica que:

Quando acabou o serviço, pedi para levar eu e meu guri embora, pra Dourados, daí ele disse, não, vocês vão ficar aqui, eu sou sócio ali da associação que tem o barracão, se vocês quiserem ir morar lá, vocês podem morar. Aí fizemos a cerca e estamos aqui até hoje (Entrevista realizada 01/02/2014).

Logo após a ocupação houve a tentativa de retirar os índios da área, segundo depoimento de Valdivino, por um grupo de pessoas que trabalhavam no local e utilizavam o maquinário que ali existia. Estavam armadas e destruíram as moradias construídas pelos indígenas, alegando que os índios estavam ocupando uma área que não lhes pertencia.

Segundo o depoimento, a justificativa para que os índios saíssem dali era de que os indígenas estavam invadindo a propriedade que lhes foi oferecida afirmando que, “o lugar dessa bugrada é na reserva”. O Ministério Público tomou conhecimento do caso, interveio, não permitindo a retirada dos índios do local. Dessa forma, evidencia-se no imaginário social que os indígenas não possuem direito à moradia que não seja àquela imposta na Reserva, justificando por vezes, a violência contra os Guarani e Kaiowá.

Outras famílias que adentraram ao longo dos anos no acampamento, são oriundas de fazendas da região e quando houve o processo de expulsão destas, muitos indígenas foram para as Reservas Indígenas e outras passaram a residir em acampamentos. Há ainda os indígenas que saíram da Reserva e passaram a deslocar-se para os acampamentos. Segundo Valdivino²⁰: *Vieram tudo espalhado por aí, como “tá” sendo hoje, trabalhava e morava nas fazendas ai fazendeiro não quer, aí corriam tudo pra cá, ai a gente dava lugar pra eles, já tava tudo aqui mesmo, trabalhavam por*

²⁰ Entrevista realizada dia 01/02/2014

aí, aí os que não iam, tinha que sair corrido na bala, antigamente era assim". Observa-se que essa é uma prática corriqueira que muitos proprietários de terra utilizavam para expulsarem os índios dos territórios tradicionalmente ocupados por meio da violência.

Valdivino, durante a entrevista, ressalta que houve diminuição drástica na quantidade de moradores no acampamento, que passaram a residir no perímetro urbano do município ou voltaram para a Reserva. Isso pode ser explicado por conflitos internos no acampamento, a possibilidade de emprego em outras regiões, além das condições precárias que é a vida no acampamento, que não dispõe de energia elétrica e água potável encanada. Além disso, a liderança entrevistada afirma que a possibilidade de serem expulsos da área que ocupam faz com que alguns moradores do acampamento tenham receio em residir no local.

A queixa atual do Senhor Valdivino é que o proprietário vizinho constantemente ameaça destruir a cerca para que o gado possa transitar. Os índios sempre relutaram e não permitiram a entrada desses animais, ele afirma que: *Só quem incomoda é esse fazendeiro que quer soltar o gado aqui, de vez em quando ele dá uma cutucada, mas nos não vamos deixar ele tomar derrubar a cerca não*²¹.

Sobre a situação fundiária do acampamento, os índios reivindicam uma área de 3.036 hectares que se estende até o córrego Jaguari, que é também reivindicado pelo Guarani e Kaiowá, já que a existência de mata próxima possibilitará coletar madeira e com isso utilizá-la para melhorias infra-estruturais do acampamento e exercer a atividade da caça.

Além disso, o córrego próximo à mata permitirá a pesca, já que não é permitida a entrada dos índios nessa área, pois encontra-se em uma propriedade privada. Isso evidencia a necessidade dos Guarani e Kaiowá em aumentar seu território e assim garantir a sobrevivência do grupo. Essa ampliação demonstra a resistência dos indígenas em melhorar a qualidade de vida do grupo, já que a área que estão é diminuta e insuficiente para atender as necessidades físicas e sociais do grupo.

²¹Entrevista realizada em 01/02/2014.

Observa-se que os indígenas não perdem o apego por elementos naturais que consideram indispensáveis à sua sobrevivência e que o acampamento não oferece condições elementares para sanar as necessidades dos Guarani e Kaiowá. Conforme afirma o Kaiowá Valdivino da Silva, “a gente quer a terra para parar de incomodar o fazendeiro, para a gente fazer chiqueiro de porco, na beira do rio tem mataria, pra usar a mata, a senhora sabe né, índio, macaco e capivara gosta de ficar na beira do córrego.”²²

Dessa forma, observa-se que as territorialidades construídas pelos indígenas apresentam estreita relação com a natureza, considerando-a como parte dela e indispensável para sua sobrevivência, usufruindo “das riquezas e da diversidade de alternativas para viverem de forma farta e feliz, respeitando a vitalidade do solo” Brand e Colman (2006, p.158).

Segundo o Senhor Valdivino, para que os índios tenham a possibilidade de utilizar esses recursos, duas propriedades de terra teriam que ser desapropriadas. Há que se destacar que são áreas que destinam-se ao monocultivo de soja, cana e milho. Com a demarcação, o conflito será eminente já que atingirá um dos pilares do agronegócio da região.

Enquanto aguardam decisão judicial de legalidade do território que ocupam bem como a ampliação deste para que tenham melhores condições de sobrevivência, os Guarani e Kaiowá permanecem resistindo à ameaças, procurando sempre que podem realizar atividades que consideram elementares como a caça e a pesca. Por enquanto, trabalham em fazendas da região e recebem da FUNAI, o fornecimento de cestas básicas, quando esta chega até indígenas.

4.4 Acampamento Indígena Boqueirão

O acampamento indígena Boqueirão está localizado próximo à reserva indígena de Dourados onde os indígenas Guarani e Kaiowá entendem como uma extensão desta Reserva oriundo do processo de perda territorial que a mesma sofreu desde sua criação através do Decreto Estadual , nº 401, de 3 de setembro de 1917. De acordo o cacique Catalino, a área reservada para os índios foi de 3.600 hectares, havendo dessa forma,

²²Entrevista realizada em 01/02/2014.

redução de 70 hectares, já que a área da reserva atual é de 3.475 hectares. Na foto 07 é possível visualizar a placa de identificação do *Tekohá*.

Foto 07- Imagem da placa de identificação do *Tekohá* Boqueirão



Fonte: Bastos, 01/02/2014

Segundo Catalino:

*“Aqui não é invasão, é retomada. Estamos tomando o que é nosso. Antigamente muito índio vivia aqui. Antes dos grileiros chegar, tomar a terra, o não-índio. Quem grilou aqui foi um japonês, depois sitiante, e o índio que morava aqui, foi um pouco para Amambaí, outro para Caarapó, outro para a Jaguapiru, aí depois veio sitiante.”*²³

Dessa forma, observa-se que trata-se da retomada de uma área que o Estado, reservou para os índios, mas que não deixou de reduzi-la, destinando a particulares. A ocupação na área que consideram parte da Reserva Indígena, ocorreu em 2011, quando o cacique Catalino, juntamente com dez famílias, saíram da Reserva Indígena de Dourados e adentraram na área, negando que tenha havido conflito com os não-índios

²³ Entrevista realizada dia 01/02/2014.

que estavam ali. Eles alegaram falta de espaço físico necessário à sobrevivência. Isso evidencia as consequências que o confinamento provocou para os Guarani e Kaiowá. Sendo assim,

Esse processo de perda territorial e conseqüente confinamento em espaços extremamente exíguos de um contingente populacional muito superior ao padrão historicamente conhecido pelos Kaiowá e Guarani impuseram profundas limitações à sua economia, decorrente da inviabilização da itinerância em território amplo e do rápido esgotamento dos recursos naturais, importantes para a qualidade de vida dos Kaiowá e Guarani (BRAND, 2004, p.140)

Catalino ainda assevera que:

Não tem como fugir, nem aumentar, nem diminuir, o que está escrito no documento, está nas mãos do governo de Mato Grosso. Essa terra aqui já tá demarcada. Aqui não é acampamento, porque não legalizaram com a justiça só porque tem que indenizar o pessoal que tá aqui. Aqui não houve conflito. Eu tenho comprovante de documento, de que como tá escrito, esse documento em 1965 a 1989, foi registrado e documentado, nos não estamos tomando do não-índios. Estamos retomando o que é nosso. Foi doado pelo decreto estadual. Estamos reivindicando isso aqui, porque é nosso mesmo.²⁴

A maior expectativa dos índios é que seja regularizada a área para que possam ter mais espaço para o plantio de alimentos como banana, mandioca, milho e batata, que já realizam, porém, em escala reduzida. Uma parte desses alimentos é destinada para o consumo interno do grupo, e a outra parte, vende-se no centro da cidade para complementar as necessidades das famílias com outros produtos.

Quanto ao uso da água para o consumo, ela é oriunda de uma mina d'água, que é uma das nascentes do do córrego Laranja Doce, mas em períodos de chuva, a água fica suja e imprópria para o consumo. Existe a possibilidade da construção de poço e caixa de água a ser construído por órgãos responsáveis pela saúde no local.

Partes das crianças em idade escolar estudam na escola Agostinho que fica próxima ao acampamento. Por parte da prefeitura, existe possibilidade de serem

²⁴ Entrevista realizada dia 01/02/2014.

construídas salas de aula para crianças do acampamento, já que as escolas da Reserva não dão conta de suprir a demanda estudantil no acampamento Boqueirão e também do acampamento Nhu Verá, que fica ao lado, separado por uma mata.

Os indígenas afirmam que o acampamento representa melhor qualidade de vida para os moradores do que a reserva, já que segundo eles, embora o espaço físico para o plantio seja reduzido ele é possível ser realizado, e na reserva, devido à superpopulação, o cultivo de alimentos se inviabiliza.

Observou-se nas falas do cacique Catalino - que representa a comunidade no local -, a resistência dos indígenas em permanecer na área que ocupam sem a intenção de sair do território, afirmando que estão reavendo o que lhes pertence para assim terem a possibilidade de plantar e assim garantir sua sobrevivência. Isso evidencia o papel fundamental que a terra representa para os indígenas, como condição primordial para sua reprodução, já que a reza e outras atividades também são realizadas no acampamento. Segundo o Senhor Catalino²⁵:

O que a gente quer aqui é plantar porque quando não tinha cesta básica, a gente trabalhava com o suor do rosto, com a enxada, pois não tinha trator. Nosso trator era a enxada. Então o que o índio quer, é terra para plantar. Meu pai trabalhava, plantava e todo ano a gente tinha comida. O que a gente quer é terra. Tem muito índio trabalhador, que planta, com o suor do rosto.

A partir dos depoimentos do Cacique, entendemos que a luta pela terra inicia-se com a decisão de retomar o que lhes pertence, por não terem condições de permanecerem nas reservas devidos às condições impostas pela superpopulação, Na fala do cacique: “O governo não tem como expulsar a gente daqui, porque isso aqui é nosso mesmo. Nós não estamos com a intenção de mudar daqui. Porque a gente é daqui. O sitiante, o chacareiro não sabia da terra, que era de índio, mas aqui é nosso. E não saímos daqui não.”²⁶

Dessa forma, ficam evidentes as consequências do confinamento imposto pelo Estado, destinando aos índios uma área insuficiente para atender as necessidades físicas,

²⁵ Entrevista realizada dia 01/02/2014.

²⁶ Entrevista realizada dia 01/02/2014.

sociais e culturais Além disso, o Estado foi responsável pela venda de Terra Indígena para terceiros, atestando a ilegalidade da questão.

As condições anteriormente mencionadas, impostas na Reserva, levaram os indígenas a reaver o que lhes é de direito, isto é, lutar pela terra, forjando estratégias de permanência, aguardando a morosidade estatal de regularizar a situação fundiária da área e assim ampliarem o território que ocupam para o plantio, além de ter espaço físico necessário para efetivarem a organização cultural dos Guarani e Kaiowá. Na foto 08, é possível visualizar parte do acampamento.

Foto 08: Visualização de uma parte do acampamento Boqueirão.



Fonte: Bastos, 01/02/2013.

4.5 Acampamento Nhu Verá.

O acampamento Nhu Verá, assim como o Boqueirão, é oriundo de um processo de perda territorial que a Reserva sofreu ao longo dos anos. Em 2011, um grupo de indígenas, liderado por Chatalin Benites, ocupou a área equivalente a 26 hectares que estava sendo ocupado para o plantio de soja pelo proprietário da fazenda Curral de

Arame, vizinho da Reserva Indígena. No momento da ocupação, os indígenas receberam ordem de desocupação da área a pedido do proprietário da fazenda.

Porém, através do MPF e da FUNAI, os índios conseguiram a suspensão da ordem judicial que impedia os índios de permanecerem no local. Em narrativa sobre como ocorreu a ocupação, Ambrósio Ricarte, liderança atual nos conta que: *“aqui não tinha ninguém, só plantação de soja, aí teve três dias de conflito, deu tiroteio e tudo com o grupo de fazendeiro. A partir do momento que isso aconteceu, a autoridade veio aqui. Ninguém se machucou e a policia federal teve ajudando nós”*²⁷.

Observa-se dessa forma que, embora tenha invadido parte do território indígena, o proprietário, ao invés de retirar-se da área, utilizou artifícios violentos de expulsão dos Guarani e Kaiowá do território que reivindicam por direito. As famílias que adentraram o acampamento, explicaram que a falta de espaço para o plantio foi o que motivou a ocupação. Segundo Ambrósio, *“lá não dava pra plantar, não tinha espaço. Aqui a gente planta melancia, batata, feijão, milho, mandioca.”*²⁸

No dia 26 de novembro de 2013, houve ocupação na fazenda próxima ao acampamento. A liderança antiga, o senhor Chatalin, e um grupo, ocupou uma parte da propriedade da fazenda Curral de Arame, a mesma que estava realizando o plantio de soja, no momento que adentraram em 2011. Ele alegou que era necessário expandir o *Tekohá*, pois o local que estava é muito apertado e insuficiente para o plantio.

Porém, em conversa com o Ambrósio, liderança atual do acampamento afirma que o senhor Chatalin:

*Ele ocupou lá embaixo (fazenda Curral de Arame), porque eu e a dona Gilda estava fazendo um trabalho justificado, ai ele viu que tava perdendo a comunidade, que não tava de acordo, não tava mais a favor dele, por isso que ele entrou. Não vou dizer que lá não é terra indígena porque quando eu era criança, meu pai, meu avô, tataravô andava nesse lugar, andava tudo por aquele lugar. Mas ele, (o Chatalin) foi contra a vontade do grupo”*²⁹.

²⁷Entrevista realizada dia 02/03/2014.

²⁸Entrevista realizada dia 03/02/2014.

²⁹Entrevista realizada dia 03/02/2014.

Ainda segundo Ambrósio Ricarte:³⁰

Aí ele viu que eu sempre faço contato com a autoridade federal, com a FUNAI, com a polícia civil com a autoridade, eu sempre pergunto se posso fazer o trabalho, se a lei vai admitir ou não. O Chatalin foi com mais três e ocuparam lá. Quando a polícia teve lá, em vez dele contar a história, chegou lá e ele começou a se impor demais e mandou a polícia de volta.

Durante conversa com moradores do acampamento, nos foi informado que no início de 2014, o grupo de indígenas que ocupava a área, liderados por Chatalin Benites, saiu do local e dispersou para a Reserva Indígena de Dourados, e a partir de então, nova eleição interna ocorreu no acampamento Nhu Verá para decisão de nova liderança, sendo eleito o senhor Ambrósio Ricarte e a vice, Dona Gilda. O senhor Chatalin, não permanece mais na área.

Desde então, os moradores do acampamento Nhu Verá, permanecem realizando o plantio de alimentos de forma reduzida, pois a área para o cultivo é restrita e a FUNAI, segundo informações, não está suprindo as necessidades do grupo com as cestas básicas já que os indígenas não estão recebendo com frequência.

Além disso, a água para o consumo é insuficiente, pois apenas um poço abastece o grupo. Foi informado que a FUNASA disponibilizará água encanada para os moradores do acampamento, mas por enquanto os indígenas sofrem com a escassez de água para o consumo.

A liderança atual afirma estar esperançosa com os planos para o acampamento já que agora atua como liderança e que não irá deixar o povo padecer. Ele afirma, “*aqui estamos vivendo pela fé, pois falta muita coisa*”. Em outro trecho da fala, o senhor Ambrósio assegura que . “*Aqui nós estamos aqui passando de dia a dia, a esperança é de ter a nossa terra aqui, mas nós vamos resistir e ficar aqui*”³¹. (Grifo nosso). E ainda:

“Eu “to” contente com a comunidade que teve eleição e eu ganhei. A partir do primeiro momento em diante que eu ganhei a eleição primeiramente não vai ter aceção da pessoa. Segundo, a pessoa que quer morar aqui, pode vir e levantar seu pedaço de terra, suas

³⁰Entrevista realizada dia 03/02/2014.

³¹Entrevista realizada em 03/02/2013

plantações. Terceiro, as pessoas que é necessitada por parte de documento, eu estarei pronto pra ajudar.”³²

As falas do senhor Ambrósio nos faz compreender que a luta pela terra, pelo *Tekohá*, o lugar que segundo ele “*nós adora, onde gostamos de estar*”, é constante e que para consegui-la a persistência e a resistência são fatores imprescindíveis no acampamento como uma das estratégias de assegurar o direito à terra. Observou-se também que os conflitos e articulações internas são importantes para compreender a dinamicidade que cada grupo vivencia para recuperar o território que lhes foi tirado. Nas fotos 09 e 10 é possível visualizar parcialmente o acampamento.

Foto 09: Morador retirando água do poço para o consumo.



Fonte: Bastos, 28/11/2013

³² Entrevista realizada dia 03/02/2014.

Foto 10: Vista parcial do acampamento Nhu Verá.



Fonte: Bastos, 28/11/2013

4.6 Acampamento Passo Piraju

O acampamento localiza-se no encontro da MS-156 com o Rio Dourados a 35 quilômetros da cidade de Dourados. Os índios Guarani e Kaiowá estão ocupando uma área de 40 hectares, que conseguiram judicialmente, enquanto aguardam regularização fundiária de 8.000 hectares que reivindicam.

A luta pela recuperação do *Tekohá* ocorreu em 28 outubro em 2004, quando os índios ocuparam o território considerado tradicional e que afirmam, pertencerem a seus antepassados. Antes de adentrarem na propriedade, os índios estavam acampados às margens da rodovia MS 156. Segundo Lutti (2009), nesse período, os índios adentraram e saíram da fazenda Campo Belo diversas vezes, até sair decisão judicial de permanência em 40 hectares da propriedade.

Dentre os acampamentos localizados no município de Dourados, o Passo Piraju, atualmente apresenta melhores condições de infra-estrutura que os demais visitados. Embora, estejam ocupando uma área considerada pequena para agregar as 130 pessoas

que moram no local, o acampamento possui poço artesiano construído pela FUNASA, onde todos os moradores têm acesso e, em algumas casas, a água é encanada, além da escola construída de alvenaria pela prefeitura de Dourados em 2012. Na foto 11, é possível visualizar a escola.

Foto 11: Escola Indígena no acampamento Passo Piraju



Fonte: Bastos, 17/02/2014.

Alem da escola, o acampamento possui posto de saúde e energia elétrica. A proximidade com o Rio Dourados e a mata, propiciam a atividade da caça e da pesca. Quando perguntado a Valmir Rodrigues que atua como liderança atual no acampamento, sobre as benfeitorias realizadas no acampamento, ele afirma que:

Foi de muita luta, pois ninguém queria vir pra cá, porque é longe, mas nós unimos nossa força para permanecer na aldeia, mas nas brigas com a prefeitura e tudo mais para ter sala de aula aqui, na nossa aldeia, só que dificuldade é muito grande pela distância, porque não tinha água potável, água encanada, não tinha energia, parte de alimentação, essas coisas. (...). Tinha caça mas é do outro

*lado da fazenda, a gente ia e o fazendeiro recebia a gente com tiro, aí teve que ficar rodeando aqui mesmo.*³³

A maior parte dos Guarani e Kaiowá trabalham nas roças localizadas no acampamento onde plantam mandioca, milho, batata, melancia, abóbora e quiabo, conforme podemos visualizar na Foto 11. A plantação é destinada para o consumo interno e o excedente é vendido na cidade. Eles evitam realizar trabalhos para os fazendeiros da região e para a usina, pois os consideram adversários. Segundo Valmir³⁴,

A usina só trouxe desespero, o canavial trouxe a devastação da nossa terra, o solo, e joga veneno, o calcário esparrama e quando passa o calcário aqui, as crianças, tem tosse, gripe, febre. (...) O veneno do canavial atinge a gente de avião, passa aqui de propósito (...). O veneno fica na terra, aí quando chove, começa a andar aquele veneno e vai transmitindo doença. (...) A enxurrada traz o veneno, derrubar na água e polui a água também. Antigamente, era gado né, e o gado não tinha veneno, a cana tem.

Como a área reivindicada pelos índios é de 8.000 hectares, que consideram ser suficiente e necessária para a realização da caça, pesca e plantação de alimentos, aproximadamente quatro propriedades rurais terão suas terras desocupadas. Tal decisão provocará intensos conflitos na região, que é marcada pelo monocultivo da cana-de-açúcar, um dos pilares do agronegócio atualmente.

³³ Entrevista realizada dia 17/02/2014.

³⁴ Entrevista realizada dia 17/02/2014.

Foto 12: Imagem da plantação de mandioca que os índios realizam no acampamento.



Fonte; Bastos, 17/02/2014.

Nesse sentido, Valmir Rodrigues teme que regularização fundiária de Passo Piraju não ocorra, pois segundo ele, os fazendeiros são em maioria e mais organizados politicamente em relação aos indígenas. Além disso, gozam de melhores condições financeiras para arcar com ônus dos processos judiciais de regularização de terras. Segundo ele: *“Eles são em maioria, têm dinheiro, eles podem comprar o juiz o advogado né, e nós vai pela esperança e pela fé. A gente sabe que contra isso ai não há lei né (...). Então a gente está com essa atitude de esperar né. (...) Nós não temos dinheiro, mas temos coragem pra lutar contra o que vier né.”*³⁵

Em 2012, houve ação de despejo para que os indígenas saíssem da área que ocupavam, onde se recusavam veementemente de sair. Através de intervenção do Ministério Público e da FUNAI, a liminar de expulsão foi suspensa. Embora permaneçam na área, os índios temem nova ação judicial de saída do Tekohá. Segundo Valmir: *“A qualquer momento pode voltar e mandar a gente embora de novo e a gente*

³⁵ Entrevista realizada dia 17/02/2014.

tem muito a perder, a gente tem escola, o postinho, água encanada, energia. Tudo isso foi uma luta difícil de levantar. Nós caímos, levantamos, pra poder chegar aqui né.”³⁶

A expectativa da liderança e dos demais índios que moram no Passo Piraju é que a terra seja regularizada para que possam viver de acordo com os seus costumes tradicionais. “Índio não é produtor nem agropecuário, índio é da floresta, índio não é preguiçoso, ele gosta de mato”, afirma Valmir. Nesse sentido,

Os Kaiowá e Guaraní são, historicamente, conhecidos como povo da mata (*Ka'aguygua* ou *ka'aygua* = os da mata. O próprio nome Kaiowá vem dessa denominação), por escolherem para a localização de suas aldeias preferencialmente áreas de mata Brand e Colman (2006, p. 156).

A fala do indígena evidencia as diferentes racionalidades quanto ao uso da terra e que dessa forma, contrapõe com a lógica capitalista. Observa-se que, para os indígenas, a terra não é fonte de recursos que lhe possa gerar lucro, ao contrário, ela carrega elementos simbólicos e físicos necessários à sobrevivência do grupo. Nesse contexto: “A terra pra nós é tudo né, é vida né, é uma mãe porque dela a gente tira o sustento, sem a terra a gente não é nada. Enquanto a gente viver a gente precisa da terra, não só pra plantar né, não muito, mas pra sustentar a família”, segundo Valmir Rodrigues³⁷ em entrevista.

No contexto da luta pela terra, pode-se perceber que a reivindicação do *Tekohá* tem como elemento fundamental a ancestralidade das famílias que pertenceram ao território tradicional. Mesmo com inúmeros problemas apresentados pela liderança entrevistada, os índios permanecem lutando pelo *Tekohá* e não pretendem dele sair. “A gente prefere brigar, até a última instância, o último suspiro, agora se não tem jeito a gente vai pedir pra prefeitura, governador, cavar um buraco tudo aí, e enterrar tudo nós aqui e aí acaba o problema, mas daqui a gente não sai”³⁸. (Grifo nosso).

Verifica-se nas palavras do entrevistado, a resistência que os indígenas possuem em deixar o território tradicional, evidenciando assim o apego territorial e simbólico que possuem com o *Tekohá*. Partindo desse pressuposto, forjam estratégias de

³⁶ Entrevista realizada dia 17/02/2014.

³⁷ Entrevista realizada dia 17/02/2014.

³⁸ Entrevista realizada dia 17/02/2014.

permanecerem no território tradicional, que consideram como “*o lugar onde vivemos, onde capacitamos nossa confiança, onde nos moramos né, o futuro de nossas crianças está na aldeia e aqui no Passo Piraju, ele significa muitas coisas pra gente*”³⁹.”

4.7 Acampamento Pakurity

A comunidade Guarani e Kaiowá do acampamento Pakurity está localizado em Dourados, às margens da rodovia BR 463, que dá acesso ao município de Ponta Porã. Atualmente, 80 pessoas estão no local, ocupando uma pequena faixa de terra ladeada pela mata e por plantações de soja e milho da Fazenda Cruz de Malta, conforme a Foto 13. Embora estejam ocupando uma pequena área, a reivindicação total do *Tekohá* é de 16.000 hectares.

Foto 13: Visualização de moradias indígenas entre as plantações de milho e soja no local.



Fonte: Bastos, 17/02/2014.

Segundo Bonifácio, liderança no local, a ocupação dessa área ocorreu por volta de 1989, quando os índios, movidos pelo princípio da tradicionalidade do *Tekohá*

³⁹ Entrevista realizada dia 17/02/2014.

Pakurity, saíram da Reserva Indígena de Dourados que afirma ter tornado-se imprópria para o desenvolvimento da cultura indígena.

A retomada seria a única forma de assegurar o modo de vida tradicional do Guarani é Kaiowá já que a Reserva se apresenta como um local impregnado pela cultura do não-índio. Nesse sentido, a liderança afirma que: *“Isso motivou nossa retomada nesse Tekohá porque nossa cultura “tá” sendo minguido, extinto na aldeia de Dourados. Aqui a gente tem cura, tem remédio, alimentação, liberdade, porque estamos perto da mãe terra.”*⁴⁰

Sendo assim, observa-se que o depoimento do Senhor Bonifacio, é condizente com lideranças dos demais acampamentos, demonstrando que as retomadas dos territórios tradicionais atrelados ao processo de expulsões, são também reflexos dos problemas vivenciados pelos indígenas na Reserva Indígena de Dourados, que oferece precárias condições de sobrevivência. Dessa forma relata que:

*Essa terra meu antepassado deixou pra mim. A gente quer resgatar novamente isso aqui. Algumas instituições falam que isso aqui é invasão, mas não é invasão. Nosso Tekohá verdadeiro é esse aqui. Nós andava na bacia do rio. Getúlio Vargas deu a aldeia Bororó e Jaguapiru que nunca nossa comunidade aceitou. Por isso que nós estamos aqui, porque esse aqui não é um acampamento improvisado, é uma aldeia. É o legitimo Tekohá.*⁴¹

Elementos que atestam e asseguram o território como de ocupação tradicional dos indígenas, são a presença de três famílias, que segundo Bonifácio, nasceram no Tekohá, portanto, resistiram ao processo de expulsão para as reservas. *“O restante são tudo netos de parentes de quem viveram aqui, por isso sabem tudo quem tomou o Tekohá”*, afirma a liderança. Além disso, a presença de três cemitérios nas proximidades da região, comprovam a existência tradicional dos indígenas no local. *“ O*

⁴⁰ Entrevista realizada dia 17/02/2014.

⁴¹ Entrevista realizada dia 17/02/2014.

cemitério assegura nossa fala que a gente tem aqui, a qual nossos antepassados nós enterramos e está preservado, isso assegura nossa palavra”, atesta Bonifácio.

A população do acampamento é bastante vulnerável, haja vista as condições precárias do local. Isso faz com que o trânsito de pessoas entre a Reserva e o acampamento seja freqüente. Além disso, como o acampamento não oferece assistência médica e educacional faz com que precisem se deslocar à reserva e obter tais serviços, segundo Lutti (2009).

Como o acampamento não possui espaço suficiente para o plantio de alimentos e a cesta básica oferecida pela FUNAI é escassa, muitos indígenas trabalham como diaristas nas fazendas e usinas da região. Essas estratégias são criadas para dar fortalecimento ao grupo, para não terem que abandonar o *Tekohá*. “ *Aqui é o Tekohá mesmo, a gente não pode deixar né*”, afirma Geraldo Lopes, morador do acampamento.

Como já salientado, a área reivindicada pelos Guarani e Kaiowá são de 16.000 hectares e caso a demarcação seja concluída, diversos empreendimentos localizados dentro do *Tekohá* terão que desocupar da área. Isso implicará na desativação de Subestação de energia elétrica Santa Cruz, Usina São Fernando, além da Fazenda Experimental da Universidade Federal da Grande Dourados que ocupam 294 hectares do *Tekohá* Pakurity.

Observa-se que diversos setores da sociedade, principalmente aquelas atreladas ao interesse econômico nas terras indígenas tem procurado ignorar a presença indígena nos territórios tradicionais. Isso representa a ofensiva capitalista nos territórios indígenas, que ao se expandir provocou não somente a des-territorialização dos territórios tradicionalmente ocupados, como tem procurado ao longo dos anos, criarem estratégias de expulsão daqueles que resistem em sair dos mesmos, através do encurralamento territorial dos indígenas em áreas cada vez mais reduzidas, até a expulsão definitiva.

Quando perguntado aos indígenas sobre a violência no local, eles afirmaram que sofrem constantes ameaças e intimidações do proprietário da fazenda e do arrendatário que realiza o plantio de soja e milho no local. O último ataque contra os indígenas

resultou em alguns barracos destruídos, animais mortos e no ferimento de uma criança. Segundo Linalva⁴², moradora do acampamento,

Eles cercaram a gente com o trator, quase passaram por cima da minha mãe, minha sobrinha, destroncou o pé da menina. Queria passar por cima das crianças, com aquele formigão de passar veneno (...). Ontem mesmo eles vieram e ficaram ali na placa até tarde da noite ouvindo som alto, tudo amontoado aqui. Sempre ficam rondando aqui.

Dona Linalva, afirma que o veneno que o arrendatário da fazenda utiliza nas plantações de soja e milho tem trazido inúmeros problemas de saúde para a população no local, já que contamina a água utilizada para o consumo, conforme foto 14. Segundo ela:

“Aqui a gente não pode criar porco, galinha, a gente vive como prisioneiro, sem poder plantar, as crianças estão com doença, porque tomam a água contaminada pelo veneno, mas a gente tem que beber né.(...).O fazendeiro não deixa a gente plantar, só ele que planta, a Funai não manda cesta. As crianças aqui estão comendo só abóbora com feijão. Aqui a gente passa uma luta né, com muita dificuldade, mas a gente “tá” indo, quem sabe vai melhorar.”⁴³

⁴² Entrevista realizada dia 15/02/2014.

⁴³ Entrevista realizada dia 15/02/2014.

Foto 14: Água utilizada pelos indígenas para o consumo diário.



Fonte: Bastos, 17/02/2013;

No contexto da luta pela terra, observa-se que, distintas estratégias são forjadas pelos grupos que disputam o território de modo desigual. De um lado, está o proprietário de terra, que utiliza artifícios violentos para que os indígenas saiam do *Tekohá*. De outro, estão os Guarani e Kaiowá que possuem apenas a expectativa de que a justiça regularize seus territórios tradicionalmente ocupados resistindo contra atos violentos e (re)criando estratégias de sobrevivência num local que não oferece segurança e estrutura física adequada para realizarem o modo de vida que consideram adequados. Sendo assim, conflitos fundiários envolvendo proprietários de terra e indígenas estão longe de serem solucionados de forma pacífica no Mato Grosso do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pautou-se, dentre vários assuntos referentes à questão fundiária no contexto dos conflitos territoriais entre indígenas Guarani e Kaiowá e proprietários de terra, abordar as estratégias de resistência e luta dos índios pela recuperação dos territórios que consideram como tradicionais. Nesse sentido, pudemos compreender que a perda territorial apareceu como um dos principais problemas enfrentados pelos índios, dentro e fora das Reservas Indígenas, onde foram obrigados a deslocar-se,

Observamos que a ideia desenvolvimentista criada por Getúlio Vargas com a política da “Marcha para Oeste”, que visava à interiorização do Brasil que negligenciou a existência dos povos indígenas e abriu caminhos para que o capitalismo avançasse nos territórios tradicionalmente ocupados pelos Guarani e Kaiowá, tornando-se alvo de cobiça e ganância dos colonos e empresas que se instalaram no Estado.

A partir do contexto de modelo integracionista adotada pelo Estado, que vai dar sustentação para a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) em 1943, culminou no processo de confinamento indígena através da criação das reservas indígenas, provocando a des-territorialização dos Guarani e Kaiowá dos territórios tradicionais. Essa política de aldeamento forçado numa parcela de terra incapaz de oferecer aos Guarani e Kaiowá condições de realizarem seu modo-de-ser, fez com que criassem estratégias de re-territorialização ao antigo *Tekohá*.

Concomitante as políticas colonizadoras, as frentes agropastoris por volta de 1980, vão impulsionar esse processo de confinamento, na qual os índios considerados “índios de fundos de fazenda” ao serem descobertos com o avanço das atividades agropecuárias, que altamente mecanizadas voltadas para o monocultivo em larga escala, acentuaram o processo de expulsão territorial dos Guarani e Kaiowá que passaram a fazer parte da estatística populacional altamente concentrada nas Reservas Indígenas.

Além disso, observou-se que os problemas relacionados a questão fundiária no Mato Grosso do Sul, está atrelado à inoperância do estado como agente motivador para o acirramento de tais conflitos. Isso ocorre, pois existe uma associação entre o Estado e o modelo econômico vigente que não permite que tal situação seja solucionada.

O processo de perda territorial associado aos problemas de superpopulação fez com que os indígenas criassem políticas de mobilização pela recuperação dos territórios tradicionais. O sucesso dessas organizações de re-territorialização, na medida em que foram tendo visibilidade entre os indígenas, impulsionou na articulação de diversas comunidades Guarani e Kaiowá pelas retomadas territoriais.

Compreendemos que as estratégias de mobilizações em torno de recuperação dos territórios tradicionais, o *Tekohá*, partem do pressuposto de que, apenas nesse local, é possível desenvolver suas territorialidades, isto é, terem condições necessárias para a reprodução física, social e cultural do grupo. O reflexo dessa perda territorial, afetou as relações simbólicas e matérias que tinham com o território tradicional, provocando fragmentação territorial dos indígenas, o que fez com que criassem estratégias de re-territorialização nos territórios que foram expulsos.

Os acampamentos, dessa forma, surgiram como estratégias re-territorialização, frente ao processo de expulsão e negligência estatal. A partir de então, os indígenas passaram a criar suas territorialidades dentro e fora do acampamento como mecanismos de permanência e luta pelo *Tekohá* reivindicado. Tais territorialidades que são por vezes negligenciadas pela sociedade envolvente que partindo da prerrogativa do capitalismo como única alternativa de pensar a relações homem-natureza, atribuem conotações pejorativas para descaracterizar a luta e os direitos dos índios pelos territórios tradicionais.

Como tratam-se de disputas por determinado território, a tensão entre indígenas e proprietários de terra são frequentes. Esses conflitos são reflexos das relações de poder por determinado território entre grupos distintos, que por terem lógicas e concepções diferenciadas pelo uso e apropriação do território, conflituam-se constantemente. Sendo assim, compreendemos, através dos trabalhos de campo e fontes documentais, que a ofensiva capitalista perpassa as cercas que separam o *Tekohá* da propriedade privada da terra. Isso é visível através de intimidações e ações violências de expulsão dos índios do território que consideram como indispensável para o desenvolvimento pleno do modo-de-ser Guarani.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Identidade, Distinção e Territorialização: O Processo de (Re)criação Camponesa no Mato Grosso do Sul*. Presidente Prudente. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 2003.

ALMEIDA, Rubem Tomaz de. RELATÓRIO DA ÁREA INDÍGENA PIRAKUA: Uma panorâmica sobre o problema e a Noção de terra Guarani no Mato Grosso do Sul, 1985.

_____. TERRA INDÍGENA JATAYVARY: Relatório Circunstanciado e Identificação e Delimitação. PORTARIA No. 199/PRES/FUNAI DE 09 DE ABRIL DE 1999. Rio de Janeiro, 2005.

ARRUDA, Gilmar: Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. Coletânea (série histórica).

BONNEIMAISSON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. Geografia cultural: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BRAND, A. J. ; ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de ; FERREIRA, Eva Maria L . *Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul*. In: Rosimeire Aparecida de Almeida. (Org.). A questão agrária em Mato Grosso do Sul - Uma Visão Multidisciplinar. 1ed.Campo Grande: UFMS, 2008, v. 1, p. 27-51.

BRAND, Antonio Jacob. COLMAN, Rosa Sebastiana *Território para os Kaiowá e Guarani*. In: Seminário Internacional: Fronteiras Étnico-Culturais e Fronteiras da Exclusão, 2 - Práticas Educativas num Contexto Intercultural. Campo Grande: UCDB, 2006. p. 01-14.

BRAND. Antonio J. O confinamento e seu impacto sobre os Paì-Kaiowá. Dissertação (Mestrado em História) - PUC, Porto Alegre, 1993.

_____, O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra. Tese (Doutorado em História)-Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

_____, Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *Tellus* (Campo Grande), Campo Grande, v. 6, n.1, p. 137-150, 2004.

CAMPOS, Christiane.S.S. A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio. Editora Clacso.1ªedição. Buenos Aires, 2011.

CASTRO-GOMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da .invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber, eurocentrismo e*

ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>

CHAMORRO, Graciela. *Terra Madura*, Yvy Araguayje: fundamentos da palavra guarani. Dourados: Editora UFGD, 2008.367 pp.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.1ªed. Brasília: Editora Senado, 2000.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge ; PEREIRA, Levi Marques. *Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra Kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul*. 1. Edição. Dourados: Editora UFGD, 2009.

FABRINI, J. E. . A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul*. 1ed.Campo Grande: Editora da UFMS, 2008, v. 1, p. 53-80.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org) *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. , p. 273-302.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.in: REVISTA NERA – ANO 8, N. 6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005 – ISSN.

GARFIELD,Seth. *A luta indígena no coração do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2011.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT E PORTO-GONÇALVES. *A nova desordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOMERO, Marcos. *Parecer técnico antropológico da situação dos indígenas Kaiowá do Cural de Arame*. Ministério Público Federal: 2009.

LADEIRA, M. I. *Espaço geográfico Guarani-Mbya: Significado, constituição e uso*. São Paulo: Edusp, 2008.

LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>

LE BOURLEGAT, C. A. . Mato Grosso do Sul: um território platino de convergências e diversidade. In: Edima Aranha Silva; Rosemeire Aparecida de Almeida. (Org.). *Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, v. , p. 17-41.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. *Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no município*

de Dourados - MS: (1990-2009). (Dissertação) Mestrado em História. Dourados, UFGD, 2009.

MACIEL, N.A. Conflitos Fundiários entre índios Kaiowá e colonos no distrito de Panambi, Município de Dourados Mato Grosso Do Sul (1943-1995). In: *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

MARX, Karl. O Capital. Livro III, Volume VI, Capítulos 37. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. S.A,1974.

MARTINS, GILSON RODOLFO. Breve *painel etno-histórico do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: UFMS - FNDE, 1992. 75p.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira- a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997..

_____,O Poder do Atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Os camponeses e a política do Brasil. 5 ed. Petrópolis. Vozes ,1995.

_____. O Cativo da Terra. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986

_____.Expropriação de violência, 3.ed. São Paulo .Hucitec,1991.

MASSEY, Doreen B. Pelo espaço: uma nova política de espacialidade. Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert (tradutores). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.

MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní conquistado y reducido*: Ensayos de etnohistória, Biblioteca Paraguaya de Antropología, Vol.5. Centro de Estudios Antropológicos. Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”. Asunción. 1993.

_____, Mundo Guaraní. Editora: Servilibro/Adriana Almada ,Asunción, 2011.

MICHELS, I. L. *Estudo da cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul: proposta de uma política pública* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS Departamento de Economia e Administração – DEA Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – FAPEC Grupo de Estudos de Agronegócios – GEA/UFMS Campo Grande, MS, 2000.

MIZUSAKI, M, Y. Território e reestruturação produtiva na avicultura.. Dourados, UFGD, 2009. 354p.

MORONI, R.B.R Demarcação das terras indígenas como medida fundamental para superação de injustiças In: *As violências contra os povos indígenas em mato grosso do sul e as resistências do bem viver por uma terra sem males-* DADOS: 2003–2010. Conselho Indigenista Missionário – CIMI- Regional Mato Grosso do Sul, 2011.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados, 2011.

MPF/MS- REVISTA *TEKOHÁ*. Publicação especial do Semana do Índio 2012. 3º edição- Abril de 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira: Transformações Recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org). *Geografia do Brasil*. 4 ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 465-523.

_____, *A geografia das lutas do campo*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 1997. p.11-88.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; INEZ, Marta. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção e justiça social*. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Benícia C. de. A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999;

PACHECO, Rosely Aparecida Stefanos. *Mobilização Guarani Kaiowá e Ñandeva e a (re)construção de territórios (1978-2003): novas perspectivas para o Direito Indígena*. Dissertação (Mestrado em História) UFGD, Dourados, 2004.

PEREIRA. Levi Marques. Parentesco e organização social Kaiowá. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Unicamp, Campinas, 1999.

_____. O movimento étnico-social pela demarcação de terras guarani em MS. In: Tellus/Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas. NEPPI, Campo Grande-MS, 3(4): UCDB, 2003.

_____. Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. In: Revista eletrônica de História em Reflexão: Vol. 1 n.1 – UFGD – Dourados Jun/Jul 2007. (www.ufgd.edu.br). ISSN 1981-2434

_____. Demarcação de terras Kaiowa e Guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. In: Tellus/Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas: Ano 10, n. 18, p. 115-137, Campo Grande-MS,, UCDB, 2010.

_____. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Arroio-Korá. 2001.

PORTO GONÇALVES, Carlos W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Anibal: Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5ª edição. Petrópolis/Vozes, 1986.

SAQUET, Marco Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão popular, 1ª edição. 2008.

SCHADEN, Egon. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Paulo. E.P.U./EDUSP, 1974.

SOUZA, Jose Luiz de; VLACH, Vânia Rubia Farias. Os Guarani-kaiowá e Guarani-ñandeva e o processo de retomada de terras tradicionais. In: *Semana acadêmica da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia: prograd/ufu, 2008. v. 01, p. 01 - 10.

VEIGA, José Eli. Fundamentos do agromodernismo. In: *A questão agrária hoje*. – 2 ed./ org. João Pedro Stédile.- Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS., 1994.

SITES ELETRÔNICOS

Conselho de Missão entre os Índios <<http://www.comin.org.br/news/publicacoes/1361997329.pdf>>. Acesso em 19/06/2013.

Conselho Indigenista Missionário: <<http://www.cimi.org.br>>. Acesso em 15/09/2013.

IMASUL: <<http://www.imasul.ms.gov.br>>. Acesso em 10/02/2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em 14/05/2012.

Instituto Socioambiental: <www.isa.org> Acesso em: 10/02/2014.

Jusbrasil <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>> Acesso em: 14/04/2013.

Misuzaki M.Y O agrobandidismo e as disputas territoriais em mato grosso do sul <<http://www.campograndenews.com.br/artigos/o-agrobandidismo-e-as-disputas-territoriais-em-mato-grosso-do-sul>>. Acesso em: 06/07/2012.

Direitos>http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=667&Itemid=2. Acesso em 08/07/2013.

FUNAI: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 22/04/2013.

FUNAI: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 10/02/2014.